

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Sujeitos e utopias
nos movimentos antiglobalização

DIEGO ARAUJO AZZI

São Paulo
Setembro, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização

DIEGO ARAUJO AZZI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: profa. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

São Paulo
Setembro, 2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização

DIEGO ARAUJO AZZI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: profa. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

Data de aprovação:

____/____/____

Banca Examinadora:

*Ao meu pai, Rodolpho Azzi,
com quem eu teria conversado muito sobre a política*

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos que viabilizou esta pesquisa.

Agradecimentos são muitos, a todas e a todos que cruzaram o caminho desta pesquisa.

Agradeço àqueles que desde sempre estiveram ao meu lado

àqueles que sempre acreditaram e apoiaram

àqueles que, mesmo sem saber, ajudaram e muito

àqueles que, sem poder estar por perto, estiveram juntos em pensamento

àqueles que, criticando, construíram junto

àqueles que, interessados, animaram minhas energias contra o cansaço

àqueles que, conversando, abriram minha imaginação para novas possibilidades

Agradeço a todos e a todas que, à sua maneira, enriqueceram este trabalho

amigos antigos, minha mãe e todos os familiares

amigos ativistas e sociológicos de todas as tribos

todos vocês estão de alguma forma refletidos aqui

à Maria Célia, um agradecimento especial

pela confiança e carinho

pela cobrança ao mesmo tempo rigorosa e suave

e pelas inspiradoras conversas que mudaram meu modo de ver a política

Resumo

Esta dissertação discute o aparecimento histórico dos chamados movimentos antiglobalização na cena política contemporânea. Sobretudo a partir de Jacques Rancière e Hannah Arendt, o percurso do texto busca relacionar esse fenômeno a diferentes sentidos atribuídos à idéia de política, e, também, à profunda transformação do contexto político mundial que ocorreu a partir dos anos neoliberais da década de 1990. A exposição aborda a trajetória política desses movimentos e alguns de seus debates internos, explorando as potencialidades de efetiva criação de cenas de *dissenso*, bem como as possibilidades existentes de ruptura interna. No contexto *policial* atual a sempre iminente supressão da política através do *estado de exceção*, evidencia que a reinvenção das tradições, ações e *modos de subjetivação* destes movimentos continua na ordem do dia.

Palavras-chave:

Política; Globalização; Movimentos Sociais; Sociedade Civil; Capitalismo.

Abstract

The present dissertation discusses the historical emergence of the so called antiglobalization movements into the contemporary political scene. Based mainly in Jacques Rancière and Hannah Arendt, the trajectory of the text aims at relating this phenomenon to the idea of politics in some of its different acceptions; as well as to the deep transformation in the world's political scenario since the 1990's neoliberal years. The presentation approaches these movements' political paths and some of their internal debates, exploring the potential for effective creation of scenes of *dissent*, as well as the existing possibilities of internal rupture. In the current *police* order the always imminent suppression of politics by means of an *exception state*, exposes that the need to reinvent traditions, actions and *modes of subjectivizing* within these movements still remains present.

Keywords:

Politics; Globalization; Social Movements; Civil Society; Capitalism.

SUMÁRIO

Resumo/Abstract	7
Prefácio	9
CAPÍTULO I – SENTIDOS DA POLÍTICA	
1. Delineando os referenciais analíticos	13
1.1 Algumas escolhas teórico-metodológicas	15
2. A relevância da esfera pública: a experiência grega como <i>tipo ideal</i>	22
2.1 A política como diferencial humano: juízo e liberdade de agir	25
2.2 Deslocamentos no sentido da política: a emergência do <i>social</i>	33
3. A política no <i>mundo sensível</i> : quando o mundo só pode ser comum através do conflito político	37
4. <i>Biopolítica</i> : hipótese de um dispositivo <i>policial</i> de governo do <i>social</i>	50
5. Dimensões da ação política em Arendt e Rancière	56
6. A política “realmente existente”: niilismo e crise	59
7. Uma hipótese de inscrição da política no <i>mundo sensível</i> : os movimentos antiglobalização	63
CAPÍTULO II – RECONSTRUIR A POLÍTICA POR DENTRO DA CRISE	
8. Tradições políticas em transição: quando o contexto exige mudanças	68
9. Origens e enunciações do objeto em questão	77
10. Política e <i>modos de subjetivação</i> : contextos, tradições e gerações	84
11. Sobre antagonismos <i>policiais</i> e a <i>democracia consensual</i>	95
12. Entre <i>lobbies</i> , ruas e fóruns: um mesmo movimento?	103
12.1 Ambigüidades de um mercado atraente para as iniciativas cidadãs	104
12.2 Construindo a resistência ao neoliberalismo	112
12.3 Administrando a diversidade: redes pontuais e convergências temporárias	117
12.4 Das ruas aos fóruns: dilemas sobre meios e fins	130
13. Uma hipótese de declínio? O “11 de setembro” e os movimentos antiglobalização	141
COMENTÁRIO FINAL	154
Bibliografia	168
Anexos	184

Prefácio

A reflexão expressa neste texto é resultado de uma conjunção de dois tipos de experiências que vivi: a experiência política militante e a experiência acadêmica universitária. Desde já deixo claro que tanto meu interesse pelo tema quanto meu ponto de vista advém desta dupla formação – “militante-sociológica” – a qual segui nem sempre com total consciência durante os últimos sete, oito anos.

É possível que este duplo olhar não expresse o que é realmente político nem o que é realmente sociológico no objeto em questão, talvez resvalando em imprecisões políticas ou epistemológicas. De qualquer forma, é também este olhar próprio a partir da minha vivência “em campo” antes mesmo de ter iniciado esta pesquisa de mestrado, que me levantou os problemas e indagações que estão concretizados aqui mais como uma problematização das condições do agir político na atualidade do que como uma grande teorização acerca dos movimentos antiglobalização. Como afirma a pensadora alemã Hannah Arendt, uma das referências neste trabalho: “o próprio pensamento nasce de acontecimentos da experiência vivida e deve permanecer ligado a eles como os únicos guias próprios para orientá-lo”¹.

Não acredito que esta dupla referência possa ter comprometido a objetividade com que realizei a pesquisa. Certamente esta é uma questão que em algum momento atravessa a mente de quase todos os cientistas sociais e não é uma preocupação menor, visto que de fato pode comprometer todo um trabalho realizado. Em Max Weber (2005:87;92, grifos no original) busquei não apenas precauções como também convicções metodológicas para levar adiante esta pesquisa com a maior objetividade que me foi possível.

Não existe qualquer análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural, ou (...) dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de

¹ Arendt, (2000) *apud* Amiel, Anne (1996).

pesquisa. (...) A realidade empírica é 'cultura' para nós porque e na medida em que a relacionamos a idéias de valor. (...) Uma parcela ínfima da realidade individual que observamos em cada caso é matizada pela ação do nosso interesse condicionado por essas idéias de valor, somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas *importantes* graças à sua vinculação a idéias de valor. (...) Entretanto, *o que* para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo 'isento de pressupostos' do empiricamente dado; pelo contrário, é a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* da análise.

Na tentativa de construir um quadro de compreensão o mais adequado possível àquilo que observei empiricamente me permiti reunir autores que não se encontram necessariamente no mesmo campo epistemológico, pois creio que a reunião de diferentes aspectos da realidade sócio-política por eles destrinchados pode ser o mais interessante método para se compreender o significado político da existência de um fenômeno social como são os movimentos antiglobalização.

Daí dizer que há duas fontes principais de inspiração e imaginação sociológica nesta dissertação. De um lado, uma trajetória que se iniciou no primeiro ano de minha Graduação nas Ciências Sociais da USP (1999), quando fui assistir a uma palestra do já doente prof. Milton Santos, no Anfiteatro de Geografia da FFLCH/USP, e fui surpreendido quando percebi que a maior parte do tempo teríamos que ouvir a um então desconhecido Bernard Cassen. Jornalista francês do *Le Monde Diplomatique*, ele viera expor os princípios de um movimento social nascente na Europa (ATTAC, Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) e uma crítica ao capitalismo, sobretudo a partir do primado que o mercado financeiro assumiu na década de 1990. Ao final da palestra, foi divulgado que as reuniões de um núcleo brasileiro do dito movimento aconteceriam em determinado dia da semana ali mesmo ao lado, no prédio de Ciências Sociais. Foi assim que iniciei meu contato com os movimentos antiglobalização.

A minha experiência como participante do núcleo ATTAC em São Paulo foi a origem de toda uma série de outras vivências políticas que foram, por assim dizer, bastante privilegiadas. A participação no processo de criação do Fórum Social Mundial (FSM) desde as primeiras reuniões e o trabalho posterior em seu escritório organizativo em São Paulo; bem como o trabalho com a CUT e o MST na secretaria da Rede Internacional dos Movimentos Sociais, e as diversas viagens internacionais e inúmeros contatos pessoais foram – antes mesmo de eu sequer pensar em fazer esta pesquisa – já em si mesmos “um campo” bastante intenso, que provocava reflexões diárias e conversas diversas sobre a política e a atuação dos movimentos. Nos anos de 2005 a 2007 pude realmente “fazer campo”, sobretudo nos Fóruns Sociais Mundiais daqueles anos, aí então já inscrito no Programa de Pós-graduação e com o projeto em andamento.

De outro lado e com igual importância, está justamente a experiência na Pós-graduação sob a orientação da professora Maria Célia Paoli, quando pude tanto aprofundar o que conhecia sobre autores que já havia lido durante a Graduação, como Hannah Arendt e Jacques Rancière, quanto ser apresentado a impactantes idéias, como as de Michel Foucault e Giorgio Agamben. Trata-se, portanto, de uma reunião de diversos elementos de diferentes tradições com o intuito de interpretar o momento político contemporâneo através da existência dos movimentos antiglobalização. Tanto entrevistas por mim realizadas, quanto inúmeros outros materiais bibliográficos – não necessariamente acadêmicos – são as outras fontes documentais da pesquisa. A partir desta junção entre biografia e bibliografia espero que essa dissertação possa fornecer contribuições àqueles interessados em pensar as formas da política no contexto contemporâneo.

Diego A. Azzi

São Paulo, 2007.

CAPÍTULO I

SENTIDOS DA POLÍTICA

CAPÍTULO I

SENTIDOS DA POLÍTICA

1. Delineando os referenciais analíticos

Esta dissertação visa fornecer elementos para uma melhor compreensão do complexo momento político atual através de uma leitura do aparecimento público dos chamados *movimentos antiglobalização*. Alguns referenciais teóricos serão apresentados no intuito de primeiramente delimitar a que nos referimos sob o termo “política”. Em seguida, a emergência e a atuação desses movimentos serão situadas num contexto histórico em que as possibilidades da política encontram-se severamente restringidas; e no qual o que ainda se pode vislumbrar sob o nome de política são as construções de cenas públicas de dissenso no interior do que consideramos um “sistema consensual”. Há um esforço de elaboração conceitual que busca mostrar algumas transformações fundamentais pelas quais passou a atividade política, mencionando características de seu *tipo ideal* na Grécia antiga, como veremos com Arendt, até as formas daquilo que hoje se pode nomear como uma “democracia consensual”, como nos mostrará Rancière.

Na tentativa de construir um quadro teórico o mais adequado possível àquilo que pesquisei empiricamente, me permiti reunir centralmente quatro autores que não se encontram necessariamente no mesmo campo epistemológico: Hannah Arendt, Jacques Rancière, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Ainda que seus campos teóricos e metodológicos não coincidam inteiramente, creio que a reunião de diferentes aspectos da realidade política destrinchados por cada um deles – além de não apresentar antagonismo – pode ser o mais interessante método para compreender o significado político de um fenômeno social como os movimentos antiglobalização.

A contribuição mais explorada vem do filósofo francês Jacques Rancière, cujo arcabouço teórico permite tanto um diálogo com os outros três autores mencionados, quanto com o universo empírico pesquisado, uma vez que muitos dos seus textos abordam a política “no calor” dos acontecimentos recentes. Além de Rancière, as idéias de Hannah Arendt sobre a “condição humana” e sobre como a política se transfigurou historicamente do tipo ideal grego ao mundo “social” contemporâneo, fornecem um recorte analítico a partir do qual é possível um diálogo interessante com as noções de “biopolítica”, de Foucault, e de “estado de exceção”, de Agamben.

A escolha dos quatro autores mencionados pode parecer, à primeira vista, uma opção um tanto quanto deslocada das nossas concepções sociológicas mais bem estabelecidas. De fato, o arcabouço conceitual proposto por cada um deles – todos originários da filosofia – se esquia da busca objetiva pela normatividade e previsibilidade dos acontecimentos sociais, tão caras ao nosso campo e as quais, quando não se trata de pensar a política, são de extrema relevância, são base constituinte de nossas disciplinas.

Trazer principalmente Rancière a esta reflexão, buscando relacioná-lo ao pensamento de Arendt, responde a uma dupla necessidade. A primeira é de ordem conceitual: se, como veremos, é Hannah Arendt quem desvenda a ascensão histórica da esfera do *social* sobre a divisão preexistente entre esfera pública e privada, Jacques Rancière é quem formula os conceitos para pensar a política contemporânea como um tipo específico de ação humana desenvolvida no interior mesmo dessa esfera social. É nesse marco conceitual que situo a ação política dos movimentos antiglobalização. A segunda necessidade é de ordem histórica e deve-se ao fato de que a análise de Rancière abarca o período crucial para a emergência dos movimentos antiglobalização, isto é, a década neoliberal imediatamente posterior ao fim do “socialismo realmente existente”, um período que não pôde ser visto por Arendt (1906-1975).

1.1. Algumas escolhas teórico-metodológicas

Como não poderia deixar de ser, diversas dificuldades de caráter teórico e metodológico se apresentaram ao longo do caminho de pesquisa. Os principais dilemas e questões que estão mencionados adiante foram alguns dos quais acabaram por conduzir o caminho interpretativo a uma análise de caráter fortemente rancieriano.

Logo de início, optei por não realizar uma discussão conceitual acerca da noção de globalização. Esta escolha foi motivada principalmente pelo fato de que, como ainda veremos, os chamados movimentos antiglobalização não devem ser compreendidos simplesmente enquanto uma recusa do processo histórico de globalização. Este é um equívoco. Além de buscar não entrar na discussão a partir de um viés pouco produtivo como esse, a noção de globalização, este “pseudo-conceito a um só tempo prescritivo e normativo” muitas vezes esconde mais do que revela (Bourdieu, 2001:100-103), o que torna difícil trabalhá-la como referência norteadora da análise. Não obstante, são inúmeras as definições disponíveis àqueles que estejam interessados no tema². Para os efeitos dessa dissertação, nos ateremos à singela definição de Hall (2004:67-69):

A globalização se refere àqueles processos, atuantes em escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (McGrew, *apud* Hall, 2004). (...) Geralmente se concorda que, desde os anos 1970, tanto o alcance quanto o ritmo da integração global aumentaram enormemente, acelerando os fluxos e os laços entre as nações.

As tentativas de pensar esse fenômeno político exclusivamente a partir de um recorte metodológico baseado em classes sociais não pareceram suficientes para elucidar todas as nuances do objeto. Parte importante desta dificuldade deve-se à questão das transformações

² A este respeito, dentre muitos outros, ver: Chesnais (1996); Featherstone (1999); Dupas (1999); Bauman (1999); Beck (1999); Santos (2000); Canclini (2003); Hall (2004); Bardhan (2006); e Wanderley (2006).

estruturais pelas quais passou e passa o mundo do trabalho nos últimos trinta anos em todo o mundo; ao longo dos quais se observam crescentes contingentes de trabalhadores desempregados ou informalmente ocupados; uma radicalização paradigmática do que Marx já denominou como um “exército industrial de reserva”. Em outro contexto analítico, Oliveira (2007; 2003) argumenta sobre este declínio da força política operária em fins do século XX, observando que:

A acumulação de capital nas economias líderes do desenvolvimento capitalista havia gestado [nos anos 1990] um progresso técnico que elevou a produtividade do trabalho a níveis tão elevados que, de fato, parecia que o consumo de trabalho vivo de uma parte ponderável da força de trabalho começava a ser irrelevante: uma “massa marginal”, não-funcional para a acumulação de capital. (...) As conseqüências para a política não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço (2007:25;38).

As forças do trabalho já não têm “força” social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual. [Também não têm] “força” política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana³ trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que se concordar com [o historiador britânico] Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político [que chegou a haver] a partir dela estiolou-se (2003:145-146).

Esse contexto histórico reflete a evidente dificuldade em se vislumbrar no horizonte uma transição do que restou do operariado atual à condição de “proletariado” – enquanto sujeito com interesses comuns, consciência de classe relativamente unívoca e vocação histórica de transformação social universal, o qual acabaria abolindo todas as classes, ao modo lukácsiano⁴. Como aponta Holloway (2003:242-243),

³ Referente a Edward P. Thompson, historiador marxista britânico, autor de *A Formação da Classe Operária Inglesa* (São Paulo: Ed. Paz e Terra, três vols.; 1987), dentre muitos outros escritos.

⁴ Lukács, George. *A Consciência de Classe*. In: *Estrutura de classes e Estratificação social*. Textos básicos de Ciências Sociais. Pp. 11-60. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

O que une a sublevação zapatista de Chiapas ou o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Brasil com a luta dos trabalhadores da Internet em Seattle, por exemplo, não é uma composição de classe comum, positiva, mas na realidade a comunidade de sua luta negativa contra o capitalismo.

Se é correto e necessário afirmar que os conflitos de classe perpassam toda a existência dos movimentos antiglobalização, estes são aqui entendidos com distância quanto ao estruturalismo e mais afeitos ao modo interpretativo thompsoniano. A noção de “classe”, nesta acepção, não deve ser pensada somente segundo a condição econômica e (des)ocupação trabalhista, uma vez que, em complemento a esses aspectos objetivos, ela também se forma refletindo experiências subjetivas que se revelam comuns. É nessa dimensão da experiência comum que a classe também se faz em ato, pelo projeto que porta e pelo sentido antagônico com a dominação vigente.

O internacionalismo das Internacionais, desde a de Marx-Bakunin, e a Segunda, a socialista, não levou na devida consideração as formas pelas quais se constituíram, nacionalmente, os vários proletariados, suas tradições, suas relações com a burguesia, com o Estado, e suas identidades étnicas, religiosas, morais. Nos termos de Thompson, a experiência do *making* foi ocultada pela suposta unidade dada pela exploração (Oliveira, 2005:159;166).

As classes acontecem na medida em que homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelarem essas experiências em formas culturais (Thompson, 1987, *apud* Silva, 2004).

Além disso, as dificuldades também se apresentam quando se opta por deixar de lado a noção de “classe” enquanto sujeito privilegiado da transformação social e se tenta estabelecer algum tipo de classificação a partir de critérios de estratificação social. A inesgotável pluralidade de origens e trajetórias econômicas, portanto de “situações de classe”, não explica exclusivamente o sentido da ação coletiva desenvolvida pelos movimentos antiglobalização,

ainda que possa fornecer uma descrição útil do ponto de vista do perfil das ocupações dos participantes. Nesse sentido, questionar se a partir da sua situação de classe e estratificação social são capazes de agir conjuntamente (ou não) levaria a análise na direção daquilo que Weber denominou como o desenvolvimento de uma “ação comunal”, um tipo de ação “orientada pelo sentimento dos atores de que o lugar deles é junto um do outro” (Weber, op. cit.:66), o que, evidentemente, não caracterizaria essa “classe” como um sujeito coletivo.

Revelaram-se insatisfatórias, também, as teorias dos *novos movimentos sociais* desenvolvidas com maior vigor nos anos 1970 e 1980, uma vez que tanto os atores políticos em questão, quanto a cena pública de litígio contemporaneamente construída me parecem ter assumido formas distintas daquelas, já bastante bem teorizadas. A relação entre ONGs e movimentos sociais, por exemplo, que àquela época se traduzia basicamente na relação dos Centros de Assessoria (ainda em vias de se auto-enunciarem enquanto ONGs) com os “novos movimentos sociais”, hoje encontra-se profundamente transfigurada, uma vez que tanto os movimentos perderam a centralidade que tinham na cena política, como também as ONGs firmaram ao longo dos anos 1990 um campo relativamente autônomo no qual muitas vezes não possuem a menor vinculação com movimentos sociais (Neves, 2007:53). Ainda que se possam vislumbrar elementos de discurso semelhantes, estes estão associados, sobretudo, às formas através das quais novos discursos são construídos, mas não ao seu conteúdo político específico. Como assinala Silva (2004:10),

As pessoas participantes dos *Novos Movimentos Sociais* deste período [1970-1980] criaram novos espaços de manifestação de seus interesses e os expressaram a partir de um discurso próprio. Este discurso emerge das próprias lutas sociais nas quais os/as participantes elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, o que não significa que não tenham sofrido influência de outras instituições. Eles e elas criaram novos significados coletivos para antigas palavras, articularam-se em torno de projetos e, neste processo constituíram-se propriamente

como sujeitos políticos⁵, ‘não como atores desempenhando papéis pré-fixados, mas como sujeitos criando a própria cena através de sua própria ação’” (Sader, 1988; *apud* Silva, 2004; grifos no original).

Dificuldades semelhantes surgiram na tentativa de pensar os movimentos antiglobalização como produto exclusivo da ação direta ou indireta de partidos políticos ou sindicatos, uma vez que não há liderança reconhecida, tampouco altos graus de institucionalidade e hierarquização compatíveis com as formas mais centralizadas de atuação geralmente assumidas por esses tipos de organizações. Na hipótese aqui trabalhada, seguindo a linha de Rancière, entende-se que a política engendrada por esses movimentos não se configura exatamente como “um conflito de classes ou de partidos, [uma vez que, como veremos] a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (1996b:368;372-373).

Vinculadas a esse aspecto particular mencionado, também pareceram insuficientes as tentativas de abordagem do problema realizadas tendo como referências centrais as noções de esquerda e direita, as quais, não obstante ainda sejam de vital importância, não parecem mais capazes de dar conta das questões centrais do momento contemporâneo da política. Tanto a crise da esquerda mundial, quanto as indistinções atuais entre esquerda e direita⁶ refletem-se de diversas formas na atuação dos movimentos antiglobalização, mas formam um quadro demasiado opaco para que sejam tomadas enquanto categorias norteadoras da análise⁷. Ainda que breve e ampla, creio que a definição de esquerda proposta por Ridenti é satisfatória para

⁵ Carmen Silva busca destacar o aspecto de “‘ser sujeito’ uma vez que predominava no debate político das organizações partidárias de esquerda e em vários estudos acadêmicos, naquela época, a idéia oriunda da tradição marxista-leninista de que cabia à classe operária, através do seu partido político, o ‘ser sujeito’ da transformação social” (op.cit.:10).

⁶ Sobre este aspecto ver: Oliveira, Francisco de. *Hegemonia às avessas*. In: *Revista Piauí*. São Paulo, Ed. Abril, janeiro de 2007(b); e *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. São Paulo: Cenedic/USP; Boitempo, 2007. Do mesmo autor: *O ornitórrinco / Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003. Ver também: Paoli, Maria Célia. *O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política*. São Paulo: Cenedic/USP; Boitempo, 2007.

⁷ Sobre este ponto em particular, agradeço a contribuição atenta dos colegas de discussão no grupo de estudos coordenado pela profa. Maria Célia Paoli.

as considerações que seguirão nesta dissertação: “o termo esquerda é usado para designar as forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social” (2006:2).

Finalmente, o caminho da análise não satisfaz mesmo a partir do uso do amplo conceito de sociedade civil, o qual, à primeira vista, poderia parecer ideal para a análise do objeto em questão. Aqui certamente as maiores dificuldades estão em lidar com as pretensões normativas e universalistas do modelo da nova sociedade civil, sobretudo em sua vertente que identifica a existência de uma esfera pública democrática e cosmopolita.

Como bem aponta Laval (1999), a nova sociedade civil vem sendo colocada como um âmbito oposto ao Estado e ancorada no *mundo da vida* habermasiano – o que, assinala-se de passagem, já não corresponderia ao que ocorre com os movimentos antiglobalização, haja vista a forte imbricação entre atores da sociedade civil com partidos, governos, Igreja e outros tantos que escapam à definição dessa esfera (op. cit.:131). Também, e fundamentalmente, surgem dificuldades porque “a unidade da sociedade civil só é óbvia quando considerada de uma perspectiva normativa” (Habermas, *apud* Laval, 1999:132). Não há na perspectiva aqui adotada qualquer pretensão de sugerir que os movimentos antiglobalização fazem parte de uma suposta sociedade civil global, promotora de uma democracia cosmopolita em construção⁸. Trata-se, antes, de compreendê-los enquanto sujeitos políticos que promovem redefinições na *partilha do sensível*.

Jacques Rancière está na contramão das normatizações e tem concepções bastante divergentes das de Jürgen Habermas no que tange a ação política e a racionalidade política. O foco central da discordância situa-se na relevância atribuída por Habermas a certa racionalidade no debate público como característica definidora da ação comunicativa e à

⁸ Sobre este aspecto particular, ver: Laval, Adrián. *Crítica ao modelo da nova sociedade civil* (1999). Costa, Sérgio. *Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos* (2003); e *Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas biográficas sobre o conceito de sociedade civil* (1997).

contradição performativa como a salvaguarda de seu sucesso⁹. Na visão de Rancière, entretanto,

Toda teoria comunicativa pressupõe um terreno comum de reconhecimento dos problemas e das capacidades para defini-los. O que eu tento mostrar, ao contrário, é que a política é marcada pela dessimetria das próprias posições. A cena da capacidade de todos deve sempre ser inventada de uma maneira transgressiva (...). Isso não significa que a discussão não tem o seu papel. Quer dizer que ela toma forma a partir de uma dessimetria de posições, que o reconhecimento do que é objeto da discussão e da capacidade dos participantes já é em si um objeto de controvérsia, isto é o que a distancia do modelo da deliberação racional (2007:6). (...) O problema está em saber se os sujeitos que se fazem contar na interlocução ‘são’ ou ‘não são’, se falam ou produzem ruído. Está em saber se cabe ver o objeto que eles designam como objeto visível do conflito. Está em saber se a linguagem comum na qual expõem o dano é, realmente, uma linguagem comum (1996:61).

A racionalidade política está ligada à produção de situações de dissenso, situações que produzam alguma forma de

perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável. (...) Assim, o dissenso (...) é um conflito sobre a própria configuração do sensível, [isto é], (...) a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos de que neles se trata ou não, e dos atores que têm ou não motivos de estar aí para deles se ocupar. Antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos (1996b:368;372-373).

⁹ A construção de cenas políticas de litígio opera segundo uma “(...) forma de dialogismo distinta do modelo habermasiano da razão comunicativa. Não que seja necessariamente mais violenta. Sua racionalidade é que é diferente. Com efeito, o modelo comunicativo da razão política supõe uma certa situação de fala. Dois locutores se vêem confrontados e são levados, pela própria lógica da confrontação, a ultrapassar seu ponto de vista limitado. São obrigados a explicitar as normas que os guiam, a experimentar seu caráter contraditório ou não contraditório. São assim levados a universaliza-las tendencialmente e a se aproximarem um do outro nesse movimento de universalização. O núcleo dessa lógica é a prova da contradição performativa: se um dos parceiros se recusa a ouvir o que o outro diz ou a justificar o que ele próprio diz, entra em contradição com o que sua situação mesma de discutidor requer, ele próprio não se reconhece como locutor racional” (Rancière, 1996b:376-377).

Assim, a não ser que se assuma essa perspectiva explicitamente normativa¹⁰, é muito difícil efetuar um recorte político dos movimentos antiglobalização e pretender que ele seja representativo do todo. Não será. O modo de ver a política segundo Rancière é importante para a análise desses movimentos – e da política atual – na medida em que introduz conceitos que expressam bem tanto a fluidez das identidades e das ações dispersas, quanto das instituições “do sistema”, contra as quais, como veremos mais adiante, se voltam as demandas, campanhas, fóruns, e resistências de todo tipo.

*

Vejamos melhor então como o percurso da política interpretado por Hannah Arendt pode nos servir como uma espécie de “ante-sala” para a análise contemporânea de Rancière, o que nos possibilitará compreender melhor o significado político das ações dos chamados movimentos antiglobalização.

2. A relevância da esfera pública: a experiência grega como *tipo ideal*

Não se pretende aqui buscar provar que a concepção arendtiana da política é a melhor ou mais acurada do que outras para a compreensão da sociedade contemporânea. Antes utilizarei os seus marcos referenciais a partir de certa escolha intelectual, cuja motivação central não está no combate a outras vertentes, mas sim na convicção da contribuição que possibilita. No mesmo sentido, esta dissertação está claramente longe de se pretender uma síntese ou de percorrer todas as nuances da sua vasta e complexa obra.

Pensar a política na contemporaneidade tem sido um dos grandes desafios para intelectuais das ciências humanas e da filosofia. Tal dificuldade corresponde, de um lado, aos

¹⁰ Ao buscar alternativas não normativas de análise da política e da sociedade civil esta dissertação distancia-se de interpretações comunicativas baseadas no modelo habermasiano. Pois de fato, como aponta Weiss (2005:118): “(...) é imprescindível, observar que a concepção habermasiana sobre o indivíduo não pode ser descolada das premissas normativas de seu ‘paradigma da razão comunicativa’”.

desafios colocados pelas transformações inerentes à própria esfera política, ocorridas, *grosso modo*, desde o século XVII (cf. Foucault, 1988); e, de outro, também correspondem a uma profunda ausência de política, dependendo do que conceitualmente entenda-se por ela.

Como fez questão de ressaltar Feltran (2005), o debate sobre o conceito de política é extenso, difícil e sempre polêmico:

Entre Hegel e Tocqueville, os filósofos contratualistas e Marx, Rousseau e Hannah Arendt, as divergências não dizem respeito tão-somente às respostas que seriam dadas a um conjunto de questões sobre as quais existiria concordância geral. As questões diretrizes variam, e tanto a *localização da política* (notadamente sua relação com o econômico e o social) quanto suas *implicações* (a liberdade, a emancipação, o poder?) são interpretadas diferentemente de um autor para o outro, a ponto de desencorajar toda tentativa de caracterização unívoca de um conceito de política que seria próprio dos modernos (Colliot-Thélène, 1999:7, *apud* Feltran, 2005:63-64).

Partindo desta dificuldade intrínseca ao tema, a política será aqui abordada a partir de um entendimento de que hoje, tal como “realmente existente”, ela se passa no âmbito do *social*¹¹, o que, como veremos, implica identificar o momento atual em termos do que Arendt denominou *tempos sombrios* (Arendt, 1987). A desconfiança crescente em relação à ordem política pública, a qual perdeu o poder “iluminador” que originalmente fazia parte de sua natureza, é uma das marcas destes tempos¹².

O conceito refere-se a momentos da história da humanidade em que o âmbito público está obscurecido e o mundo é dúbio para aqueles que tentam interpretá-lo (op. cit.:14;20). A forma de pensar a sociedade é forçada a mudar em tempos sombrios, pois se coloca então o desafio de revisitar e revisar as categorias com as quais se costumava pensar para poder

¹¹ Sobre este tema, ver: Keinert, Fabio Cardoso. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. Universidade de São Paulo, 2005.

¹² Com Rancière veremos, mais adiante, como este declínio da esfera pública está relacionado ao sentimento contemporâneo de niilismo para com a atividade política.

compreender um mundo que está em crise profunda; é necessário rever até mesmo tradições consagradas.

Este foi, em grande medida, o esforço de Hannah Arendt ao longo de toda a sua trajetória intelectual: ousar pensar novos problemas de novas maneiras; ousar questionar tradições conceituais e categoriais consagradas (1993:121); buscar reformular conceitos; enfim, estar à altura do desafio intelectual de sua época. Aqueles que não compreendem tal característica do pensamento arendtiano tenderão sempre às críticas equivocadas quanto a um suposto idealismo, romantismo ou ingenuidade. Ao pensar a política com referência à Antiguidade clássica e, sobretudo, às práticas políticas da Grécia antiga, Arendt utiliza referenciais distantes de quaisquer idealismos, constituindo, antes, uma idéia de sociabilidade política que se aproxima mais do sentido weberiano de “tipos ideais”.

Arendt não foi uma weberiana, menos ainda uma socióloga *stricto sensu*, mas, ainda assim, é importante que vejamos como Weber caracteriza o seu conceito de *tipo ideal* para entender porque este difere muito de qualquer idealização ingênua. A partir daí, poderemos compreender melhor o lugar da política grega clássica no pensamento arendtiano; e mais adiante veremos como ele pode ser útil para pensar os movimentos antiglobalização da cena política atual. Assim, afirma Weber:

No que se refere à *investigação*, o conceito do tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma ‘hipótese’, mas pretende apontar caminhos para a formação de hipóteses. (...) Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação* unilateral de *um ou vários* pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo *de pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois se trata de uma *utopia*. (...) Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas (2005:106;109, grifos no original).

A política na Grécia antiga é exatamente um referencial que serve para compreender o quanto a realidade contemporânea (nos escritos de Arendt, até 1975; e no caso em questão, os movimentos antiglobalização atuais) se aproxima e se distancia desse tipo ideal. Tipos ideais têm a característica de uma descrição “exagerada” na sua coerência interna e na sua força, que não necessariamente encontram-se realizadas da mesma forma em todos os casos¹³. Ainda que não cite Weber, o uso de tipos ideais na análise está explícito nas palavras da própria Hannah Arendt:

[Esta] transformação da figura histórica [grega] em um modelo (...) é precisamente o que fazemos quando construímos ‘tipos ideais’ – não a partir do nada, (...) mas a partir da multidão dos seres vivos passados ou presentes que parecem ter uma importância representativa (Arendt, 1991:27 *apud* Xarão, 2000:90-91).

2.1. A política como diferencial humano: juízo e liberdade de agir

Segundo Arendt, no mundo moderno, sobretudo na tradição liberal, a política é considerada compatível com a liberdade unicamente na medida em que garante uma possível liberdade *da* própria política, isto é, quanto menos política, mais liberdade (2000:195). Em um de seus artigos inacabados, intitulado “*Será que a política ainda tem de algum modo um sentido?*”, ela nos indica de forma precisa o problema e, afinal, de que se tratava a falta de sentido da política do século XX.

Para a questão sobre o sentido da política há uma resposta tão simples e conclusiva em si mesma que se poderia pensar que as outras respostas são totalmente desnecessárias. A resposta é a seguinte: o sentido da política é a liberdade. (...) Essa resposta, justamente, não é hoje em dia¹⁴ nem evidente nem imediatamente clara.

¹³ Notas de aula. Curso de Pós-graduação sobre Max Weber ministrado pelo prof. Antonio Flávio Pierucci, o qual frequentei como ouvinte durante o segundo semestre de 2005. O “Espírito do Capitalismo”, assim como “a ascese protestante”, apresentados por Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” são tipos ideais, os quais orientam a compreensão.

¹⁴ O artigo “*Será que a política de algum modo ainda tem um sentido?*”, publicado na coletânea A Dignidade da Política, “não possui data ou qualquer referência que possa situá-lo”, (N.E.), p. 191.

(...) Nossa questão atual surge a partir de experiências muito reais que tivemos na política; ela é despertada pelo desastre [totalitário] que a política já provocou em nosso século [XX] e pelo desastre ainda maior que dela ameaça resultar (Arendt, 1993:117).

A palavra Política tem sua origem etimológica na palavra grega *polis*. A polis da Grécia antiga constituía o espaço no qual cidadãos atenienses reuniam-se para debater os assuntos públicos da comunidade. Eram poucos aqueles que podiam aceder à polis, uma vez que ela era restrita somente aos cidadãos (excluindo, portanto, mulheres, crianças e escravos) e, mesmo dentre os cidadãos, só eram admitidos aqueles que tinham condições materiais para despreocuparem-se com as questões relativas à manutenção da própria vida biológica e com as questões do lar. Ambas estas dimensões eram relegadas ao âmbito do lar, do *oïkos*, do mundo privado no qual estavam confinadas as esposas, os filhos e os escravos.

A simples vida natural¹⁵ é, porém, excluída, no mundo clássico, da *polis* propriamente dita e resta firmemente confinada como mera vida reprodutiva, ao âmbito do *oïkos* (Aristóteles, Pol. 1252a, 26-35; *apud* Agamben, 2002:10).

Na Grécia antiga, portanto, a igualdade entre os cidadãos não estava estritamente relacionada à noção de ‘justiça social’ como prevalece no mundo moderno, mas, antes, referia-se à *igualdade política* na polis (Arendt, 1981:42). Para Arendt, encontra-se na polis a oportunidade de exercitar as mais altas capacidades intelectuais da humanidade, isto é, o debate de idéias pertinentes a um mundo comum, através do exercício compartilhado da linguagem¹⁶. O domínio do ser humano sobre a linguagem e a sua capacidade de falar são características fundadoras da política e da possibilidade de ação política. Assim, o estatuto propriamente político do ser humano

¹⁵ Semelhante ao conceito de *labor*, para Arendt, como veremos adiante.

¹⁶ Como veremos, as relações entre política e linguagem estão no centro das teorizações não apenas de Hannah Arendt, mas também de Jacques Rancière e Jürgen Habermas.

(...) não é um atributo do vivente como tal, mas é uma diferença específica que determina o gênero *zôon* (de resto, a política humana é distinguida daquela dos outros viventes porque fundada, através de um suplemento de politização ligado à linguagem, sobre uma comunidade de bem e mal, de justo e injusto, e não simplesmente de prazeroso e doloroso (...)) (Aristóteles, 1253a:4; *apud* Agamben, 2002:10).

A partir do domínio da linguagem, como já compreendia Aristóteles, o agir político está intimamente vinculado ao *juízo* sobre o justo e o injusto na experiência pública vivida em conjunto com outros, num *mundo comum*. Como assinalam tanto Telles (1999:6), quanto Bauman (2000:92-93), a garantia de um espaço de circulação pública da palavra e a liberdade de pensamento são constituintes de qualquer possibilidade de sociabilidade com um sentido de mundo comum.

Para Arendt, o mundo comum supõe a existência de esferas públicas, é constituído pela pluralidade da ação e do discurso e diz respeito às referências, partilhadas e não necessariamente consensuais, cognitivas e valorativas dos ‘negócios humanos’, como questões que articulam os indivíduos num horizonte comum e numa interlocução possível (1999:6).

A distinção entre as esferas pública e privada é antiga, remonta aos ambientes doméstico (*oikos*) e político (*eclésia*) gregos, este o local em que os assuntos concernentes a todos os membros da pólis eram discutidos e resolvidos. Mas entre *oikos* e *eclésia* os gregos situavam uma outra esfera, a da comunicação entre as outras duas: a esfera cujo papel principal não era manter o público e o privado separados nem preservar a integridade territorial de cada um, mas garantir um tráfego suave e contínuo entre eles. Essa terceira esfera intermediária, a ágora (esfera pública/privada como define Castoriadis) une e mantém juntos os dois extremos. Sem a ágora, nem a pólis, nem seus membros poderiam alcançar e muito menos preservar a liberdade de decidir o sentido do bem comum e o que se deveria fazer para atingi-lo (2000:92-93).

Neste ponto é importante atentar que a compreensão arendtiana sobre o que é política está ancorada numa apropriação reflexiva que ela realiza do pensamento do filósofo alemão

do séc. XVIII, Immanuel Kant, mais especificamente da sua terceira Crítica, a *Crítica do juízo*¹⁷. Motivada inicialmente pelos trágicos acontecimentos do nazismo no séc. XX (1993:117) Hannah Arendt busca, segundo Duarte (1994:152-155), elementos para pensar como a perda da *faculdade de julgar* dos seres humanos pode resultar no fim da política e suas conseqüências, como o *totalitarismo* e a *banalidade do mal* – esta última apresentada na análise do julgamento do ex-militar nazista Adolf Eichmann em Jerusalém.

Com originalidade imaginativa, Hannah Arendt parte do domínio estético abordado por Kant na *Crítica do juízo* e não das interrogações acerca da lógica da ação individual da *Crítica da razão prática*, para considerar as possibilidades de se pensar o juízo político inscritas na filosofia kantiana. Não tenho aqui nenhuma intenção de tratar em pormenores da obra kantiana, até porque isso estaria muito além dos meus conhecimentos em Filosofia. No entanto, ainda que esteja sujeito a imprecisões, creio ser importante e necessário mencionar alguns aspectos do projeto kantiano das três Críticas para esclarecer minimamente como se dá a apropriação arendtiana¹⁸.

A reflexão kantiana contida nas três Críticas está contextualizada num momento histórico em que o grande desafio da Filosofia dos sécs. XVII-XVIII era conseguir sua autonomia no que diz respeito à formulação de fundamentos absolutos ou universais, até então fornecidos apenas pela tradição e pela religião. A *Crítica da razão pura* visa mostrar como somente a partir da razão pode-se chegar a conhecimentos universais logicamente verdadeiros, por meio da concepção intelectual de categorias objetivas.

Na Crítica da razão prática, Kant muda o foco de sua reflexão do conhecimento *do* mundo para a ação *no* mundo e, sobretudo, para a dimensão moral da ação, expressa no

¹⁷ Sobre a íntima relação do pensamento arendtiano com a Crítica do juízo de Kant, ver Arendt, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. In: Beiner, Ronald (org). Ed. Relume-Dumará, 1994.

¹⁸ Devo agradecer aqui ao prof. Franklin Leopoldo e Silva (Filosofia/USP) pelas inspiradoras contribuições sobre a relação entre Kant e Arendt dadas ao grupo de orientandos da profa. Maria Célia Paoli, e, particularmente, sobre a centralidade da Crítica do juízo para a noção de política arendtiana.

imperativo categórico “não faça nada aos outros que não se aplique a você”. Trata-se assim de uma ação que se realiza por meio da universalização da razão. A razão prática kantiana está portanto vinculada às noções de racionalismo, universalismo e aos fins racionalmente buscados, contidos na questão fundamental: “O que eu devo fazer?”. Essa dimensão prática da razão estaria relacionada assim às ações da pessoa em sua independência para com os outros, em circunstâncias nas quais a comunicação seria algo secundário.

Se o conhecimento do mundo se alcança através do emprego do pensamento objetivo, a ação no mundo se exerce por meio do pensamento livre, isto é, aquele que não está preso aos limites lógicos exigidos na produção de conhecimento objetivo. Com a oposição entre razão pura e razão prática Kant delimita as diferenças entre ciência e filosofia. A terceira crítica, a Crítica do juízo, visa abordar o problema de como chegar a categorias universais não através da lógica da razão pura (que submete diversos casos particulares a uma categoria universal), mas partindo das próprias particularidades empíricas do mundo sensível. Assim, se a razão pura parte da *determinação* de categorias universais para o particular, o juízo estético parte da *reflexão* sobre as particularidades para o universal.

Na “Analítica do Belo”, em a *Crítica do juízo*, Hannah Arendt encontra que os juízos estéticos só podem existir em sociedade e só tornam-se válidos na presença de outros, por meio da comunicação. O domínio estético é, assim, coletivo, comunicativo e apenas pode ser validado socialmente. Além disso, o juízo acerca do que é ou não é *belo* não é um juízo visando determinado fim racional, mas, antes, algo é ou não é belo em si mesmo, independentemente de conexões lógicas, e sim pelas sensações subjetivas que desperta em alguém. Portanto, a categoria do “belo” não existe na realidade empírica, ela é uma construção social, na qual é preciso que diferentes opiniões, isto é, diferentes *gostos* sobre algo se comuniquem entre si. É essa comunicação *intersubjetiva* dos gostos que possibilita um

juízo coletivo do que é belo. Nesse sentido, a universalização dos múltiplos *gostos* subjetivos numa categoria como o *belo* só pode se realizar em sociedade.

Para Kant, um juízo desse tipo só é possível por não partir nem da objetividade científica nem da universalidade da razão prática, mas ocorrer por meio de um *sensus communis*, que se refere não ao que todos pensam, mas sim a uma sensibilidade partilhada por todos, que permite um juízo universal do belo com base nos gostos particulares e subjetivos. Como aponta Duarte (1994:157-158),

Para que se julgue algo como belo é preciso que a *imaginação* transforme-o numa representação, pois apenas aquilo que nos toca, que nos afeta na representação quando não mais na presença imediata (...) pode ser julgado certo ou errado, importante ou irrelevante, belo ou feio, ou algo intermediário. Falamos então de juízo, e não mais de gosto, porque, ainda que afetados como gosto, estabelecemos por meio da representação a distância própria, o afastamento, o não-envolvimento ou desinteresse que são requisitos para a aprovação ou reprovação de algo em seu próprio valor.

Arendt, por sua vez, realiza uma leitura não ortodoxa da obra de Kant pela qual encontra o paradigma do “juízo político” na noção kantiana de “juízo reflexionante estético” (que a partir do *gosto* subjetivo e da comunicação pode chegar a uma idéia universalizada de *belo*). Assim, em analogia, atribui ao domínio político certas características semelhantes às do domínio estético, quais sejam: um âmbito por excelência público, coletivo e dialogado, no qual justo e injusto são categorias universais que não existem em si, mas que só podem ser atingidas mediante a troca de opiniões objetivas e subjetivas sobre cada caso político particular. Um âmbito que, portanto, só pode existir em sociedade.

As ações políticas são realizadas por meio das palavras, ou, ao menos, da troca de idéias por meio de linguagem. As ações estritamente políticas permanecem sempre fora da

esfera da violência¹⁹, de modo que ser visto e ouvido por outros é importante – como aprendemos em Kant – pelo “simples” fato de que todos vêem e ouvem de perspectivas deferentes. É este o significado da vida pública (Arendt, 1981:35;67), sobretudo porque “o mundo só é propriamente humano quando se torna objeto de discurso” (1987:31).

Parece-me importante introduzir rapidamente aqui – ainda que dentro de certo “recorte” – alguns conceitos importantes na obra arendtiana, os quais serão referências para toda a discussão desta dissertação.

Ainda que a linguagem constitua o solo comum através do qual os seres humanos são capazes de julgar e agir politicamente, é a partir da existência da *liberdade* que se realizam a *ação* e a própria *política*. Liberdade refere-se, no pensamento arendtiano, à possibilidade “(...) de chamar à existência o que antes não existia”, à possibilidade de iniciar algo novo e, bem entendida, não se confunde com a noção de livre-arbítrio à qual veio a ser contemporaneamente associada (Arendt, 2000:191-192;198).

Toda idade moderna separou liberdade de política. [Por conta disso,] toda tentativa de derivar o conceito de liberdade de experiências no âmbito político soa de maneira estranha e surpreendente porque todas as nossas teorias a respeito dessa questão são em sua totalidade dominadas pela noção de que a liberdade é um atributo da vontade e do pensamento, muito mais do que da ação (op.cit.:197;202).

N’A *Condição Humana*, em sua conceituação sobre a *vida activa* (diferente da *vida contemplativa* adotada pelos filósofos), Arendt desenvolve os conceitos de *Labor* (os processos metabólicos da vida biológica), *Fabricação* (os processos técnicos de produção de utilidades) e *Ação* (o desencadear de novos processos, novos começos) (Arendt, 1981:320). A *ação* é uma capacidade exclusiva do ser humano e a *ação política* enquanto tal não se realiza

¹⁹ Como veremos adiante, há muitos debates acerca do uso de violência no interior dos movimentos antiglobalização, sobretudo quanto às práticas de ação direta, desempenhadas principalmente por grupos autônomos libertários e anarquistas. Sobretudo no que se refere aos protestos de rua, este é um tema que divide bastante estes movimentos (cf. Ludd, 2002).

no âmbito privado, ela é diferente das atividades humanas em geral e depende inteiramente da constante presença de outros, de uma vida vivida num mundo comum (op. cit.:31).

No pensamento arendtiano a esfera pública remete sempre ao que é comum. O espaço público denota essencialmente dois fenômenos: o primeiro deles é a própria aparência que constitui a realidade (as coisas têm que ser vistas e ouvidas por vários para serem uma realidade compartilhada). O segundo consiste no caráter comum do mundo a todos os seres humanos – conviver no mundo significa ter um mundo de coisas interposto entre (“*in-between*”) os que nele habitam em comum, um mundo que ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre as pessoas (1981:59-62).

A opção por um recuo ao mundo privado correspondia para os antigos gregos, como para Hannah Arendt²⁰, a um estado de *privação*, inclusive das mais altas capacidades humanas, a capacidade de agir politicamente e a faculdade da *liberdade* (1981:48). A liberdade das tarefas da esfera do *oïkos* e das necessidades vitais, isto é, com relação à dimensão propriamente do *labor*, corresponde ao seu conceito de *liberação* (2000:194).

A liberdade humana deve ser entendida enquanto “o estado do homem livre, que o capacita a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e se encontrar com outras pessoas em palavras e ações” (op. cit.:idem). A liberdade humana é a liberdade para a experiência de um mundo comum e a política é a permanência de um ato fundador, a fundação permanente da liberdade (Feltran, 2005:73). Portanto, compreender o político no sentido da polis grega significa entender que sua razão de ser seria estabelecer e manter um espaço em que a liberdade pudesse aparecer e ser experimentada através da *ação*, e também através do *poder*, o que para Arendt significa *agir em conjunto na criação do mundo*.

²⁰ No entanto, como aponta Keinert: “(...) Arendt não condena a esfera privada pelas características que possui em si mesma, ao contrário, a sua crítica recai exatamente na dissolução do público como dimensão autônoma e separada do universo de coisas que dizem respeito estritamente à existência individual” (2005:58).

Ainda neste viés arendtiano, nunca como na Antigüidade greco-romana os homens tiveram em tão alta consideração a atividade política e atribuíram tamanha dignidade ao seu âmbito, a polis (2000:201). Sem um âmbito público politicamente assegurado (do qual a polis é o tipo ideal), falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer²¹, mas, uma vez expressa como fato concreto através da ação humana, “liberdade e política coincidem e são relacionadas uma à outra como dois lados da mesma matéria” (op. cit.:195).

2.2. Deslocamentos no sentido da política: a emergência do *social*

Se na Antigüidade grega a sociedade estruturava-se em torno de uma clara distinção entre *polis* (esfera pública) e *oikos* (esfera privada), na Era Moderna essa relação apresenta-se de forma bastante distinta. “Com as revoluções americana e francesa²², no fim do séc. XVIII a era moderna emerge sob o signo da igualdade e da desnaturalização das desigualdades dadas pelo nascimento” (Keinert, 2005:43), dando as condições para a origem da esfera do *social*, das desigualdades sociais como tema da política, debatidos em uma esfera pública que veio a ser constituída a partir do Estado nacional (Arendt, 1990).

Assim, na esfera privada predominam as atividades de manutenção da vida biológica e a sociabilidade de tipo familiar, na qual a violência, a hierarquia, o constrangimento e o mando do mais forte se exercem cotidianamente. O *oikos* é a esfera das associações movidas pela necessidade biológica vital; nada muito distinto de como se associam os animais. Por oposição, a esfera pública entende-se sob duplo sentido: é aquela referente ao mundo que é comum, ao que liga e separa as pessoas; e também ao agir político, aos temas que aparecem

²¹ Para Arendt, mesmo quando os seres humanos estão privados de espaços públicos, como sob regimes totalitários, ainda assim podem recorrer à liberdade de pensamento. O recurso ao pensamento não deve ser entendido como um recuo para o “eu” interior, ambos não se confundem, pois o pensamento também está vinculado à dimensão do agir e, assim entendida, a liberdade subjaz tanto à ação quanto ao pensamento (1987:18).

²² Na realidade, em Sobre a Revolução, Arendt refere-se não somente às experiências destas duas revoluções, mas também aos conselhos revolucionários da Comuna de Paris de 1871, aos *soviets* da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Húngara de 1956.

em público e são “horizontalmente” debatidos e julgados entre iguais, pela persuasão da palavra (Amiel, 1996:74-76). Quando passa a haver um predomínio da esfera do *social* – sobre as esferas da família e da política –, este consiste numa indistinção entre elementos do público e do privado, na qual o que importa notar é que os interesses privados assumem importância pública, caracterizando assim uma universalização da lógica do *oïkos*.

Esse processo de emergência do social impõe dificuldades para a compreensão da divisão entre público e privado; entre polis e família, dado o caráter amalgamado da organização política, a partir de então estruturada em torno de uma gigantesca administração doméstica nacional, ou de uma economia (*oïkonomia*) nacional (Arendt, 1981:37;45). A ascensão da esfera do social representa um deslocamento da preocupação individual com a propriedade privada e com as questões mais vinculadas à (des)igualdade econômica, para preocupação e problema de caráter público. Na leitura das análises de Michel Foucault sobre a *governamentalidade* (1979:281-282) nota-se que a emergência do social está intimamente vinculada ao desenvolvimento de técnicas de governo, de gestão da política.

A arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura [posterior ao *Príncipe*, de Maquiavel], deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado? A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo [e] (...) a arte de governar é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia. (...) A palavra economia designava no século XVI uma forma de governo; no século XVIII, designará um nível de realidade, um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história.

Ao invés de se entrar na esfera pública pela riqueza privada que liberava (*liberação*) das preocupações com a dimensão do *labor*, na modernidade exige-se da esfera pública (instrumentalizada *em razão* do social) que dê proteção e condições para o acúmulo de mais riquezas e que administre a miséria. O espaço público é gradualmente envolvido pelas

‘virtudes’ cristãs e *philantropic* de compaixão; pela vivência pessoal e privada; e por todas as formas de caridade.

Portanto, é através da compreensão do declínio da esfera pública e da ascensão da esfera social que se pode compreender como a política deslocou-se historicamente e veio a ser o que é hoje.

O princípio fundamental de instauração da liberdade pública, [a ação política], converteu-se na formulação de direitos que garantissem a igualdade social. Neste sentido, as revoluções anunciavam, neste momento, a organização de um mundo político inteiramente determinado pelos desígnios da necessidade (Keinert, 2005:48).

Trata-se, assim, de uma atividade cujo significado tem sido transformado essencialmente *a partir da ausência* de uma esfera pública de debate e participação, da ausência de um mundo comum, e também a partir de novas experiências subjetivas marcadas pelo isolamento produzido pela privação de vida em um mundo comum (op. cit.:41).

Como veremos mais adiante com Foucault, a consolidação dos Estados nacionais na modernidade e o surgimento dos dispositivos de biopoder acentuam o processo gradual de deslocamento da política em direção à esfera social. Nesse percurso histórico, ela passa de um dos mais elevados atributos do ser humano (o tipo ideal grego) a um deturpado negócio, destinado a uma classe política que vive da disputa pelo aparelho estatal e que nele se aloja buscando satisfazer interesses próprios.

Na Grécia antiga todo conceito de dominação e de submissão, de governo e de poder, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada, não à esfera pública (Arendt, 1981:41). Já no mundo moderno, a política não raro passa a ser apenas mais uma função da sociedade, culminando na sua institucionalização incessante, cujo ápice se expressa na profissionalização dos políticos, isto

é, a sua passagem da dimensão da *ação* para a dimensão da *fabricação* utilitária, relativa à administração instrumental de interesses, uma ação orientada pelo cálculo de meios relativos a fins (Weber, 2005b:13-15).

Uma vez que está destinada a tratar da questão social, enquanto preservação da riqueza e administração da miséria, a política moderna desloca-se assim para uma interação cada vez mais íntima com a economia de mercado, na qual está inscrita inclusive a questão de sua autonomia com relação a esse mesmo mercado (Keinert, op. cit.:52). A decadência da esfera pública corresponde a sua transformação em uma esfera muito restrita de *governo*, a qual é resultado da transformação da sociedade numa “economia doméstica” de dimensões nacionais e formas estatais (Arendt, 1981:70;78). A ascendência das atividades econômicas (*oikônicas*) ao nível público transforma a administração doméstica e as atividades antes pertinentes à esfera privada da família em temas do interesse “coletivo”. A própria noção de *privacidade* moderna difere em muito daquela clássica na medida em que é muito mais associada ao individualismo, à inviolabilidade do eu, do que à *privação* no sentido arendtiano. A esfera pública moderna passa a ser responsável pelo suprimento das necessidades do mundo privado, da esfera mesma do *labor* (op. cit.:42;48), agora traduzidas em termos de interesses políticos.

Na sociedade moderna desenvolvem-se mecanismos de uma organização pública do próprio processo vital, um processo de promoção do *labor* à estatura de coisa pública, no qual as funções corporais e os interesses materiais não precisam mais ser “escondidos” da esfera pública como o eram dentre os gregos. Muito pelo contrário, alimentam-se desta nova esfera *social* (op. cit.:55-56;82-83). “Criaram-se, assim, as condições para a ocupação do espaço público pela figura do *animal laborans*, [conceito] referente àquele que não *age*, mas apenas trabalha passivamente para o sustento de sua existência biológica” (Keinert, op. cit.:60, grifos meus).

As reflexões acerca das revoluções do século XVIII, em *Sobre a Revolução*, e também aquelas apresentadas em *A Condição Humana* constituem experiências a partir das quais Arendt expressa sua compreensão sobre a emergência do *social* à qualidade de esfera pública. Foram revoluções nas quais, segundo a autora, o espírito revolucionário de reatualização da política foi abandonado em função da urgência de inclusão social das massas miseráveis. A crítica de Arendt chama a atenção à entrada da fraternidade no mundo político e às transformações daí decorrentes.

(...) os sentimentos de compaixão e fraternidade não fundam um corpo político, porque solidarizar-se com alguém não significa tomá-lo como interlocutor político que compartilharia pela via do debate as questões públicas inerentes ao mundo comum. '(...) Por isso [a fraternidade] permanece, politicamente falando, sem importância nem conseqüências' (Keinert, op. cit.:47).

3. A política no *mundo sensível*:

quando o mundo só pode ser comum através do conflito político

Jacques Rancière partilha com Hannah Arendt uma compreensão sobre a política que pressupõe a linguagem como condição de sua existência e a circulação da palavra em espaços públicos como seu meio de efetivação. Rancière vem de uma tradição francesa althusseriana e cita Arendt em poucas passagens; mas, do meu ponto de vista, é possível lê-lo à luz mesmo das referências arendtianas.

Sua compreensão sobre a política envolve uma visão do conflito político um pouco distinta daquela apresentada por Arendt. Além de compartilhar a centralidade da dimensão pública da circulação da palavra e dos infinitos conflitos de idéias aí inscritos, Rancière se interessa também pelas relações de poder (ou, nos seus próprios termos, relações de mundos) determinantes das possibilidades de diálogo político. Trata-se de antecipar um pouco o foco

da interpretação a fim de saber se de fato há um mundo comum no qual um determinado discurso poderá ser compreendido pelo outro enquanto mensagem política, ou apenas um mundo segregado no qual esse discurso será ouvido como “um ruído” incompreensível. Assim, se com Hannah Arendt temos, segundo Telles (1999:7), que o “mundo comum” é

construído em torno daquilo sobre o que debatemos e que nos articula e interessa em uma interlocução possível, [ele] não é dado pela “opinião comum” ou o consenso; a cifra desse “comum”, ao contrário, são as polêmicas e divergências, os conflitos e litígios que põem em cena aquilo que concerne – exatamente porque problemático – à vida em sociedade. Daí ser possível dizer que esse “comum” – instável porque sempre sujeito a novos questionamentos e sobretudo ao imponderável da história e à indeterminação da política – é constituído pelas questões e temas em torno dos quais o conflito se arma, e a divergência e a polêmica que estruturam.

Com Rancière deparamo-nos com um modo particular de ver a política no mundo, e de ver o mundo enquanto *mundo sensível*. A noção de mundo sensível corresponde à realidade mediada pelos sentidos e também pelos dispositivos cognitivos da razão, que determinam certo modo como recebemos e percebemos o mundo logicamente, isto é, através das nossas categorias do intelecto. Assim como ocorre com as obras de arte no domínio estético (que vimos rapidamente com Arendt e Kant), o mundo sensível é apreendido de formas particulares por cada pessoa, donde deriva que é somente o diálogo, a troca plural de opiniões, é que tem a propriedade de torná-lo um mundo comum.

É importante atentar que o conceito de mundo sensível não tem o mesmo significado que o de mundo empírico. Este último refere-se àquele mundo que buscamos compreender e explicar através de diversos métodos e técnicas de pesquisa (para nós, sociológica). Já o primeiro está mais relacionado à apreensão cotidiana (e não sociológica, nem sequer científica) do mundo e das relações sociais que nele ocorrem; experimentada por meio dos sentidos e das categorias mentais de cada um.

A questão central quando se fala em mundo sensível gira em torno do que Rancière entende por *partilha do sensível*, isto é: “como em um determinado lugar, organizamos a percepção do mundo, religamos uma experiência sensível a modos de interpretação inteligíveis” (2007:1). A palavra *partilha*, nesta acepção rancieriana, deve ser compreendida tanto no sentido de compartilhar quanto no sentido de dividir, de cortar, de separar²³. Mais precisamente, é o modo como se ordena a divisão de um mundo que se compartilha. Assim, a política como é compreendida por ele representa uma das formas pelas quais os seres humanos podem interferir na ordenação do mundo sensível; ela é “um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (1996b:368).

Não há em Rancière uma teoria geral que busque a previsibilidade, mas, antes, o que há é um modo de compreender a política e de vê-la como um acontecimento em movimento. Imprimir este sentido a ela pode levar também, *quicá*, a enxergar que de fato talvez não haja muita política²⁴ no mundo atual. Qualquer que seja a constatação, cada acontecimento político deve ser interpretado na singularidade do seu desenrolar, portanto na sua historicidade, considerando-se a complexidade de atores e ideologias envolvidos em cada contexto. Não há modelo *a priori* e não há intencionalidade normativa. É, assim, um arcabouço teórico que não asfixia a realidade na busca de sua universalização e que não pretende sobrepor o conceito ao acontecimento.

Sem pretender universalizar conceitos e categorias (que em algumas vertentes podem até mesmo prescindir da consideração de sujeitos atuantes) o “método rancieriano” – se existisse – se assemelharia a algo como buscar enxergar, nos diversos aspectos do mundo sensível contemporâneo, aquelas situações nas quais se estabelecem alteridades que não

²³ Nos originais em francês o termo aparece como *partage du sensible*. Já nas traduções ao inglês, é comum o uso de *distribution of the sensible*, para se referir à noção de partilha do sensível.

²⁴ Para uma compreensão mais a fundo do que Rancière teoriza acerca do significado da política, ver: Desentendimento. Ed. 34, 1996. Sobretudo o capítulo *O dano: política e polícia*, pp. 35-54.

estavam dadas de antemão. São conflitos, antagonismos, cenas de litígio político *construídas* por sujeitos, os quais, ao exporem publicamente algum tipo de *dano*, recolocam para a sociedade a dimensão da sua desigual partilha – evidentemente material, mas sobretudo, política. Em grande medida, é este o modo, o viés pelo qual os movimentos antiglobalização estão sendo abordados aqui.

Política e estética são os aspectos da vida humana sobre os quais Rancière mais se dedicou em seus livros e artigos²⁵. Trata-se de dois domínios da ação humana que possibilitam a aparição de certos recortes, de certas partilhas do mundo sensível que antes não eram evidentes; que têm de ser construídas. Nas palavras do autor francês (2005b:59), “a política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem ficções, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer”.

Na sua teorização (2007:1), a estética é compreendida em termos das possibilidades de “ruptura sensível” no mundo através da arte, enquanto a política acontece nos termos da ocorrência de “conflitos entre mundos perceptíveis” em situações de interlocução sobre o que é o comum.

A política (...) dá visibilidade às coisas que antes não havia ali e abre uma cena comum, na qual as pessoas que são consideradas boas somente para trabalhar se mostram capazes de agirem juntas. A própria noção de estética implica uma forma de experiência compartilhada por qualquer um enquanto expressa o pensamento a um destinatário anônimo, um tipo de poder afirmado do anônimo no mundo da arte, correspondendo em última instância ao poder do anônimo que está no fundamento do político (2006b:3).

Desse ponto de vista, são potenciais sujeitos políticos *quaisquer pessoas* que transmitam em público – de inúmeras maneiras e com graus de institucionalização muito

²⁵ A este respeito ver, sobretudo, Rancière, Jacques. (2005b). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Ed. EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

variáveis – suas reflexões e suas reações aos danos que sofrem ou que percebem haver no conjunto da sociedade à qual pertencem; em outros termos, que buscam intervir politicamente no mundo sensível em que vivem suas experiências cotidianas.

Os sujeitos produtores das cenas de conflito político que interessam a uma análise com este prisma não são somente aqueles políticos “profissionais” eleitos pelo voto para um mandato público e institucional de representação, com duração previamente limitada. Antes, é a própria consideração central de outras formas de expressão política para além do campo oficial-institucional (inclusive formas estéticas), que possibilita uma ampliação da compreensão dos horizontes e das possibilidades políticas, dos próprios fins que a política possa perseguir. Para Rancière (2007:7), “os fins aos quais se propõem aqueles a quem nós chamamos de ‘homens políticos’²⁶ (...) se definem com relação a certo território daquilo que já é; ele mesmo [o campo político institucional] desenha certo território [de limitação] dos possíveis”.

Nesta concepção ampliada, ainda que ocorra em público e pretenda pôr em evidência danos sociais existentes devido a uma determinada divisão da sociedade, a política não está voltada à recusa do Estado ou tampouco ao confronto com as instituições do mercado; ela constitui, antes, “uma maneira de conduzir conflitos”²⁷. É, portanto, uma abordagem que considera muito relevantes as ações desenvolvidas por sujeitos políticos não-institucionais e não-estatais. Significa dizer, seguindo Rancière, que independentemente das diferenças de

²⁶ *hommes politiques*, no original. (N. do T.).

²⁷ “O que fica mais claro do que nunca, hoje, é que a política não é um dado permanente e identificável na organização das comunidades de Estado. Ela é uma maneira de conduzir conflitos e de fazer disso o próprio centro da vida comunitária. Essa maneira nem sempre foi exercida. Mas todo Estado, bom ou ruim, tende a reduzir a política, por meios violentos ou brandos, em nome de um princípio de comunidade não equívoca, não conflitante: a identidade da fé ou da origem, mas, também, a lei, o interesse comum ou as restrições impostas pelas circunstâncias” (Rancière, 2001:2).

títulos ou de *status*²⁸ que possam ter as pessoas, todas “estão aptas” a fazer política basicamente através da reivindicação conflituosa de uma igualdade política entre todos.

[A igualdade de qualquer um com qualquer um] é uma pressuposição da política. A democracia é o poder de qualquer um, a contingência de toda a dominação. (...) A igualdade fundamental concerne de início a capacidade de qualquer pessoa de discutir os assuntos da comunidade e de realizá-los. (...) A igualdade se manifesta politicamente quando os excluídos se declaram como incluídos na sua própria maneira de denunciar a exclusão (2005:2).

O tipo de ordem social na qual a política assim entendida é impedida de ser instituída, de aparecer no espaço público, é aquela em que vigora uma *lógica policial* de ordenação de corpos, lugares e funções da sociedade. Vejamos então a distinção do autor entre os conceitos de *política* e de *polícia*, começando por este último.

Uma das características marcantes do conceito de *polícia* é que ele se refere a determinadas instâncias e processos sociais aos quais geralmente damos o nome de *política*, mas que, como sabemos, estão bastante distantes do tipo ideal grego que esboçamos anteriormente. Para evitar confusões derivadas do nosso senso comum sobre a palavra ‘polícia’, vejamos como Rancière a define.

A *polícia* refere-se, aqui, ao “(...) conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (1996:41-42). Contudo, não se deve confundir o conceito de *polícia* com o “aparelho de Estado” e tampouco com as formas de vigilância e repressão dos “efetivos policiais”, às quais Rancière reserva o conceito de *baixa polícia*. Assim,

²⁸ Weber, Max. *Classes, Status e Partido*. In: *Estrutura de classes e Estratificação social*. Textos básicos de Ciências Sociais. Pp. 61-83. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973. Sobre tudo pp. 70-73. “Status, em alemão, *stände*. Há quem prefira traduzir por ‘estamentos’, ‘estados’ e mesmo ‘estratos de status’”. (N. do T.; p. 62).

(...) a distribuição dos lugares e funções que define uma ordem policial depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções de Estado. (...) A polícia é, na sua essência, a lei geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. (...) Uma ordem do visível e do dizível, que faz com que essa atividade seja visível e outra não seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (idem).

O tipo de situação na qual a *política*, é impedida de ser instituída, de aparecer em espaço público, ou através da qual não se constitui um mundo interposto entre iguais (cf. Arendt), é aquela em que vigora uma *lógica policial* de ordenação de corpos, lugares e funções. O raciocínio a partir do pensamento de Rancière é de que *política* e *polícia* estão constantemente se encontrando²⁹, a *polícia* buscando suprimir as manifestações *políticas* que “de quando em quando” irrompem como fruto da liberdade de ação humana e modificam as divisões do mundo sensível, desorganizam a *ordem policial* estabelecida. A política de uma parcela da sociedade que busca manter este *status quo* à força só pode ser assim, “uma *política policial*” (Oliveira, 1999:63).

Considerando que a ordem hegemônica no mundo contemporâneo é de fato um tipo de ordem policial, é importante notar que a abertura de espaços para a aparência³⁰ da lógica política igualitária nunca está objetivamente dada, e nem pode ser presumida normativamente, estando sempre sujeita à ação humana para vir à existência. É por isso que “uma mesma coisa – uma eleição, uma greve, uma manifestação – pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo” (Rancière, 1996:44-46).

²⁹ “Espetacular ou não, a atividade política é sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial. (...) Existe política quando existe lugar para o encontro de dois processos heterogêneos” (Rancière, 1996:43).

³⁰ Como veremos adiante, no debate sobre os movimentos antiglobalização, a jornalista/ativista canadense Naomi Klein (2003) denominou como a abertura de “janelas de discordância” as manifestações antiglobalização ocorridas ao final da década de 1990, início dos anos 2000. Em O desentendimento encontra-se passagem de sentido semelhante sobre a abertura de espaços de aparência da política: “a política moderna exige a multiplicação dessas operações de subjetivação que inventam mundos de comunidade, que são mundos de dissentimento, exige esses dispositivos de demonstração que são, a cada vez e a um só tempo, argumentações e aberturas de mundo, abertura de mundos comuns – o que não quer dizer consensuais” (Rancière, 1996:69).

O que constitui o caráter político de uma ação não é o seu objeto ou o lugar onde é exercida, mas unicamente sua forma, a que inscreve a averiguação da igualdade pela instituição de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão. (...) Nenhuma coisa é em si política, pois a política só existe por um princípio que não lhe é próprio, a igualdade (idem).

Quando Jacques Rancière refere-se à política está se referindo a um tipo de ação humana orientada segundo uma racionalidade específica – a racionalidade política do *dissenso*³¹ – voltada à criação de espaços de conflito entre a lógica policial e a lógica propriamente igualitária. Se para Arendt a política emerge do debate público entre iguais sobre as questões de um mundo comum e a igualdade é algo imanente à nossa “condição humana”; em Rancière temos que a política emerge da construção sempre histórica e provisória da igualdade entre os seres humanos, da interação litigiosa entre a igualdade enquanto seres falantes (lógica e pressuposição igualitária) e a desigualdade na distribuição policial dos lugares e funções do mundo sensível (lógica policial).

A política, segundo este modo de vê-la, é sempre uma relação entre *um quem* e *um qual* (qual sua parcela na sociedade)³², o que nos remete à problematização de saber “*quem pode o quê?*” (2007:7, grifos no original) numa dada sociedade. É neste sentido preciso que o começo da ação política “é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e da qualidade daqueles que estão ali presentes” (1996:35-40).

Política e ‘polícia’, para mim, se referem a um dado fundamental que é o que eu chamo de partilha do sensível. A coisa política tem início com seus modos de inscrição do comum no sensível. A ‘polícia’ é de início uma configuração da partilha do sensível que define o lugar que os corpos devem ocupar em função das suas atribuições e da sua destinação. (...) A comunidade policial que faz com que

³¹ Sobre este conceito específico ver, sobretudo: Rancière, Jacques. (1996b). *O dissenso*. In: *A crise da Razão*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

³² É claro, contudo, que certa situação de mercado que se possa denominar, por exemplo, como “vulnerável” não determinará, necessariamente, que haja algum engajamento político daqueles que nela se encontram. Há todo um processo que ocorre em termos de experiência de vida (nos termos de E. P. Thompson) e que se manifesta em cada pessoa de maneira distinta, podendo ou não resultar em ação política. Aí reside em parte a contingência da política e também daí deriva a dificuldade em estabelecer modelos normatizantes para sua existência.

qualquer um diga, por exemplo, que uma mulher deve estar em seus trabalhos domésticos, que um trabalhador deve estar na fábrica e assim por diante. (...) Eu penso que o ato da política consiste em redesenhar, em configurar a partilha do sensível sob a idéia de que um ser falante é igual a qualquer outro ser falante. Mas o ato político é necessariamente polêmico porque ele institui uma relação de igualdade ali onde havia uma diferença radical: entre os ‘animais políticos’, cidadãos porque habilitados a falar, e aqueles que têm negada a possibilidade e a capacidade de falar (1995b:3-4).

Nestes termos, toda pessoa é um sujeito político em potencial – isto é, a competência política de alguém não se pode verificar por meio de títulos, cargos, mandatos ou outras distinções de *status* que possua, mas sim pela lógica da igualdade política entre todos. É também por isso que a política é uma possibilidade que está sempre aberta à contingência do aparecimento de um “povo” que seja capaz de enunciação pública a fim de instaurar dissenso político através da nomeação – à sua maneira – de determinados danos.

O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como uma ‘comunidade’ do justo e do injusto. (...) Povo é para mim o nome de um sujeito político, isto é, de um suplemento em relação a toda lógica de cômputo da população, das suas partes e do seu todo. Povo nesse sentido é um nome genérico para o conjunto dos processos de subjetivação que fazem o efeito do traço igualitário ao colocar em litígio as formas de visibilidade do comum e as identidades, pertencimentos, divisões, etc. que elas definem (Rancière, 1996:24; 2002b:1).

Para que a política deixe de ser possibilidade e passe a ser acontecimento, em algum momento essa potência precisa, portanto, ser convertida em ação. Neste ponto vamos adentrando justamente no âmbito da liberdade política, como definida por Arendt, como pré-requisito da própria ação política. Os processos pelos quais os indivíduos aparecem politicamente, os quais estão diretamente ligados à dimensão (sempre histórica) da experiência de vida, são denominados por Rancière como *modos de subjetivação política*. Seguindo ainda trechos do próprio autor, vejamos um pouco como se efetiva no cotidiano

essa noção de subjetivação política: o primeiro excerto apresenta abstratamente os efeitos da subjetivação sobre a condição de operário ou de mulher; e o segundo narra uma passagem concreta sobre o julgamento de um operário francês no séc. XIX.

‘Operários’ e ‘mulheres’ são identidades aparentemente sem mistério. Todo mundo vê de *quem* se trata. Ora, a subjetivação política arranca-os dessa evidência, colocando a questão da relação entre um quem [se é] e um qual [sua parcela]. (...) Toda subjetivação política é a manifestação de um afastamento desse tipo. (...) Uma subjetivação política é uma capacidade de produzir essas cenas polêmicas, essas cenas paradoxais que revelam a contradição de duas lógicas, a policial e a igualitária, ao colocar em evidência existências que não são reconhecidas como existentes (op. cit.:47-48; 51-52).

Em “O desentendimento” (1996:49), encontra-se a passagem memorável sobre a *subjetivação política* manifestada por Auguste Blanqui, revolucionário processado na França em 1832:

Instado pelo presidente do tribunal a declinar sua profissão, ele responde simplesmente: ‘proletário’. A essa resposta o presidente objeta de pronto: ‘Isso não é profissão’, para logo ouvir o acusado replicar: ‘É a profissão de trinta milhões de franceses que vivem de seu trabalho e que são privados de seus direitos políticos’. O que faz o presidente permitir que o escrivão anote essa nova ‘profissão’. Nessas duas réplicas pode-se resumir todo o conflito entre a política e a polícia.

Modos de subjetivação são formas históricas de aparecimento de um conflito entre partes e, por serem históricos, são mutáveis. Assim, pode-se dizer que é possível haver modos de subjetivação que hoje nos pareçam anacrônicos. Isto significa que a subjetivação “proletário” de Blanqui só pode aparecer enquanto tal num momento histórico do mundo em que efetivamente existam as condições objetivas de experiência de vida proletária e que a própria categoria de “proletário” exista na linguagem da época. Significa entender que, nessa perspectiva de construção histórica dos conflitos, as formas pelas quais eles aparecem são

sempre mutáveis. Atualmente, radicalizando este raciocínio, pode-se perceber tendências progressivas de que

ao antagonismo do operário especializado e do chefe da fábrica substitui uma relação conflitiva na qual os atores paradigmáticos seriam o trabalhador 'criativo' mas precário e o acionista distante (Confavreux, 2006:181).

Desorganizar politicamente o mundo sensível tem por base procedimentos de subversão da significação policial operante, no conflito com suas formas conservadoras que visam à manutenção de tal ordem, as quais aqui identificamos com esses processos discursivos de *reificação* do outro. Pois como aponta Castoriadis,

O discurso não é independente do simbolismo, e isso significa uma coisa bem diferente de uma 'condição externa': o discurso é tomado pelo simbolismo. Mas isso não quer dizer que lhe seja fatalmente submetido. E, sobretudo, o que o discurso visa é outra coisa que o simbolismo: é um *sentido* que pode ser percebido, pensado ou imaginado. (...) [Assim ocorre no] fenômeno que Marx chamou de reificação, mais genericamente, de 'desumanização' dos indivíduos das classes exploradas em certas fases históricas: um escravo é visto como *animal vocal*, o operário como 'parafuso de máquina' ou simples mercadoria. (...) O que está em questão na reificação – no caso da escravidão ou no caso do proletariado – é a instauração de uma nova *significação operante*, a captação de uma categoria de homens por uma outra categoria como assimilável, em todos os sentidos práticos, a animais ou a coisas (sem data:169-171; grifos no original).

Há inúmeras formas de subjetivação política e muitas delas trazem consigo a capacidade de originar cenas de conflito, de desorganização do sensível, não havendo hierarquia preestabelecida entre elas. Significa dizer que toda forma de ação que enseje litígio político é relevante em si, independentemente do seu grau de legitimação representativa ou institucional. Assim entendida, a ação política é exercida num tipo de conflito que se situa no espaço discursivo entre modos de subjetivação e significações reificantes.

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (...) Modos de subjetivação propõem a inscrição de outros 'existentes', de outros sujeitos do litígio político, (...) transformando identidades definidas na ordem natural da repartição das funções e dos lugares em instâncias de experiência de um litígio (Rancière, 1996:47-48).

Nesta acepção, como vimos, o começo da ação política “é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, de um mundo comum, em torno da existência e da qualidade daqueles que estão ali presentes” (1996:35-40). Para que o discurso de alguém seja ouvido pelo seu interlocutor enquanto uma mensagem e não enquanto um ruído incompreensível há, segundo o autor, um requisito anterior, o de que esteja estabelecida certa igualdade entre aqueles que estão falando. Trata-se de uma idéia de igualdade que não deve ser confundida com qualquer noção de “justiça social”, pois se refere à “igualdade última na qual assenta toda a ordem social”, isto é, a *igualdade lingüística* de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. “Antes do *logos* que discute sobre o útil e o nocivo, há o *logos* que ordena e confere o direito de ordenar” (op. cit.:31), e, portanto, também de falar.

Como se reconhece exatamente como um discurso aquele ruído que o animal diante de nós faz com sua boca? Esse reconhecimento não é, exatamente, natural. Ele próprio supõe uma subversão da ordem normal das coisas. Aquele que nos recusamos a contar como pertencente à comunidade política, recusamos primeiramente a ouvi-lo como ser falante. Ouvimos apenas ruído no que ele diz. (...) Sua pretensa fala não é mais que um som fugaz, uma espécie de mugido que é o signo da necessidade e não a manifestação da inteligência. (...) Para que tenha efeito, é preciso que se instaure uma cena de conflito (1996b:373-374).

Não há qualquer garantia de que uma cena na qual um conflito comum possa ser debatido seja algo dado na realidade cotidiana. Ao contrário, essas “situações de palavra” precisam ser historicamente construídas e reconstruídas, quase sempre precisam ser de fato

conquistadas. Portanto, o ponto enfatizado aqui é que, para Rancière, a circulação da palavra em espaços públicos e o debate sobre um mundo comum não são as condições iniciais para que exista política, como parecem ser para Arendt. A condição inicial é a construção mesma de um mundo comum *através* do litígio. São situações nas quais as palavras emitidas possam ser ouvidas e compreendidas enquanto argumentação, e não desqualificadas ou reprimidas enquanto um mero ruído animal. Isso significa que “as partes não preexistem ao conflito que elas nomeiam e no qual são contadas como partes” (1996:31;40) e que, portanto, conseguir participar da cena política; conseguir ser visto e ouvido já está no próprio fundamento de liberdade da ação política.

A simples oposição entre os animais lógicos e os animais fônicos não é, pois, de forma alguma, o dado sobre o qual se funda a política. (...) Há a distribuição simbólica dos corpos, que as divide [– as pessoas –] em duas categorias: aqueles a quem se vê e a quem não se vê. (...) Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano, que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo em que há algo ‘entre’ [*o mundo entreposto*, nos termos de Hannah Arendt] eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis, e o mundo onde não há nada.

Devemos entender a política, portanto, como um tipo de ação humana que *age sobre* a ordem policial, que a perturba, que rompe a atmosfera consensual sobre a qual se estabiliza certa organização social³³. Nesse processo de politização estão em cena o juízo sobre o mundo e a liberdade para agir sobre ele, que como vimos Arendt conceituou em suas obras. É como se em Rancière essa liberdade para a ação política caminhasse no sentido da construção dessas situações de litígio, que demonstrem que é apenas através do próprio conflito que o

³³ Daí a analogia de Francisco de Oliveira (2007:16; nota de rodapé 6), inspirada na física quântica, “com os elementos de imprevisibilidade e de previsibilidade, na política, que correspondem ao dissenso e ao consenso”.

mundo pode ser um mundo comum, pois na sua expressão *policial* ele é profundamente segregado.

4. Biopolítica: hipótese de um dispositivo *policial* de governo do *social*

Ainda que Michel Foucault (1926-1984) não tenha citado diretamente Hannah Arendt em seus escritos, penso ser fundamental mencionarmos aqui alguns aspectos do percurso da política que foram pioneiramente por ele desvelados. Foi Foucault quem realizou uma análise histórica e detalhada das transformações das técnicas e dos saberes que promoveram a entrada da dimensão do *labor* (*vida biológica*, ou *vida natural* em Foucault) na esfera política³⁴.

Entretanto, antes de adentrarmos na contribuição foucaultiana, vejamos breves notas sobre a noção de *social* em Hannah Arendt e em Jacques Rancière, a fim de explorar algumas possibilidades de diálogo entre ambos. Ainda que o termo *social* não seja uma referência explícita de Rancière a Arendt, suas conceituações têm preocupações semelhantes. Antecipando o argumento, pode-se considerar que a política ao modo rancieriano encontra-se justamente “imersa na esfera do social” arendtiana, a qual vem a ser a um só tempo a tentativa de sua negação, paradoxalmente o seu constante impedimento. Como nos diz Rancière (1996:97), o conjunto das inter-relações *policiais* que confrontam a *política* tem um nome:

Chama-se o *social*. (...) O social foi precisamente, na época moderna, o lugar onde se jogou a política, o próprio nome que ela tomou, lá onde ela não foi simplesmente identificada à ciência do governo e aos meios de apoderar-se dele. Esse nome é, na verdade, semelhante ao de sua negação.

Da maneira como entendo, na teorização de Arendt o *social* possui uma dimensão mais ampla do que a que aparece em Rancière, mas contém em si um sentido de *negação de*

³⁴ Capítulo V da História da Sexualidade vol. I, *A Vontade de Saber: direito de morte e poder sobre a vida* (Foucault, 1988).

*mundo*³⁵ que lhe é muito semelhante. Para ela, “a realidade da própria política coincide com o aparecer para outrem” e a esfera do social refere-se à determinada “(...) forma de sociabilidade contemporânea que expressa claramente a impossibilidade de constituição de um universo comum entre os indivíduos” (Keinert, 2005:55;64). Como procurei argumentar, essa impossibilidade também está no fundo de toda a teorização rancieriana sobre o par consenso-dissenso e da racionalidade política como elemento capaz de construir, através da exposição do conflito, mundos comuns que antes não *apareciam*.

Interessa-nos aqui que os processos de desenvolvimento de dispositivos disciplinares do corpo e de controle das populações desvendados por Foucault são essenciais para a compreensão daquilo que veio a se tornar a política contemporânea. Como veremos a seguir, de um lado Foucault expõe o modo como a emergência da *biopolítica* é colocada a serviço dos Estados na administração da questão social desde o séc. XVII; e, de outro lado, nos revela a permanência das técnicas biopolíticas como dispositivos de controle policial (nos termos de Rancière) e ordenação dos corpos, em pleno séc. XXI.

O que podemos perceber de imediato em Foucault é que, uma vez transfigurada em biopolítica, em uma técnica instrumental de governo, a política afasta-se radicalmente da concepção arendtiana, pois aí a política jamais visa a manutenção ou o controle da vida (1981:47), e, se houvesse objetivos *a priori* na ação política, esses seriam, antes, os de contribuir para a faculdade de julgar e para a liberdade dos seres humanos.

Em diferentes obras Foucault nos narra o processo através do qual, nos princípios da Idade Moderna (séculos XVII e XVIII), a vida natural começa a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal (e do saber estatístico). É a própria dimensão do *labor* que

³⁵ Ver a detalhada discussão de Fabio Keinert: *O espaço do social como dissolução do mundo comum*. (Keinert, 2005:40-65).

passa a estar sob a interferência mais direta da razão política governamental³⁶, ficando assim mais estritamente vinculada à esfera pública enquanto problema coletivo, uma questão social. A consequência para os tempos modernos é que a política gradualmente transfigura-se em *biopolítica*:

A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. (...) Permitindo quantificar os fenômenos próprios à população, [a estatística] revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro familiar. A família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constitui nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental. (...) Quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar. De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população (Foucault, 1979:288-289; 1999:292-293).

Através de uma análise das formas de poder através de períodos históricos³⁷, Foucault nos mostra como na sua “forma antiga”, na Antigüidade clássica, o direito do soberano sobre a vida e a morte era um direito de *causar* a morte ou *deixar* viver; e, também, um direito de confisco, de apreensão; um mecanismo de subtração de riquezas, serviços, trabalho, enfim, valores – estas últimas suas manifestações mais cotidianas.

Com o desenvolvimento rápido das disciplinas – as escolas, colégios, casernas, ateliês, etc. – o mundo ocidental produziu um deslocamento do poder soberano baseado no confisco e na morte, para um poder que administra, que gere a vida biológica, “um poder destinado a

³⁶ Uma discussão muito mais aprofundada sobre o tema da *Governamentalidade* pode ser encontrada nos cursos de Foucault de 1978, no *Collège de France*. Para os limites desta dissertação adotaremos a definição que segue: “O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (Foucault, 1979:291-292).

³⁷ Sobre o método arqueológico de Michel Foucault, ver: *Entrevista com Michel Foucault*. In: Rouanet, Sérgio Paulo (org). *O Homem e o Discurso (A arqueologia de Michel Foucault)*. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro – GB – 1971.

produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 1988:128;131).

Há fundamentalmente dois pólos de desenvolvimento desse poder sobre a vida biológica (labor) que ganham relevância respectivamente nos sécs. XVII e XVIII: as *disciplinas do corpo* (anátomo-política do corpo humano: adestramento e ampliação das aptidões do corpo visando sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos); e as *regulações da população* (bio-política da população: dinâmicas e variações dos processos biológicos de natalidade, mortalidade, nível de saúde, etc.) (op. cit.: 131).

É a partir destes dois pilares (anátomo e bio-política) que, já no século XIX, o poder soberano de morte apresenta-se como complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, gerindo-a e promovendo-a a melhores condições.

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina [dos corpos], de uma parte, e das tecnologias de regulamentação [da população], de outra (Foucault, 1999:300).

Interessa apontar que mesmo tendo referenciais analíticos distintos, para Jacques Rancière (2001b:4) há pontos de diálogo entre a teorização foucaultiana do biopoder e a sua sobre a formação do Estado policial. Isto ocorre na medida em que, nas suas palavras:

[O que interessou a Foucault na sua teorização] sob o nome de política, foi propriamente a relação do poder do Estado com os modos de gestão das populações e de produção dos indivíduos. Isto concerne, para mim, a esfera da polícia. E o que Foucault fez é – no sentido forte do termo – a teoria do Estado policial: não o Estado repressivo, mas o Estado como realidade em si, não referido ao ato de nenhuma subjetividade política originária, o Estado funcionalista, inteiramente investido na relação entre a sua própria conservação e a conservação – ou a não-conservação – de um certo estado de sua população. É o Estado que protege a vida e envia à morte.

Nessa gestão moderna da vida, o ajustamento dos seres humanos à acumulação de capital foi característica muito importante e tal processo deu-se essencialmente através da ação dos grandes aparelhos de Estado que foram se complexificando e se racionalizando. Também contribuíram de maneira central as técnicas anátomo e bio-políticas que interferiram nos processos econômicos de produção, socializando indivíduos com corpos “dóceis”, “flexíveis” e altamente produtivos no trabalho.

Se, por um lado, é verdade que Foucault não tem nenhuma referência a Rancière nas suas formulações sobre a emergência dos dispositivos disciplinares do corpo e de controle das populações, chama bastante atenção o fato de que Foucault, a seu modo, tenha se debruçado sobre a análise de formas concretas de poder pelas quais se configura o que para Rancière seria um recorte policial do mundo sensível.

O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento [de formação capitalista, nos sécs. XVIII-XIX]. (...) Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no séc. XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária (Foucault, 1988:131-133; 1999:299).

O *homo faber* moderno, nos termos arendtianos, desloca a ordem hierárquica da vida ativa, na qual a *ação* constituiria a característica mais elevada do ser humano. As atividades de *fabricação* são então supervalorizadas e passam a tomar o lugar da ação política na vida dos homens, reduzindo também o desdém social antes dedicado ao *labor* desde o mundo antigo. Para Arendt, o domínio da fabricação e do labor na modernidade constitui uma

extraordinária perda de experiência das atividades humanas mais elevadas (Arendt, 1981:314;319;329;335).

O impacto de tal deslocamento sobre a faculdade humana de julgamento, sobre a esfera pública e sobre a liberdade de ação política é grande, sendo a consequência mais profunda a uniformização e administração técnica do mundo contemporâneo. Na sociedade de massas contemporânea, a ação política é substituída por um comportamento normatizado e com isso perde-se muito da dimensão inovadora, criativa da política – sobretudo se vista à luz do tipo ideal grego – que passa a ser cada vez mais rara e efêmera. Na medida em que a chave interpretativa arendtiana é a da defesa da democracia participativa; e a igualdade efetiva é política, não social, os resultados – como não poderia ser diferente – são desastrosos para o que ela define como a *dignidade da política*, isto é: a atividade política, antes depositária do desejo de imortalidade mundana, baixou na modernidade ao nível de atividade instrumentalizada em função da economia (Arendt, 1981:327).

Como veremos a seguir, no entanto, ainda que seja verdadeiro esse declínio da política referida no tipo ideal grego como resultado da emergência da esfera social, é interessante observar também que, segundo Oliveira (2006:1), “a invenção grega no capitalismo foi evidentemente redefinida, mas sua atualização num sistema movido pelo conflito de classes ganhou talvez sua maior pertinência, (...) pois a luta de classes redefiniu a política como o mais poderoso antídoto contra aquela tendência concentradora” [do capitalismo]. É justamente a partir da interação entre política e esfera social, entre política e capitalismo, que situaremos algumas distinções entre Arendt e Rancière no que se refere às formas da ação política.

5. Dimensões da ação política em Arendt e Rancière

Tanto para Arendt quanto para Rancière, há uma centralidade da idéia de que os deslocamentos que sofreu a política – de seu sentido tipológico ideal experimentado na Grécia clássica à política profissional contemporânea – levaram-na ao interior da esfera do *social*, segundo sua lógica e seus limites. Porém, há uma distância de Rancière com relação ao pensamento arendtiano no que se refere, digamos assim, às dimensões da ação política.

Nos termos de Hannah Arendt, a política não advém necessariamente da inscrição conflituosa da lógica igualitária numa determinada ordem policial hegemônica. Antes, ela pode existir ali mesmo naqueles espaços mais informais e diluídos da esfera pública³⁸ que têm menor visibilidade, que não *aparecem* tanto enquanto cenas públicas e nem são veiculados pelos meios de comunicação. São as pequenas rodas de conversa, cafés, botequins, as discussões entre amigos sobre questões comuns (ao que Arendt reserva o conceito de amizade política, *philia política*), dentre outros espaços públicos nos quais situações de circulação da palavra sobre um mundo comum possam existir.

Segundo Feltran (2005:75), para Hannah Arendt “o espaço público, terreno da política, é espaço para que se demonstrem as virtudes de quem debate, através do conflito que necessariamente atravessa as opiniões dos que dialogam, dada a pluralidade do mundo. O espaço público é assim, por definição atravessado pelo conflito entre as partes”. Quando afirmamos que o conflito é inerente à política na concepção arendtiana faz-se necessária alguma forma de mediação com relação ao modo de pensar o conflito político para Rancière, pois, como já observamos, não são idênticos.

Creio que nas obras aqui revisadas Rancière expõe uma lógica de ação e um tipo de conflito que são de outra natureza, muito mais vinculados às tensões propriamente *sociais* do

³⁸ A este respeito, ver: Habermas, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Ed. Tempo Brasileiro, 1984.

mundo contemporâneo em que vivemos, enquanto em Arendt os conflitos são, *stricto sensu*, políticos. Essa diferenciação parece-nos importante pois as cenas políticas arendtianas não estão *necessariamente* vinculadas aos conflitos de mundo entre classes ou partes da sociedade em litígio, elas têm relação mais próxima com o debate público que – atravessado por conflitos de idéias – concretiza ele próprio o mundo comum entre os que falam, formando o seu *senso comum*, o seu discernimento, e contribuindo assim para a capacidade de julgar das pessoas. Os trechos a seguir, extraídos de Feltran e Keinert, ilustram de forma clara a diferença qualitativa do conflito como elemento constitutivo da ação política para Rancière e Arendt. Vejamos:

Rancière enxerga a razão política (...) a partir da contribuição das classes populares para a instalação de espaços públicos. (...) As lutas populares que geram a aparição desses espaços estão sempre fundamentadas em conflitos, inerentes à interação das classes populares com grupos dominantes (Feltran, 2005:92).

[Para Arendt], a interação comunicativa tem *fim em si mesma*, isto é, seu sentido de ser está referido ao seu próprio exercício. (...) A vida política não se realiza com vistas a uma finalidade última a ser alcançada, já que a comunicação se esgotaria assim que os resultados fossem atingidos. (...) Aquilo que caracteriza a ação livre é exatamente seu desprendimento em relação a motivos e fins (Keinert, 2005:26, grifo no original).

Parece-me, assim, que a concepção de Rancière restringe o escopo da política a ações mais vinculadas aos conflitos *sociais* e às possibilidades de se construir aparições de mundos, de sujeitos políticos que antes não existiam, não eram visíveis. Como já observamos, se a cena de diálogo público é em si política para Hannah Arendt, em Rancière a existência da política dependerá sempre da capacidade de construção dessa cena conflituosa e dos processos comunicativos que nela houver.

Entendida segundo os termos de Rancière, a política é instituída pela ação de uma “parcela dos que não têm parcela numa comunidade”, com vistas a certo fim e motivada por determinados *danos*. Há passagens explícitas nas quais assemelha política à luta de classes, ou política a um atributo específico das parcelas pobres em uma dada sociedade³⁹. Nesta dissertação, me proponho utilizar o conceito de *dissenso* como algo que pode ser construído não apenas por parcelas sem-parcela, ou seja, por sujeitos políticos pobres (*não-liberados*, nos termos de Arendt), mas também por aqueles em melhor condição econômico-social (*liberados*). Isto porque se vê que no objeto que aqui nos interessa – os movimentos antiglobalização – há diversos atores políticos que não podem ser considerados exatamente “sem-parcela”.

Portanto, tanto a concepção arendtiana de *liberação* das necessidades vitais, quanto a premissa rancieriana da “*parcela dos sem-parcela*” como sujeito privilegiado da ação política, serão trabalhados aqui a partir de mediações com relação ao campo pesquisado. Não se trata de “enquadrar” a realidade na teoria, que deve orientar a reflexão sem determiná-la totalmente, mas, antes, de aproximar *o sentido* dos conceitos à realidade empírica estudada.

Ao menos em teoria, a política arendtiana parece não estar conceituada enquanto atividade humana voltada às questões das necessidades, da esfera do *labor* ou da justiça social, como penso que esteja em Rancière. Se isso pode sugerir algum tipo de contradição entre suas abordagens, considero que ambas podem ser complementares, uma vez que localizam precisamente a crise da política com seu deslocamento em direção à esfera social.

³⁹ “A guerra dos pobres contra os ricos é assim a guerra sobre a própria existência da política e (...) a política é a esfera de um comum que só pode ser litigioso” (op.cit.:29).

“A instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes. (...) A torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas” (op. cit.:32).

“(...) a luta de classes não está sob a política, não é a realidade da divisão e da luta que desmentiria a falsa pureza da política. A luta de classes, o cômputo polêmico enquanto um todo dos que não são nada, é a própria política. A divisão do sensível pertence à definição mesma da política como modo específico da ação humana” (Rancière, 1996b:371).

No mundo contemporâneo em que vivemos, no qual a *política* apresenta-se de modo tão profundamente transfigurado no interior da esfera do social, penso que a abordagem rancieriana é adequada por conceber a lógica da política de modo mais próximo a como ela efetivamente existe contemporaneamente. E é nesse sentido preciso que a política, ao modo de interpretação rancieriano, encontra-se justamente imersa na esfera do social caracterizada por Arendt.

6. A política “realmente existente”: niilismo⁴⁰ e crise

Como apontam inúmeros autores, dentre eles Rancière, vivemos hoje na era da derrocada dos marxismos de Estado e do fim das utopias. Contudo, o triunfo democrático sobre o totalitarismo (inclusive o soviético) representou paradoxalmente o esvaziamento da concepção de política como escolha entre soluções radicalmente alternativas, e a democracia – ainda que sempre desejável e preferível em contraste com sistemas não-democráticos – passou a ser concebida, sob o termo *consenso*⁴¹, como o regime puro da necessidade econômica (1996b:367). Como enfatiza Oliveira (2006:2-3):

Trata-se de coisa talvez mais grave: a da colonização da política pela economia. (...) Esta colonização significa dizer, em primeiro lugar, em termos teóricos, que os paradigmas da economia transportam-se para a teoria da política: já sabemos os efeitos disso nas chamadas escolas da “escolha racional” ou da “escolha pública”.

⁴⁰ Ni.i.lis.mo sm (lat nihil+ismo)

1) Redução a nada; aniquilamento. 2) Seita anarquista russa que preconizava a destruição da ordem social estabelecida, sem se ocupar de substituí-la por outra. 3) Descrença absoluta. In: *Michaelis – moderno dicionário da língua portuguesa*. Ed. Melhoramentos, 2005. O termo será empregado aqui, sobretudo, em seu terceiro significado.

⁴¹ Ainda que não haja menção explícita, a passagem me recorda muito do contexto da primeira metade dos anos 1990, quando os debates político-econômicos giravam em torno das consequências do chamado *Consenso de Washington*. Para as reflexões que seguirão mais adiante, o entendimento do clima consensual do início dos 1990 é fundamental. Vejamos, brevemente, o seu significado: “Expressão cunhada e publicada em 1990, pelo economista norte-americano John Williamson para referir-se a um conjunto de idéias e políticas econômicas de fendas unanimemente pelas principais burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multinacionais sediados na cidade de Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um ‘pacote terapêutico’ para a crise econômica da periferia capitalista” (Fiori, 2001:84).

(...) A democracia representativa, não representa ninguém e tornou-se apenas funcional para a sua própria colonização pela economia. (...) Se não se pode mudar as tendências da economia a partir da política e pela política, os resultados são os que estão aí: políticas de funcionalização da pobreza que reforçam todos os mecanismos de discriminação política.

Daí o termo “democracia consensual”, para este tipo de democracia que é inseparável da esfera do social, das forças econômicas e estatais (*oikonomia* de dimensões nacionais, nos termos de Arendt). Nessa democracia de mercado, tem sido freqüente que na atualidade (inclusive no Brasil) políticos; partidos políticos; espaços políticos e a própria noção genérica de política sejam vistos com descrença por grandes parcelas da sociedade. Disso resulta um afastamento crescente das pessoas com relação aos assuntos políticos e uma visão da política como atividade “suja”. Tal descrédito é motivado por diversos elementos, todos eles ligados de alguma maneira a certos tipos de decepção; seja com promessas e transformações não realizadas, seja com escândalos de corrupção e mau uso do dinheiro público, ou ainda pela percepção indiferente de que ao final das contas “tanto faz” quem esteja no poder.

Seja na forma de aversão ou de descrença, na contemporaneidade em que vivemos a relação das pessoas com a política tem assumido contornos cada vez mais *niilistas* (Rancière, 1996:123-138). As formas contemporâneas dessa política “realmente existente” são muitas vezes desinteressantes e desacreditadas. Este niilismo com relação à política é analisado por Rancière como um paradoxo das democracias atuais, pois simultaneamente à proclamação do triunfo sobre as utopias comunistas e experiências totalitárias, ficaram também evidentes os limites e distorções das democracias de mercado. Neste sistema democrático de mercado no qual o que importa é apenas o momento fugidio do voto, o instrumento de luta representado pelos “partidos políticos” vê exposta toda sua fragilidade programática, uma vez que o partido

não conduz, é conduzido, pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem. (...) O que resta é um público indiferenciado, reduzido à condição de espectador-consumidor dos programas [eleitorais] de televisão e da *expertise* dos

marketeiros; (...) o *marketing* saltou à frente dos programas e das posições político-ideológicas. (...) Ao longo da campanha, as preferências dos eleitores-consumidores mudam constantemente, na dependência dos lances, das personalidades, do escândalo que abala o prestígio de ontem, e principalmente do tempo de televisão (Oliveira, 2007:40-42).

A política do consenso é assim construída sobre a constante supressão do *dissenso* pela ordem *policial*; pela atribuição das soluções aos especialistas cuja razão e técnica conduzem à alternativa supostamente mais conveniente, e no limite a única possibilidade. Quando o que prevalece é este niilismo com relação à política, significa que as pessoas não têm mais esperanças ou inspirações significativas pela ação política, que ela está confinada aos corredores da política profissional e se tornou parte do sistema consensual de administração da sociedade.

O que se evidencia ante o declínio da política e, portanto, da racionalidade política dissensual, é um mundo intensamente segregado no qual uma série de conflitos antes negociados sobre regulamentações de direitos perdem sua força, em face à eclosão de conflitos étnicos e religiosos, extremamente violentos⁴². Se o povo dissensual desaparece, e com ele também a política, então é aí que a impossibilidade de coexistir dá ensejo às formas de violência mais radicais, não raro baseadas em fundamentalismos de todo tipo.

Quando se quer suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida, vê-se aparecer em seu lugar um outro povo, mais antigo, mais intratável, o povo da etnia que se declara incompatível com a etnia vizinha. Quando se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestionário dos problemas, vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como ódio puro ao outro. (...) Lá onde desaparecem as formas de tratamento político do litígio, aparecem em seu lugar as figuras irreconciliáveis da identidade e da alteridade. Por exemplo, em vez da figura política do operário e do proletário, aparece o imigrado, identificado apenas por sua

⁴² Veremos mais adiante como este ponto está vinculado às transformações na dinâmica de mobilizações dos movimentos antiglobalização após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

raça e pela cor de sua pele, pela identidade nua do outro, aquele que faz ruídos e não participa do mundo da fala (Rancière, 1996b:380-381).

Conflitos étnicos como os a que se refere Rancière estão mais do que evidentes no mundo contemporâneo, nos países ricos e também nos pobres, expressos sob formas diversas como, por exemplo, campos de refugiados, atentados terroristas, fluxos ilegais de imigração e suas conseqüências sobre o mundo do trabalho, ódio racial nas grandes cidades, chacinas nas favelas, enfim. O que se evidencia com a *ausência* de política é a intensificação da violência como meio de “solucionar” problemas.

Um recuo para o mundo privado, para as relações privadas, é o que caracteriza o contexto niilista na política, deixando os negócios públicos a uma classe política afastada da sociedade, mas que é, no entanto, cercada por *lobbies* de todo tipo, vinculando-se novamente ao seu conjunto mais amplo apenas de maneira efêmera e instrumental a cada período eleitoral⁴³. Como afirma ironicamente Bauman (2000:19), “Os políticos, pessoas que se supõe operar profissionalmente no espaço público (têm seus escritórios lá, ou melhor, chamam de ‘público’ o espaço onde estão seus escritórios)”.

Se admitirmos que tal seja o estado atual da política, então é plausível afirmar que os próprios critérios políticos estão desmoronando no momento contemporâneo. Tal falta de critérios políticos é uma das formas de manifestação de crise profunda do que Hannah Arendt nomeia a *faculdade de julgar* das pessoas, uma característica típica de tempos sombrios (1987:14). É nesse tipo de contexto que assuntos políticos tornam-se aqueles que se impõe que sejam discutidos apenas por especialistas habilitados para tal *função*, e que não sejam abertos a opiniões alheias ou a uma verdadeira escolha coletiva e participativa (1990:190,

⁴³ Nesse sentido, toda uma tradição originada em certas experiências “de esquerdas”, que se traduziram em políticas públicas participativas e de abertura de canais institucionais de diálogo, foi experimentada como tentativa de romper esse isolamento entre a classe política e a massa da sociedade. Fazem parte desse tipo de política os Orçamentos Participativos, Conselhos Municipais e Conferências Nacionais de diversos tipos. Em que medida estas experiências tiveram êxito ou fracasso na criação de algum tipo de espaço político é um debate que está para além dos limites desta dissertação.

grifo no original). Já a sensação crescente de ceticismo, pessimismo e indiferença com relação aos políticos, à esfera política e às esperanças de que dela possa resultar alguma transformação social, leva as pessoas a exigirem da esfera política (quando muito) a atenção aos seus interesses vitais privados; e garantias à sua liberdade pessoal (1987:20).

Nestes termos, o momento contemporâneo tem a marca crescente da instrumentalização e racionalização da política e do declínio de ideologias e utopias que durante muitos anos alimentaram as expectativas políticas de mudança social. Daí a constatação de que o contexto atual é de uma crise da política, tanto no sentido de uma transformação profunda da sociedade, quanto no de um radical afastamento com relação à sua forma típico-ideal grega. É nesse contexto de crise que deve ser compreendida a ação política dos movimentos antiglobalização.

7. Uma hipótese de inscrição da política no *mundo sensível*: os movimentos antiglobalização

A partir daqui tentaremos explicitar mais as mediações entre as linhas teóricas apresentadas e o objeto empírico da pesquisa: o fenômeno político dos movimentos antiglobalização. Optou-se por não aprofundar a análise sobre alguns casos particulares, mas sim construir uma espécie de interpretação do impacto político produzido pela ação coletiva desses movimentos. Isto porque, como veremos mais adiante em detalhe, tanto os “dias de ação global” e demais protestos, quanto os fóruns e os encontros desses movimentos são, na maioria das vezes, organizados segundo os princípios da “forma rede”. A forma rede refere-se àqueles tipos de ações (não só políticas) coordenadas por uma multiplicidade não hierarquizada de atores, nas quais a análise de uma parte isolada não é capaz de explicar como o todo se configura. Como explicam Aguiton e Cardon (2006:2):

Entende-se aqui por ‘forma rede’ os dispositivos organizacionais que se caracterizam por uma fraca ordem hierárquica, uma estrutura descentralizada que deixa uma importante margem de autonomia aos atores, a busca de coordenação com outras entidades exteriores e a preocupação do consenso nas tomadas de decisão. Porque a horizontalidade é a sua componente principal, os atores emprestam muitas vezes a esta forma organizacional um conjunto de valores (flexibilidade, mobilidade, respeito pelas individualidades, proximidade da ação, etc.) que os associam – parcialmente e de forma por vezes ambígua – às culturas participativas que reivindicam a democratização das organizações militantes pela participação, a transparência das decisões, a rejeição da burocratização e dos fenômenos de delegação. (...) Esta exigência torna-se uma valorização coletiva, como princípio de coordenação desejável para as próprias organizações, mas, sobretudo, para o tecido que elas formam ao se encontrarem.

Isto significa tentar contextualizar a sua emergência e atuação enquanto um acontecimento coletivo de destaque no momento contemporâneo, como uma experiência política que busca atualizar e reinventar formas de luta que sejam capazes de interferir no *recorte policial do mundo sensível*. Uma certa historiografia do processo inclui identificar ao menos algumas das cenas de dissenso, de desorganização da partilha policial do mundo que possam ter sido por eles criadas. O período em questão vai, *grosso modo*, de janeiro de 1994 a janeiro de 2007 – respectivamente, as datas do Levante zapatista em Chiapas, México, contra a entrada em vigor do NAFTA⁴⁴; e da realização do último Fórum Social Mundial, em Nairobi, Quênia.

Os anos de 1990 a 1997 marcaram o momento de maior hegemonia do discurso neoliberal da globalização, quando todos aqueles que ousassem se opor ao modelo eram desde logo tachados como atrasados. Nos termos de Rancière, aqueles que tentaram enunciar

⁴⁴ Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla inglesa). Alguns dos marcos frequentemente apontados como fundadores dos movimentos antiglobalização são: o levante de Chiapas de 1994 e o “Encontro intergaláctico” promovido pelos zapatistas em 1996; a fundação de redes internacionais como a AGP (Ação Global dos Povos) em 1996 ou a Via Campesina em 1993; os protestos que barraram o AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 1997; e os protestos de Seattle contra a OMC (Organização Mundial do Comércio) em dezembro de 1999.

críticas a esse modelo econômico passaram a ser estigmatizadas e ouvidas enquanto um “ruído” desprovido de mensagem relevante, politicamente qualificada.

Somente a partir dos anos 1990, e mais especificamente da segunda metade dos 1990, é que se inicia a problematização sobre a existência de um acontecimento como os movimentos antiglobalização. Dos anos 1980 até meados dos 1990 já há um grande debate acerca da dissolução do modelo de governo simbolizado pelo *welfare state*, dos novos problemas advindos da economia financeira globalizada e da hegemonia ideológica do neoliberalismo. Nesse período, contudo, ainda não há qualquer discussão na literatura sociológica sobre um movimento antiglobalização tal como veio a se formar posteriormente. É claro que não se trata, porém, de um fenômeno político “que surge do nada”.

A internacionalização da atividade política de cada “segmento” não é homogênea, ou seja, há diferentes momentos de entrada dos sujeitos políticos na cena internacional, resultando que é do acúmulo histórico desse processo de internacionalização que se constitui a forma de dissenso político posteriormente identificada como movimentos antiglobalização.

Os primeiros atores que se coordenaram no plano internacional, desde os anos 1970, foram algumas ONGs que contestavam o terreno da legitimidade da organização westfaliana do mundo⁴⁵: Anistia Internacional sobre direitos humanos, *Friends of the Earth* ou *Green Peace* sobre questões ambientais, Oxfam sobre desenvolvimento ou Médicos Sem Fronteiras sobre urgência humanitária. (...) Num contexto de crescimento da globalização, a internacionalização dos movimentos sociais é mais tardia, sendo as organizações internacionais tradicionais, como as internacionais sindicais, estruturas essencialmente formais (Aguiton e Cardon, op. cit.:3).

O contexto histórico de acumulação desse processo é o do pós-Guerra Fria, com o gradual aparecimento na cena política de novos modos de subjetivação, ou seja, novos sujeitos políticos (diga-se, bastante heterogêneos). Neste momento, é através da experiência

⁴⁵ Referente ao acordo conhecido como “Paz de Westfalia”, que consolidou, no séc. XVII, a ordem dos Estados-Nação (Costa, 2003:20).

mesma das campanhas e dos protestos por eles realizados que se vai estabelecer uma dinâmica de convergências múltiplas entre uma imensa diversidade de temáticas, tradições e forças políticas. Portanto, trata-se um fenômeno político construído a partir da interação entre experiências e tradições “novas”, mas também outras “antigas”.

Uma das hipóteses de pesquisa que traduzem a relevância do tema está fundamentada sobre a premissa da existência da política segundo o pensamento de Jacques Rancière: significa dizer que o surgimento dos movimentos antiglobalização no contexto pós-socialista do final do século XX pode ser interpretado enquanto *um ato de produção de novas instâncias e de uma nova capacidade de enunciação pública que não eram identificáveis num campo de experiência anteriormente dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência política*⁴⁶ (Rancière, 1996:47-48, grifo nosso).

Decorre daí tentar compreender o nexos existente entre as utopias que movem esses movimentos e as formas de subjetivação política que deram ensejo ao seu surgimento. Assim, tentar entender as expressões variadas de ação coletiva empregadas visando desorganizar a ordenação policial do mundo sensível atual. *Utopia* será aqui entendida enquanto o “significado de um norte para a organização/reorganização da estrutura social: ‘a visão de futuro sobre a qual uma civilização baseia seus objetivos ideais e constrói suas esperanças’.

(...) A utopia direciona a ação política e potencializa a insatisfação com o mundo existente” (Gorz, André, 1988, *apud* Miguel, Luis Felipe, 2006:93).

⁴⁶ Rancière chama atenção para “a abertura de um campo do possível”, ao comentar a Revolução Francesa: “Em 1788 não havia um horizonte de fins imanentes próprio a acarretar na revolução. Houve de início a constituição de um certo espaço de decisão comum que criou novos possíveis e novos sujeitos e fins. É a criação de uma esfera de ‘poder do povo’ que definiu a abertura de um campo do possível” (Rancière, 2007:7). A abertura de novos possíveis na política contemporânea, como também aponta Klein (2003), está presente no debate entre ativistas sobre os movimentos antiglobalização.

CAPÍTULO II

RECONSTRUIR A POLÍTICA POR DENTRO DA CRISE

CAPÍTULO II

RECONSTRUIR A POLÍTICA POR DENTRO DA CRISE

Nós estamos aqui porque houve uma velha tradição, e os próximos estarão aqui porque nós estivemos. Então eu acho que é todo um processo histórico. Eu critico o que chamam de velha tradição, ou velha esquerda, e suas estruturas hierárquicas e jeito de fazer as coisas, mas ao mesmo tempo acho que são parte da história, da história do processo. Você não pode dizer que estão banidos da história porque eles existem. Então acho que essas novas idéias e as velhas tradições têm que se chocar, é um choque inevitável, e chocando-se acho que algo nascerá daí.

Sohi Jeon, coordenadora geral da KoPA (Korean People's Action Against Free Trade Agreements and the WTO)⁴⁷.

8. Tradições políticas em transição: quando o contexto exige mudanças

O fim dos regimes socialistas do Leste Europeu foi uma das mudanças históricas que contribuíram decisivamente para o surgimento dos movimentos antiglobalização, sintetizando um processo que vinha desde a segunda metade dos anos 1980 ao início dos 1990, com seu “clímax” na queda do Muro de Berlim (1989) e na derrocada final do regime socialista soviético (1991). Tais acontecimentos são aqui “recortados” não apenas pela magnitude e pelo poder do bloco socialista que deixou de existir enquanto tal mas também pelo que de simbólico, de inspiração, de referência e de utopia representou para incontáveis militantes ao redor do mundo durante décadas.

Não obstante muitas desilusões já disseminadas após o conhecimento do que representara a experiência stalinista, a queda do Muro foi em grande medida “um imprevisto e inesperado” colapso, surpreendente para os partidários do regime soviético, mas também para

⁴⁷ “Ação do Povo Coreano Contra Acordos de Livre Comércio e a OMC”. Entrevista concedida durante o Fórum Social Mundial 2005, em Porto Alegre.

a outra extremidade da ordem bipolar, os Estados Unidos e seus aliados (Hobsbawm, 1995:244). No plano geopolítico, as transformações não são de menor importância:

O desmantelamento a martelo e picareta do Muro de Berlim é a imagem simbólica da demolição das barreiras que mantinham profundamente dividido e paralisado o mundo. (...) De fato, desde que os bolcheviques tomaram o poder na Rússia imperial e a converteram num império revolucionário, nunca mais houve paz num mundo dividido por um conflito inexpiável (Ricupero, 2003:9-10).

O significado de fundo é a transformação radical do horizonte político para a realização objetiva de quaisquer utopias socialistas revolucionárias no século XX. Este processo significou também, mais subjetivamente, uma erosão de expectativas e perspectivas de transformação social rumo ao socialismo. Com a simbólica derrubada do Muro de Berlim, se desfecha o período que o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm caracterizou como “*O breve século XX*” (1917-1989), o que de certa forma também encerra certo ciclo histórico das lutas operárias. Inicia-se portanto um momento histórico novo em que, como definiu Arendt em outro contexto analítico (2000:37), vive-se “um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda”.

O enfraquecimento das alternativas político-ideológicas ao capitalismo foi ainda mais agravado devido à avalanche discursiva neoliberal que, se já vinha em disputa nos anos Reagan e Thatcher (“*there’s no alternative*”), então passou a progressivamente hegemonizar a cena política no início dos anos 1990 proclamando o “*fim da história*”⁴⁸ – logo, fim da política – e se aproveitando em grande medida do simbolismo positivo que a nova era da Globalização ao menos no plano do discurso prometia, e da legitimação de que ainda desfrutava.

⁴⁸ *There’s no alternative*, célebre frase da ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher, ao apontar a inexorabilidade do modelo econômico neoliberal. Assim como o livro de Francis Fukuyama, “O fim da História e o último homem” (Rio de Janeiro: Rocco, 1999), duas boas ilustrações do clima ideológico logo após a derrocada da URSS.

A novidade da crítica [de Fukuyama] está no fato de que, em relação à esquerda tradicional, aquela tese não põe em questão apenas os meios até agora perseguidos para o alcance do fim – principalmente a redução gradual da propriedade individual até sua total eliminação –, mas também o próprio fim (Bobbio, 2001:150;152;155).

Os principais componentes da então nova ideologia capitalista dominante no mundo eram as teorias neoliberais do momento, expressas na prática sob o chamado *Consenso de Washington*⁴⁹. Numa perspectiva mais objetiva de análise, inclusive, (Ricupero, op. cit.:12), o projeto da globalização capitalista só foi possível justamente devido ao fim do bloco soviético.

[A globalização] tem raízes específicas de natureza científico-cultural – a revolução tecnológica das telecomunicações e da informática – e de caráter econômico, como é o caso da internacionalização da produção pelas empresas transnacionais. Não teria, contudo, se processado tão rapidamente se o espaço político-estratégico tivesse continuado fragmentado pelas muralhas ideológicas, uma vez que a essência da globalização é a unificação dos mercados em escala planetária.

“Estabilização, liberalização e privatização” foram apresentados como os principais objetivos dos governos e a prioridade máxima da “nova governamentalidade” foi o combate à inflação (Chavance, 2000:7). Este foi o receituário econômico a que foram submetidas as ex-repúblicas socialistas da Europa oriental e a própria Rússia pós-socialista, assim como aqueles países do Terceiro Mundo recém saídos de períodos ditatoriais – principalmente os altamente endividados⁵⁰, como o México ou o Brasil. Para as economias socialistas até então acusadas de administração da miséria e socialização das perdas, o choque capitalista foi imediatamente sentido:

⁴⁹ “Expressão cunhada e publicada em 1990, pelo economista norte-americano John Williamson para referir-se a um conjunto de idéias e políticas econômicas defendidas unanimemente pelas principais burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multinacionais sediados na cidade de Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um ‘pacote terapêutico’ para a crise econômica da periferia capitalista” (Fiori, 2001:84).

⁵⁰ *Highly Indebted Countries* (HIC) na sigla inglesa frequentemente utilizada nos debates sobre o tema.

(...) a crise estrutural [do bloco socialista] se alastrou e durou (com exceção da gradualmente reformada China). (...) Entre 1989 e 1991, os regimes políticos comunistas colapsaram, resultando num imediato dismantelamento da coerência sistêmica das economias socialistas. (...) Uma severa crise desenvolveu-se por toda parte na Europa oriental e na ex-URSS. (...) Um aumento geral nas desigualdades sociais e na pobreza (Kolodko, 1998, *apud* Chavance, 2000) que se refletiu nos indicadores demográficos. A criminalidade e a corrupção se espalharam e o mercado paralelo se expandiu. As privatizações se mostraram mais difíceis do que o esperado, e frequentemente tinham efeitos não previstos (op. cit.:5;7).

Dentre um complexo conjunto de elementos, são algumas características importantes do contexto de hegemonia do neoliberalismo o desmonte das políticas do *Welfare State*; a consolidação do Dólar como moeda padrão (o “equivalente geral” contemporâneo, cujo lastro reside no próprio poderio bélico dos EUA); o progressivo fim das ditaduras na periferia do capitalismo – fossem ou não explicitamente apoiadas pelos EUA; e, por fim, o declínio das hostilidades militares entre as grandes potências mundiais ocidentais. É nesse cenário que os Estados Unidos passam a exercer uma hegemonia política e econômica sem precedentes, ainda que mais pactuada com os outros centros regionais de poder, e que se torna politicamente possível construir o neoliberalismo como projeto de governança global (Leite, 2005:336).

É neste mesmo contexto que ocorre a primeira guerra contra Saddam Hussein (conhecida como a Guerra do Golfo), na qual o governo dos Estados Unidos, sob a liderança de George Bush (pai), estreou o “mundo unipolar” sob sua hegemonia militar exclusiva⁵¹. É um dos eventos marcantes que abre a década de 1990. Pode-se situar o contexto de maior hegemonia do discurso neoliberal da globalização durante o período de 1990 a 1997, quando todos aqueles que ousassem se opor ao modelo eram desde logo tachados de “jurássicos”,

⁵¹ Gustavo Cudas. *De volta a Seattle: anotações sobre o futuro do “processo FSM”*. In: Revista “Proposta”. FASE (RJ, Brasil), novembro 2004. Versão revista pelo autor em 07/03/2005. Gustavo Cudas é Assessor da Secretaria de Relações Internacionais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Brasil e membro adjunto pela CUT no Comitê Organizador dos FSMs de 2001, 2002, 2003 e 2005 em Porto Alegre. No artigo supracitado o autor escreve em caráter pessoal.

“inimigos do progresso”, etc. Nos termos de Jacques Rancière (1996; 1996b), aqueles que tentaram ser críticos do modelo neoliberal passaram a ser estigmatizados e ouvidos enquanto “um ruído” desprovido de mensagem qualificada, uma vez que àquela altura a globalização neoliberal era “um consenso” óbvio.

Contudo, não foi somente o discurso neoliberal então dominante que se esforçou por desqualificar e estigmatizar os projetos políticos alternativos, mas também no âmbito dessas próprias forças políticas e para muitos intelectuais a elas ligados, as desilusões com relação às utopias duramente construídas desde o séc. XIX e XX geraram um “mal-estar” que não se podia contornar facilmente:

Do ponto de vista do que vem sendo, desde a Revolução Francesa, caracterizado como esquerda, o quadro era de perda de radicalidade e da capacidade de suscitar adesão, aceitação dos marcos estratégicos do neoliberalismo, conversão de partidos de origem socialista, comunista ou popular em agremiações políticas social-liberais (Leite, 2005:336).

Na última década do século [XX], a onda neoliberal chega a seu auge num momento de perda de referenciais das esquerdas. Pior: foi um momento de ‘conversão’ de importantes setores das esquerdas ao neoliberalismo e assemelhados (Codas, 2005:2).

Com as radicais mudanças na conjuntura mundial instauradas após o fim do socialismo real, seguiu-se esse período de hegemonia neoliberal, no qual há ao menos três aspectos relevantes a serem destacados: primeiro, pôs-se em marcha mais acelerada um processo gradual de unificação dos campos econômicos nacionais em um campo econômico “globalizado” (Bourdieu, 2001:100;101; Ricupero, 2003) removendo, para tanto, os “entraves estatais” ao livre fluxo do capital, seja na forma de tributos, seja na forma de direitos sociais consolidados.

Segundo, difundiu-se uma matriz discursiva propriamente política do neoliberalismo afirmando a adoção do modelo de eleições diretas e livres (livres inclusive para a incidência das forças econômicas do mercado) como a forma ideal de seleção de governantes e como a panacéia para os problemas de corrupção e autoritarismo oriundos das experiências ditatoriais (estas últimas a partir de então rechaçadas pelo discurso dominante que outrora as apoiara). Aqui se trata justamente da hegemonia daquela forma de democracia a qual Rancière denominou “democracia consensual”.

Em terceiro, no plano propriamente simbólico, a produção da ideologia da globalização foi amplamente compactuada junto aos grandes meios de comunicação e, através de seu extenso alcance, pôde-se disseminar a noção fortemente ideológica de um “capitalismo utópico”, no qual democracia e mercado levariam à emancipação social não cumprida pelo socialismo real ou pela social-democracia, pela esquerda ou pela direita. Nesse contexto de disputa semântica pela noção de globalização,

(...) os grandes meios de comunicação contribuem decisivamente para a circulação quase universal da *doxa*⁵² intrusiva e insinuante do neoliberalismo, cuja *retórica* seria preciso mostrar em detalhe. (...) Essa *doxa* acaba por se apresentar com a força tranqüila daquilo que é por si evidente” (Bourdieu, op. cit.:95-97;100-103).

A falta de uma perspectiva alternativa das esquerdas, que nesse momento refletia-se no deslocamento de antigos setores militantes em direção ao neoliberalismo, só diminuiu na segunda parte da década de 1990, mas não como resultado apenas dos seus próprios esforços de mobilização e elaboração. A seqüência de crises econômico-financeiras iniciada em 1997, nos chamados “tigres asiáticos” (Tailândia, Malásia, Taiwan e Cingapura), impactou negativamente a credibilidade do programa neoliberal e alimentou, também, a resistência popular que buscava se reencontrar em meio ao novo contexto político.

⁵² “doxo elem comp (gr dóxa). Glória, crença, opinião”. Dicionário UOL Michaelis.

No conjunto de graves crises financeiras que se seguiram à crise asiática de 1997 estão principalmente a crise mexicana no mesmo ano, o *crack* da Rússia em 1998, a crise financeira brasileira em 1999 – um ano após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso – e a crise argentina em 2000. Sucessivos desequilíbrios que acabaram por acelerar o debate sobre modelos econômicos e teorias que haviam sido desenvolvidos dentro das próprias organizações de Bretton Woods (Stiglitz 1998; 1999, *apud* Chavance 2000)⁵³. Mas a crise neoliberal, como se sabe, não resolveu de vez a crise da própria esquerda (Codal, *op. cit.*), longe disso. Sobre este ponto, tanto Arantes (2000) como Anderson (1996) são precisos a respeito do impacto político que exerceu o breve apogeu neoliberal.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas (*apud* Neves, 2007:20).

Como aponta Arantes (2000:26),

[Da crise tanto do socialismo quanto do capitalismo enquanto ideologias vem] o vácuo ideológico em que foi precipitada a luta das classes e das nações pela riqueza capitalista, devolvendo-nos ao ‘espantoso deslizamento semântico’ que arrastou consigo os derradeiros fragmentos do discurso anti-sistema.

⁵³ Como relatou Arantes, “Pelo menos desde a que a moratória russa se seguiu à queda dos tigres asiáticos, até mesmo os mais triunfalistas reconhecem que tão cedo o capitalismo global não recobrará sua aura de infalibilidade” (2000:26). A perda de legitimidade do modelo foi tanta nesse breve período, que além de Joseph Stiglitz, do ex-diretor do Banco Mundial, até mesmo o mega-especulador George Soros escreveu um livro intitulado “A crise do capitalismo” (Ed. Campus, 1998), no qual aborda o que chamou de “o período de maior desafio ao capitalismo” e expôs seu ponto de vista sobre suas “ameaças aos valores democráticos” decorrentes da dinâmica volátil dos mercados financeiros. Soros ainda seria um dos participantes, em janeiro de 2001, da primeira e única tele-conferência ao vivo realizada entre delegados presentes no Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, Brasil, e no Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos, Suíça.

Há durante a década de 1990 uma dificuldade grande das esquerdas em fazer uma revisão crítica dos processos políticos que ela conduziu ou apoiara durante o século XX, sob o rótulo de “socialismo realmente existente”. Seja por uma recusa ao abandono de tais projetos, apegando-se a uma possível mudança na conjuntura ou, de outro lado, pela opção pragmática de adesão ao jogo democrático consensual, explicitam-se nesse momento dificuldades profundas de construção imediata de uma política alternativa por parte das esquerdas:

(...) o mais importante talvez foi que, para enfrentar o novo desafio neoliberal, o que as esquerdas tinham acumulado programaticamente desde começos do século XX mostrou-se insuficiente, em muitos casos, e não em poucos, um terrível erro. A ‘desorganização programática’ – na expressão então utilizada por Miguel Romero⁵⁴ – nos atingiu em cheio (Codas, op.cit.).

(...) o despotismo burocrático marcou de tal forma o século XX e a história da esquerda que é impossível ter hoje uma perspectiva clara para o futuro (inclusive para entender e criticar o capitalismo) sem ter levado até o fim uma reflexão sobre ele. Lido como deve ser lido, como alguma coisa que surgiu a partir da prática do ‘nosso lado’ (e não em exterioridade com relação à prática da esquerda) (Fausto, 2004).

Não se passou muito tempo desde quando podíamos ouvir a pergunta: ‘Mas ainda existe a direita?’. Após a queda dos regimes comunistas, ouve-se aflorar com a mesma malícia a pergunta inversa: ‘Mas ainda existe a esquerda?’. (...) Todos os seminários e debates públicos que se realizaram nestes últimos anos [foram] para responder a estas questões: ‘A crise da esquerda’; ‘As dúvidas da esquerda e sobre a esquerda’; ‘A esquerda em dificuldade’; ‘A esquerda em agonia’ (Bobbio, 2001:63).

Um aspecto importante sobre a desorganização programática da esquerda pós-soviética é que se trata de uma crise de conteúdo, é claro, mas também de certas formas consagradas de ação política. Francisco de Oliveira (1999:56-57) caracterizou a crise no

⁵⁴ Miguel Romero é editor da revista “Viento Sur”, publicada em Madri (*apud* Codas, 2005).

campo das esquerdas nos anos 1990 como uma naturalização da ordem neoliberal vigente refletida na noção habermasiana do “esgotamento das energias utópicas”. Crise que tem sua contraparte na ideologia da globalização, a qual engendra um intenso processo de “subjetivação do capital e privatização do público”, vivenciado como uma “experiência de desnecessidade do público” que culmina no abandono de formas anteriores de militância (expresso, por exemplo, na generalizada queda das taxas de sindicalização).

Mais do que os impactos sobre o mundo do trabalho e sobre a política operária, o “esgotamento das energias utópicas” representa também uma perda da capacidade de manifestar determinados *danos* sociais na forma de *dissensos*, isto é, de expor na evidência de um conflito mundos que não *apareciam* antes (Rancière, 1996). Importante notar que não se trata propriamente da ausência de debate entre as partes, mas antes, da impossibilidade de criar dissenso a partir da simples interação comunicativa; o que, como vimos, está na base de toda a crítica rancieriana ao modelo comunicativo de Habermas. Pois ocorre que neste contexto dos anos 1990 logo se vê que a ação comunicativa apresenta estreitos limites à construção da política. Nos termos de Paulo Arantes, o conflito de mundos e do sentido das palavras que nele se diz é ele mesmo

palco de batalhas de interpretação justamente porque os contendores estão empregando as mesmas palavras, (...) [o que] permite que o pólo dominante (...) se faça literalmente de desentendido, no caso, quanto à referência dos termos cujo sentido está em disputa. (...) O dissenso parece se declarar na mesma língua do consenso (2000:17; 20).

Em tal contexto, apesar da escassez de alternativas anti-capitalistas concretas, a emancipação revolucionária expressa pelas tentativas de regimes do chamado “socialismo real” parece não mais corresponder a um projeto de futuro alternativo amplamente compartilhado e almejado, como possivelmente o tenha sido durante grande parte do século XX – ainda que com uma série de divisões internas.

Não havendo nenhuma outra utopia hegemônica no horizonte político do conjunto das forças que ainda hoje se identificam como esquerdas, certas noções como “direção”, “vanguarda”, “hierarquia”, “tarefas” e “centralismo”, dentre outras, perderam capacidade de suscitar adesão para parte significativa dos movimentos que vieram a ser identificados como antiglobalização. Assim, vale apontar que ainda que as forças políticas de tradição socialista estejam presentes e atuantes neste tecido antiglobalização, sempre estiveram longe de serem hegemônicas ao modo como chegaram a ser durante a ordem bipolar da Guerra fria.

Para François Houtart (2004:11;12) – septuagenário militante belga a quem entrevistei durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – os anos 1990 constituíram “uma verdadeira proliferação de iniciativas dentro da qual as vezes é difícil ver com clareza como funciona a dinâmica da nova articulação”. Vê-se antigos movimentos sociais de ordem sindical ou política relacionando-se com novos movimentos que atravessam as relações de classe, todos inevitavelmente marcados por esta última (mulheres, povos indígenas, movimentos pela paz, movimentos ecologistas, movimentos GLBT, movimentos de identidade cultural, etc.), com ONGs, organizações voluntárias, filantrópicas, empresarias, enfim, “um pouco de tudo”. Não se pretende sugerir qualquer tendência evolutiva entre práticas políticas distintas, porém o que veremos é que o encontro de tradições nesse contexto politicamente modificado está no âmago da ação política dos movimentos antiglobalização.

9. Origens e enunciações do objeto em questão

Em meio à tamanha transição política, o objeto desta pesquisa é visto como um processo político que é “historicamente significativa na sua especificidade” (Weber, 2005:93). Processo porque, ao analisar os assim chamados movimentos antiglobalização, não se trata de abordar um movimento social em específico ou suas estratégias particulares em um dado

momento, mas sim de elaborar uma reflexão na qual os contextos histórico e político no qual surgiu são essenciais para compreendermos suas características atuais.

Tal surgimento parece-me um dos aspectos novos que definem a política contemporânea, que nos confronta com distinções importantes em relação às diversas tradições políticas que se constituíram a partir da metade do séc. XIX e durante o séc. XX. O momento pós-1989 é, como vimos, de crise tanto das alternativas das esquerdas democráticas – ancoradas na luta eleitoral da democracia representativa, nos termos de Rancière, da democracia consensual – quanto, sobretudo, do paradigma revolucionário clássico, que desde o século XIX animou as expectativas de emancipação humana através da ação política. Como resume Jacoby (2001:31;39), neste momento “a questão é que por toda parte a esquerda vai se tornando prática, pragmática e liberal. (...) Nos bons tempos, os esquerdistas e radicais falavam de libertação do trabalho ou de sua abolição. Hoje fala-se [no máximo] de pleno emprego e recapacitação da força de trabalho”.

Somente a partir dos anos 1990, e mais especificamente da segunda metade da década, é que se inicia a problematização sobre a existência de um acontecimento como o movimento antiglobalização. Dos anos 1980 até meados dos 1990 há já grande debate acerca da dissolução do *Welfare State*, dos novos problemas advindos da economia financeira globalizada e da hegemonia ideológica do neoliberalismo. Nesse período, todavia, ainda não há qualquer discussão sobre um movimento antiglobalização como tal.

É claro que o chamado movimento antiglobalização não é um fenômeno político “que surge do nada”. É um acontecimento que se dá em um contexto histórico de aparecimento na cena política de novos modos de subjetivação (Rancière, 1996), ou seja, novos sujeitos políticos (bastante heterogêneos). É através desta experiência mesma das lutas e dos protestos por eles realizados que se vai estabelecer uma dinâmica de convergências múltiplas e temporárias entre uma imensa diversidade de tradições e forças políticas. Portanto, é um

fenômeno construído a partir da interação entre experiências e tradições políticas novas, mas também muitas “antigas”, estas as quais durante quase todo o século XX lutaram por hegemonia política e emancipação humana, fazendo política dentro de determinados costumes que agora se vêem em transição.

O debate sobre as origens dos movimentos antiglobalização é recorrente em diversos textos sobre o tema, inclusive em textos de ativistas escrevendo sobre as suas características e desafios⁵⁵. Mais do que uma importância sociológica ou política, esse debate tem um significado simbólico que envolve de certa forma identificar o momento fundador daquilo que se tornou um acontecimento político de grandes proporções. É evidente que não há um consenso dentre as diversas visões e ênfases em cada relato e, além do mais, não há de fato uma origem senão diversas origens confluentes.

Dentre os fatores comumente mencionados para justificar as origens do “movimento global” estão desde o colapso do “socialismo realmente existente” e suas conseqüências objetivas e simbólicas para a tradição das esquerdas, até um novo tipo de política praticado pelos indígenas zapatistas nas serras de Chiapas, no México, que em 1994 ousaram levantar-se contra a assinatura de um acordo de livre comércio entre México, EUA e Canadá, o NAFTA⁵⁶. Enunciando uma utopia política de demanda por “um mundo onde caibam vários mundos”, inovaram nas formas de ação política ao atuarem

não como uma típica guerrilha latino-americana dos anos 1960-70, voltaram-se não para a tomada do poder ou a criação de um regime socialista; sua comunicação não era o discurso de esquerda cheio de *clichês*, mas era cheia de ironia, poesia e sofisticação; aqueles que tinham “posto máscaras para que pudessem ser vistos” queriam fazer com que a voz das comunidades indígenas vivendo em condições subumanas na região pobre de Chiapas fosse ouvida; (...) e [lutavam] pelo

⁵⁵ A este respeito, ver: Aguiton (2001), Houtart (2001), Seoane-Taddei (2001), Ponniah (2003), Klein (2003), Leite (2003; 2005), Yuen (2004), Gómez (*apud* Neves, 2007). Ortellado (2005). Raina (2006b).

⁵⁶ *North America Free Trade Area* (NAFTA). “Em julho e agosto de 1996, [os zapatistas] realizam, na Selva Lacandona, em Chiapas, o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que reúne quatro mil participantes” (Leite, 2005:338).

estabelecimento de novas, horizontais e comunitárias formas de governo (Nunes, 2005:278).

É por tudo isso que nos interessa aqui problematizar mais a política desenvolvida neste contexto de mudança do panorama político das esquerdas do que fazer uma análise a respeito das características virtuosas da sociedade civil. No mesmo sentido, não se pretende abordar os movimentos antiglobalização como expressão de uma sociedade civil global ou de uma almejada “democracia cosmopolita”⁵⁷. A partir de pontos de vista distintos, tanto Costa (2003:23-24) quanto Aguiton e Cardon (op. cit.:5) são enfáticos ao criticar a noção de democracia cosmopolita a partir da premissa de existência da sociedade civil global, mostrando que utilizar este conceito está longe de refletir o atual momento político-organizativo dos sujeitos que aí atuam.

Para os democratas cosmopolitas, a sociedade civil global ganha sua plausibilidade empírica a partir da emergência de incontáveis atores não-estatais que se encontram em Porto Alegre, Seattle, ou Gênova para tratar de questões que não podem ser associadas a uma constelação nacional particular. (...) O conceito de sociedade civil global é equivocado porque sugere que está se formando uma agenda social a partir das experiências acumuladas nas diferentes regiões do mundo e, mais, que tal agenda permanece submetida ao crivo de uma esfera pública mundial porosa e democrática (Costa, 2003:23-24).

Apesar dos esforços conceituais de vários intérpretes para ver nestas mobilizações inter-organizacionais a infra-estrutura emergente de uma hipotética “sociedade civil global” (Keane, 2003), [estas mobilizações] não conseguiram constituir uma arquitetura estável e global de coordenação das atividades dos movimentos sociais e civis em nível internacional (Aguiton e Cardon, op. cit.:5).

⁵⁷ Sobre este aspecto particular, ver: Lavalle, Adrián. *Crítica ao modelo da nova sociedade civil* (1999). Costa, Sérgio. *Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos* (2003); e *Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas biográficas sobre o conceito de sociedade civil* (1997). Ver também: Samuel, John. *Civil Society and other plastic phrases* (2003).

Trataremos aqui, portanto, de direcionar os esforços na tentativa de apontar alguns aspectos característicos das muitas formas de luta contemporâneas reunidas sob o termo “antiglobalização”, e que estão vinculadas à construção atual de cenas de dissenso. Um aspecto preliminar a ser apontado de imediato refere-se à própria enunciação do nosso objeto.

Ocorre que a nomeação *movimentos antiglobalização* é imprecisa ao menos sob dois aspectos: quanto às características das lutas sociais por eles desempenhadas e também quanto às múltiplas trajetórias históricas que os envolvem. Esse foi um nome que se originou como um “rótulo” não-neutro, externamente atribuído pelos meios de comunicação de massa (Ortellado, 2005:1). Além disso, existe também uma série de outros nomes identificados ao mesmo fenômeno político, tais como: movimento de movimentos; movimento global; movimento por justiça global; movimento anticapitalista; movimento altermundialista; ou simplesmente “o movimento” (Klein, 2003:302). Estes últimos são inclusive mais utilizados pelos ativistas ao se auto-referirem do que o termo “antiglobalização” que acabou emplacado pela mídia.

Não se trata, certamente, de definir esse movimento múltiplo em termos da simples negação de tudo que possamos relacionar à noção de globalização, uma vez que na disputa (simbólica) pela nomeação semântica dominante, esse movimento já foi chamado tanto de globalifóbico (com conotação pejorativa) quanto de altermundialista (com conotação virtuosa). Portanto não se trata de buscar dicotomias. Na apresentação de seu livro “Urgência das Ruas”, o auto-proclamado anticapitalista britânico Ned Ludd explicita a discordância semântica existente:

Este não é um livro sobre o ‘movimento antiglobalização’. Tal movimento foi criado na tela de TV e nas colunas dos jornais burgueses. Infelizmente, cada vez mais pessoas que têm protestado nas ruas do mundo estão assumindo essa identidade forjada pela mídia, delegando assim explicitamente esse poder a ela. A definição dos próprios termos da discussão, impondo assim limites a uma suposta dissidência, é o próprio diagnóstico da saúde de qualquer relação de poder. (...) Ser

[simplesmente] contra a globalização sugere que estaríamos melhor sob alguma outra forma de capitalismo nacional (2002:9;46).

É importante ter claras estas distinções semânticas, pois são evidências fortes da multiplicidade política em questão, e apontam para a dificuldade que reside em abordar “a heterogeneidade de um ‘movimento’ no qual o denominador comum é tão pequeno que é tentador abandonar o uso do termo que o designa” (Confavreux, 2006:177-178). Sem perder de vista essa centralidade da diversidade de enunciações, continuaremos a utilizar principalmente a nomeação “antiglobalização”, mas, basicamente, por uma questão de facilidade da escrita do que por considerá-lo um nome ideal. De fato, se é a esse termo que o senso comum rapidamente nos remete, veremos ainda o quanto ele está distante de representar o que ocorre nesses movimentos e as posições políticas que assumem.

Justamente a partir das categorias elaboradas por Rancière é que poderemos melhor compreender que as utopias envolvidas nessa forma de se fazer política vão bastante além daquilo que a idéia de antiglobalização pode sugerir. De fato, elas estão muito mais ligadas aos conflitos de mundos, que como vimos estão na base mesma da existência da política e estão refletidas em diversas formas de desorganização da partilha policial do mundo. Portanto, muito além de protestos tão somente contrários ao processo de globalização,

A revolta e o desejo que ocupam as ruas, interrompendo a circulação dos carros, dos cosméticos, da força de trabalho, dos antidepressivos, dos *delivery fast-foods* e dos gestores de tudo isso, (...) [são] todas as atitudes visíveis e invisíveis que representam um outro mundo (Ludd, op. cit.:16).

A questão que nos parece importante ter clara é que como ressalta Ortellado (2005), nem antiglobalização, nem “nenhum desses ou qualquer outro nome é suficiente para dar conta da sua pluralidade e complexidade. Esse movimento múltiplo, de estruturas soltas, fronteiras sobrepostas e alianças temporárias, não consegue se deixar apreender por definições

simples”. Deve-se atentar ainda, àquelas forças políticas (sejam elas governos, setores da Igreja, ONGs captadoras/financiadoras de recursos, intelectuais engajados, etc.) as quais, mesmo fazendo parte das ações que constituem a identidade de tal movimento, preferem ligar-se à noção ampla e menos radicalizada de sociedade civil ou mesmo terceiro setor, do que identificar-se com quaisquer dos termos antes mencionados.

Assim, fica claro que seria um equívoco querer compreender o fenômeno dos movimentos antiglobalização considerando-os como constituídos por movimentos sociais *stricto sensu*. Seu aparecimento e atuação política correspondem a processos de construção de convergências políticas entre movimentos sociais de diversas “temáticas” e identidades, mas também entre organizações da sociedade civil, e de todos estes com partidos políticos, instituições multilaterais internacionais, agências financiadoras, meios de comunicação e inclusive governos federais, estaduais e municipais.

Aguiton e Cardon (2006:17, nota 17) têm relato bastante ilustrativo a respeito das intersecções existentes entre a sociedade civil e a esfera governamental na organização de Fóruns Sociais, mostrando inclusive como muitas vezes os poderes públicos têm bastante incidência sobre as decisões a serem tomadas. Isso ocorre através do controle sobre o financiamento⁵⁸ (o que se assemelha às relações de poder do mesmo tipo que podem ocorrer com financiamentos de agências de cooperação internacional):

A organização de um acontecimento como os fóruns sociais é extremamente pesada e complexa de gerir e deve apoiar-se nos poderes públicos nacionais e locais do país de acolhimento, nomeadamente para arranjar financiamentos e infra-estrutura. (...) A este respeito, foram feitas muitas críticas ao papel da Câmara Municipal da Grande Londres (GLA) no processo de construção do Fórum Social Europeu (FSE) de 2004. Detentora do orçamento do fórum podia impor as suas decisões ao

⁵⁸ A respeito do financiamento dos fóruns sociais, Houtart (2004b:82) assinala que “tal esforço demanda, com efeito, grande volume de recursos, chegando a milhões de Euros. (...) Podemos questionar se tais arranjos financeiros possam se prolongar indefinidamente ao mesmo ritmo e com a mesma amplitude”. Também Geraldo Fontes, do MST, afirma em entrevista que “a cada vez estamos organizando eventos, tanto em nível mundial como em nível regional, cada vez mais caros e que não aglutinam mais. Somos os mesmos, mas estamos cada vez mais caros”.

coletivo inglês, o que dava a este argumentos para não respeitar as decisões organizacionais ou políticas da Assembléia Européia de Preparação (AEP). (...) As críticas mais severas da organização do FSE 2004 consideram que a Câmara Municipal de Londres e o SWP (*Socialist Workers Party*) ‘tornaram refém’ o processo do FSE.

A seguir, nos deteremos com mais cuidado sobre esses processos de convergências, sublinhando como as transformações no contexto histórico podem interferir na transmissão de tradições políticas entre diferentes gerações e grupos com práticas políticas bastante heterogêneas.

10. Política e *modos de subjetivação*: contextos, tradições e gerações

Compreender a emergência e a atuação pública dos movimentos antiglobalização implica ainda relacioná-los ao contexto político de décadas anteriores, nas quais estão muitas de suas origens e fundações. Se esse fenômeno pode ser considerado historicamente recente do ponto de vista do efeito coletivo causado pelas suas ações conjuntas, de nenhuma maneira pode-se dizer que todos os atores envolvidos também são totalmente novos. Existem partes dos movimentos que realmente traduzem subjetivações mais recentemente construídas – a partir dos anos 1990 – que tendem a se organizar de maneira horizontal quanto a hierarquias, rejeitam a política oficial e comumente atuam de forma não-institucionalizada; em redes muitas vezes provisórias e constituídas *ad hoc* (Ortellado, 2004:1-2).

Há a presença de todo um conjunto de tradições políticas oriundas de diversos contextos políticos do séc. XX, cujas causas que lhes deram origem podem até mesmo ter perdido relevância na política atual, mas cujos atores continuam buscando estabelecer relações com novas tradições e práticas de ativismo. Eley (2005:392), por exemplo, apresenta

relato bastante interessante da tensão dinâmica que tal encontro de tradições do século XX teve no contexto europeu.

De um lado ficavam as gerações da esquerda que haviam se formado com legados da Segunda Guerra Mundial e do acordo do pós-guerra, complacente com o clímax da prosperidade dos anos 1960 e cada vez mais intolerante com a dissensão, acomodando-se no futuro esperado de partidos naturalmente no governo. De outro lado, as gerações de 1968 e posteriores, cujo senso de futuro era muito diferente. Política participativa e democracia direta; feminismo, diferença de gênero e a política da sexualidade; questões de paz e ecologia; racismo e políticas de imigração; controle pela comunidade e democracia em pequena escala; música, contracultura e políticas do prazer; crescimento da consciência política pessoal – essas eram as questões que inspiravam as gerações mais jovens da esquerda durante os anos 1970 e 1980. Para as gerações de 1945, essas preocupações eram simplesmente ininteligíveis. O choque resultante alterou fundamentalmente o terreno da esquerda.

De certa forma, tudo isso traduz experiências políticas do século XX, isto é, expressa como as pessoas carregam consigo marcas das vivências políticas que tiveram. A hipótese aqui seria de que num contexto histórico como o atual é de se supor que existam diferenças significativas em termos de subjetivação política e compreensão sobre o mundo sensível. Um caso ilustrativo é a formação em curso de um renovado movimento antiguerra (iniciado no âmbito do Fórum Social Mundial de 2002 em oposição à invasão ao Iraque) que reúne tanto novos militantes quanto aqueles que estão vinculados às causas pacifistas há muito tempo. Estes últimos são pessoas cuja compreensão política do mundo está fortemente marcada pela experiência do período pós-segunda guerra mundial, pela luta contra a escalada nuclear e pela Guerra Fria, algo muito distante dos referenciais de mundo dos mais jovens.

Considerando-se as intensas transformações políticas, econômicas e tecnológicas que vêm mudando rapidamente o mundo com relação às experiências do século XX, não é descabido supor que com o passar do tempo talvez essas diferenças tendam a se aprofundar. Observando uma manifestação antiguerra nos EUA, na década de 1990, Alexander Cockburn

(2007:2-3) os retratou em “estratos históricos”, apontando algumas das principais sucessões geracionais ocorridas.

Era possível identificar os estratos históricos sob a forma humana nas manifestações de protesto. Até dez anos atrás [1997], viam-se ainda os velhos comunistas, entre os quais sem dúvida alguns ex-combatentes da brigada Lincoln, voluntários na defesa da República espanhola contra Franco. Nos anos 1980 estes veteranos eram muitas vezes os melhores organizadores. Depois vinham os manifestantes pacifistas, (...) um grupo um pouco mais jovem aprendeu a organizar-se durante a Guerra da Coreia e na época do crescimento [da luta] pelos direitos civis. Velhos sindicalistas encontravam-se lado a lado com Quakers e Unitaristas. Em seguida, veio a geração do Vietnã, hoje mais que sexagenária.

Pensar essas relações possíveis entre diferenças geracionais e modos de subjetivação política não significa, contudo, substituir na análise a reflexão sobre as diferenças de classe por outra baseada tão somente nas diferenças geracionais. As diferenças de classe, assim como as diferenças geracionais, são complementares para a análise e não mutuamente excludentes. Pode-se dizer que diferenças de classe perpassam inevitavelmente tanto as diferenças quanto as identificações geracionais. Para Rancière (1995:2), a classe é certamente uma componente fundamental da questão política, mas não se deve tomá-la apenas pelo viés da determinação estritamente econômica:

Cada vez mais enfatizei o conteúdo simbólico do conceito de classe, em oposição a uma noção que se prende a definições econômicas, histórico-econômico-sociais. Cada vez mais penso o conceito de classe como um conceito estritamente político.

A questão geracional nos parece relevante ao pensarmos a ação política devido às transformações que o declínio das grandes utopias que formaram inúmeros militantes no séc. XX trouxe para a experiência política atual. No contexto brasileiro, por exemplo, Ridenti (2006) identifica quatro diferentes ciclos na história da esquerda no séc. XX: *o ciclo anarquista* do início do século; *o ciclo das vanguardas*, dos anos 1930 ao início dos anos

1970; *o ciclo das bases*, de 1970 a 2000; e *o ciclo da institucionalização defensiva*, iniciado com o séc. XXI. Relativamente sobrepostos, tais períodos estariam vinculados às dimensões econômicas de acumulação capitalista em cada momento, o que significa dizer que as transformações da dinâmica do capitalismo também têm seu reflexo sobre as formas de luta e resistência nos diversos contextos.

É assim que mudanças profundas no contexto político, econômico e cultural de uma época podem tornar mais difícil a transmissão de tradições políticas para os mais jovens, mesmo que estas possam até mesmo ter sido hegemônicas durante trinta, ou quarenta anos. Pode haver tradições nas quais predomina certo caráter “restaurador” ou negativo quanto a quaisquer mudanças e são estas as que têm maiores dificuldades face às transformações no contexto político atual; mas há, também, aquelas nas quais se aceita que as identidades estejam sujeitas ao jogo da história, da política, da representação e da diferença (Hall, 1998:67). Donde muitas vezes se pode atribuir certo anacronismo a algumas tradições cujos fundamentos estariam referidos a um contexto histórico que não seria mais capaz de explicar o momento presente.

Em grande medida um processo desse tipo se encontra no aparecimento público dos movimentos antiglobalização, pois aí se reúnem gerações novas e antigas, num contexto de transformação intensa do mundo e das tradições das esquerdas. Ainda no caso brasileiro, como exemplo, o deslizamento político da década de 1990 se refletiu na “perda de centralidade dos novos sujeitos produzidos e articulados no longo período 1964-1990” (Oliveira, 2007:23), o que em grande medida coincide com o ciclo das bases delineado por Ridenti. O contexto internacional é de tal maneira transformado que pode-se afirmar que

o mundo é outro. (...) Se colocam em novas (e velhas) bases as formas de submissão do trabalho ao capital, bem como a luta social e política. São conhecidos os dilemas do trabalho e da organização dos trabalhadores na sociedade de hoje, com a reestruturação produtiva, a terceirização, a precarização das relações

trabalhistas, as mudanças previdenciárias, a expansão do trabalho produtivo imaterial e do trabalho improdutivo, sem contar o desemprego crônico que alguns chamariam de exclusão social, típicos de um capitalismo avançado que rapidamente sucateia setores até há pouco de ponta na economia (Ridenti, op.cit.:12).

As mudanças político-econômicas de fins do séc. XX e início do XXI caminham junto a um crescimento da individualização da vida social que vem intensificando a pluralização dos estilos de vida, das sensibilidades, preferências e comportamentos (Domingues, 2002:69). Referimo-nos aqui a processos de pluralização que dificilmente constituem um sentido de mundo comum (Arendt, 1981; Keinert, 2005) que possa gerar ação política coletiva, uma vez que se traduzem num afastamento com relação ao espaço público. Trata-se de um contexto histórico distinto daquele analisado, por exemplo, por Ernesto Laclau (1986), Eder Sader (1988) ou Marcelo Ridenti (2006), sobretudo anos 1960-70, o qual se aproximava mais a um processo de politização de um mundo comum, vinculado à emergência de novos sujeitos políticos a partir de uma cena pública construída “pela base”.

Deve-se notar também a dimensão de interação entre os indivíduos das diferentes gerações, das heterogeneidades que emergem entre eles e no interior de cada geração. Isto porque compartilhar um mesmo substrato biológico-cronológico não configura homogeneidade geracional e, aliás, “certos grupos que biologicamente poderiam conformar uma geração não ultrapassam o estágio de meros agregados de nascimento” (Domingues, op. cit.:70;72). Isto posto, a questão geracional aqui ultrapassa as delimitações cronológicas de nascimento e morte, envolvendo também as questões ligadas às tradições e subjetivações políticas formadas em cada contexto histórico.

Está claro que diferentes gerações sempre estiveram engajadas lado a lado pelas mais diversas causas políticas. Neste ponto é importante notar que as questões de identidade geracional, bem como de identidade política, se desenvolvem em processos de interação entre

as gerações, processos de estabelecimento de distinções e diferenças entre elas, que estão na base mesma do reconhecimento mais ou menos difuso que têm de si (op. cit.:71;78).

Gerações distintas não somente coexistem a partir de estágios biológicos distintos mas também a partir de experiências e identidades diferenciadas, sendo que a vida social consiste em parte de uma constante mediação de sentido, de uma permanente interpretação de significados entre coletividades que têm como referências passados e presentes distintos, assim como projeções de futuro díspares.

A questão particular que se coloca no caso dos movimentos antiglobalização refere-se ao elevado grau de heterogeneidade ideológica e de diferenças de identidade política entre as gerações. Grandes diferenças deste tipo são relatadas em detalhe por Klein (2003b:2), quando do primeiro Fórum Social Mundial:

Muitas pessoas participantes daquele primeiro Fórum passaram suas vidas construindo partidos de trabalhadores, para ver desconsoladamente esses partidos, uma vez no poder, traíndo suas raízes, se rendendo e implementando as políticas ditadas pelos mercados globais. Outras vieram com os corpos marcados e corações partidos depois de terem lutado vidas inteiras para libertar seus países da ditadura ou do *apartheid* racial, para depois verem sua terra liberada entregando sua soberania ao Fundo Monetário Internacional em troca de um empréstimo. Outras ainda, das que vieram ao primeiro Fórum, eram refugiadas de partidos comunistas doutrinários que tiveram que encarar o fato de que as “utopias” socialistas da Europa Oriental tornaram-se pesadelos centralizados, burocráticos e autoritários. E superando em número estes ativistas veteranos estava uma nova e enérgica geração de pessoas jovens que nunca confiaram em políticos e estavam encontrando sua própria voz política nas ruas de Seattle, Praga e São Paulo.

É a heterogeneidade política em conjunção com a diferença etária que caracteriza o tipo de distância que separa as distintas gerações. E isso acontece não somente nos movimentos antiglobalização. Azis Simão, por exemplo, demonstrou como o anarquismo pôde servir – tanto na Europa Ocidental quanto no Brasil, ainda que segundo processos distintos – como um sentido comum de utopia política para diferentes gerações, as quais, além

da distância etária, se caracterizavam também por fortes diferenças quanto a suas origens sociais, formação educacional e situação de classe. Para ele, isso explicaria em parte como “o terreno de sementeira do anarquismo passou da classe operária e do sindicato às classes médias e à universidade, [e também porque] (...) bloqueado pelo sindicato único e recusando a organização partidária, o anarquismo tende a ficar no plano dos movimentos sociais”⁵⁹ (1989:57).

Considerando-se portanto que para além dos componentes etários há outros tantos que contribuem para a formação política de uma geração, José Correa Leite (2005:339) propõe o uso da noção de *geração política*. Para ele, é possível afirmar a existência de uma nova geração política que se expressa com força e vitalidade no interior dos movimentos antiglobalização. Independentemente de aceitarmos ou não essa afirmação, o importante é atentar para o fato de que a noção de geração política empregada por Leite corresponde a um duplo significado. A novidade estaria no fato de que além de ser nova pela sua faixa etária, também seria uma geração inovadora quanto às formas de atuação política. Ou, nos termos de Rancière, seria inovadora quanto às formas de subjetivação política que manifesta e, portanto, nas maneiras como busca redefinir o mundo sensível. Para Aguiton e Cardon (2006:3), a escolha por certas formas de atuação, e não outras pode acompanhar transformações históricas nas modalidades de adesão às organizações e aos movimentos políticos. No caso específico dos movimentos antiglobalização, os autores sublinham que:

a emergência da forma rede como modo de coordenação privilegiado pelas organizações com vocação internacional acompanha, sem que estes fenômenos estejam numa relação causa/efeito, transformações nos modos de adesão individual: mais especializados, mais individuais também, certos investimentos militantes dirigem-se preferencialmente para coletivos com fronteiras maleáveis,

⁵⁹ Cabe ressaltar aqui a presença do movimento anarquista em meio aos contemporâneos movimentos sociais antiglobalização. Discutir se configura ou não uma “nova geração anarquista” está fora dos limites desta dissertação. Sobre este aspecto particular, ver Ortellado, Pablo; e Ryoki, André. Estamos vencendo! Resistência global no Brasil. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora, 2004.

respeitadores da diversidade de orientação e da intensidade dos compromissos e reservando certa autonomia às diferentes entidades que os compõem.

A rede feminista internacional da Marcha Mundial das Mulheres, uma das mais atuantes nos movimentos antiglobalização e também no Fórum Social Mundial, aponta em um dos seus documentos de balanço e perspectivas (WMW, 2005) que é necessário considerar que

muitas mulheres jovens, que se tornaram politicamente ativas com o impacto de Seattle e Porto Alegre fazendo parte de diferentes movimentos sociais, estão vendo a presença feminista com interesse pela primeira vez. (...) Para o feminismo, de forma a se conseguir fortalecer nossas análises e ações, é vital que construamos pontes com a nova geração e com mulheres vindas de outros movimentos: mulheres negras, mulheres dos sindicatos, camponesas e indígenas, etc. (...) [Trata-se, assim] da emergência de uma nova geração política feminista: mulheres mais jovens vêm participando nas nossas lutas e novos temas, perspectivas, e práticas organizacionais e de ação têm sido estabelecidas.

O relato a seguir também é bastante ilustrativo desta questão da interação conflitiva entre distintas gerações políticas. Numa perspectiva crítica sobre a organização do Fórum Social Mundial de 2001, Nunes (2005:281), argumenta como as diferenças geracionais puderam ser politicamente percebidas e vivenciadas no espaço do Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ):

Enquanto a onda de protestos que criou o espaço político no qual o FSM pôde acontecer foi majoritariamente o resultado de uma nova cultura política, na qual pessoas “jovens” (o que quer que isso signifique) tinham um papel de destaque, a organização do FSM foi desenhada por culturas e forças políticas mais velhas e já existentes anteriormente. No Acampamento da Juventude, isto veio a ser definido em termos geracionais: nova e velha geração política.

É evidente, contudo, que a questão é um tanto mais complicada. Basta lembrar que existem inúmeros militantes jovens que têm raízes em movimentos sociais, em organizações

ou mesmo em ‘ideologias’ correspondentes às tradições das antigas gerações. São estes os “setores de juventude” dos partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, etc. que vêm sendo socializados politicamente segundo modos de subjetivação construídos por outras gerações durante o século XX, mas que vivem e agem em um contexto histórico já bastante distinto daquele.

Nos anos de 2002 e 2003, por exemplo, realizou-se no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o “Encontro Mundial da Juventude” (EMJ), que tinha como um de seus propósitos reunir a maior pluralidade possível de grupos políticos jovens. Tanto na preparação quanto durante o evento ficaram evidentes diferenças profundas de visões de mundo e de cultura política dentre os jovens das organizações, movimentos e coletivos participantes, o que, é claro, se refletiu em disputas acerca do formato do encontro, temas, objetivos, palestrantes, etc.

O Comitê Nacional da Juventude decidiu dedicar-se a organizar algo chamado o “Encontro Mundial da Juventude”. Sintomaticamente ocorrido em uma grande sala na Universidade Católica, foi uma versão amplificadora da Plenária da Juventude de 2001: sem um propósito claro, com a mesa cheia de representantes de grandes organizações de juventude direta ou indiretamente vinculadas a partidos políticos, o encontro colapsou quando não se podia ter acordo sobre a bombástica declaração final: alguns grupos demandavam que o título deveria ser “um mundo socialista é possível”, enquanto outros argumentavam que nem todos na sala eram socialistas, e a vasta maioria provavelmente nem se importava. (...) É um bom exemplo de como as culturas políticas existentes ajudaram a formatar o Fórum: no seu desejo de reunir a “juventude intercontinental”, os organizadores não sabiam o quanto caía mal o conceito de juventude quando traduzido para as pessoas que estavam em Seattle e Praga, [pois remetia às tradicionais juventudes de partidos] (Nunes, op. cit.:282;286).

São, portanto, gerações e costumes políticos bastante diversos os que estão reunidos nos movimentos antiglobalização e sua prática coletiva é fruto desse encontro dinâmico e, não raro, conflitivo. Como vimos, o que caracteriza a novidade geracional são mais as

transformações no contexto histórico e as renovações nos modos de subjetivação política do que uma renovação estritamente etária. Leite (op. cit.) enxerga no surgimento dessa nova geração política possibilidades de “revitalização” da própria atividade política.

Emergiram, nos anos 1990, novas resistências muito distintas das anteriores, por vezes com um caráter político bastante inovador. O que subsistiu e o que se formou de correntes anticapitalistas conhece uma mudança profunda, com a convergência de muitos movimentos de caráter anti-sistêmico em um movimento novo, global, de oposição ao neoliberalismo, à dominação imperial e à militarização. Uma nova cultura política se forma neste marco. Protestando sob lemas como “nosso mundo não está à venda” ou “o mundo não é uma mercadoria”, e reunindo-se nos eventos do Fórum Social Mundial sob a bandeira de “um outro mundo é possível”, estes movimentos constituem a novidade política mais importante da última década, talvez a fonte de revitalização da atividade política ou pelo menos a única que se pode hoje visualizar (2005:337).

Numa conjunção de experiências e tradições como ocorre nos movimentos antiglobalização trata-se de um contexto no qual ocorre algo semelhante ao que Gadamer (1960, *apud* Domingues, op. cit.:78) denominou como uma “fusão de horizontes” interpretativos de indivíduos e coletividades que se põem em contato com sistemas simbólicos distintos dos seus. Quando esses movimentos antiglobalização emergiram na passagem do século XX para o século XXI as diferentes gerações que juntas tomaram as ruas compartilhavam, portanto, um vasto e complexo mosaico de ideologias, aspirações e formas de ver o mundo. É nesse emaranhado das distintas trajetórias individuais, tradições políticas e modos de subjetivação na passagem de um século para outro que se forma – como cena pública – o acontecimento político dos movimentos antiglobalização. Nessa perspectiva, trata-se de um “aparecimento” que é aqui compreendido enquanto uma nova forma de subjetivação política, a qual vem inscrever

(...) um dispositivo de enunciação e de manifestação de um coletivo – entendendo-se que este coletivo é ele mesmo uma construção, a relação de um sujeito da enunciação com um sujeito expresso pela enunciação (Rancière, 2001b:3).

Não há quaisquer garantias de que idades cronológicas comuns possam gerar movimentos culturais e políticos com identidade clara e grau ao menos razoável de organização. Sobre este aspecto, “o simples fato de haver nascido em 1960, por exemplo, tende a gerar elementos que subjazem, de formas múltiplas, ao comportamento de inúmeros membros da sociedade, mas a consciência disso é em geral muito difusa” (Domingues, op.cit.:82). Em alguns casos, porém, a consciência dos processos geracionais parece estar bastante presente, como mostra o relato de Pierre Rousset, militante francês da geração de maio de 1968. Ele expressa através de um balanço da sua própria experiência o atual encontro geracional no interior dos movimentos antiglobalização e o que se poderia chamar de “choque de subjetivações” daí decorrente.

Uma mudança radical de geração aconteceu desde meados dos 1990. As diferenças são muitas. Politicamente, [a nova geração] não viveu o período da guerra fria; é filha da era de desintegração pós-URSS e da globalização capitalista. Suas referências não são mais as nossas: eventos como as revoluções russa, cubana e vietnamita são fatos da história, não parte das suas próprias histórias e identidades (imaginadas) como o era no nosso caso. Exceto por uma pequena minoria, os ‘rótulos’ ideológicos tradicionais perderam muito de sua (sempre relativa) relevância (2005:7).

Este conjunto complexo de subjetivações é a base para a construção de alteridades e antagonismos com relação a diversas instituições e atores *policiais* associados à noção de globalização (à qual, nos discursos dos movimentos costuma-se adicionar *neoliberal*, *do capital*, ou *capitalista*, dentre outros adjetivos). São instituições “palpáveis” que no mundo atual influenciam no modo como a “repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (Rancière, 2005b:15). Neste sentido, entender os movimentos antiglobalização enquanto sujeitos

políticos, os quais, pela sua atuação, tentam desordenar a ordem policial e recolocar na cena pública um sentido de mundo comum, significa entendê-los na definição mesma de sujeito político de Rancière (2001b:2):

Sujeito político como ‘aquele que toma parte no ato de governar e ser governado’.
 (...) Um sujeito é já de início a invenção de uma topografia de si e do outro que borra as relações identitárias. É o recorte de um outro quadro do que é visível e argumentável como possibilidade dos corpos. Esse recorte reinstitui uma visibilidade do viver junto.

Como não poderia deixar de ser em um movimento que se ambiciona global, não há um único adversário, não há uma única causa, demanda ou alternativa em jogo. O que pode ser observado é uma enormidade de demandas, queixas, reivindicações, denúncias etc., contra inúmeros organismos e instituições que regulam e regem o sistema capitalista. Portanto, diversos modos de subjetivação colocados em um quadro de litígio público, que buscam reatualizar o poder propriamente político de desorganizar o mundo sensível policial. Se assim entendermos o panorama político que emergiu dos anos 1990, situando precisamente a centralidade da transformação de contexto para as esquerdas e da dinâmica geracional, cabe aí uma reflexão sobre as formas dissensuais que eventualmente são produzidas por este encontro de gerações e subjetivações políticas tão diferentes.

11. Sobre antagonismos *policiais* e a *democracia consensual*

Avançando mais um pouco e retomando certos aspectos já apresentados, além de afirmar que a origem dos movimentos antiglobalização na verdade é formada por “origens” – geográficas; políticas; e simbólicas – parece razoável também admitir que sejam sujeitos políticos que estão naquele amplo campo o qual comumente entendemos pelo nome de “esquerda”. Retomando a definição de esquerda proposta por Ridenti, e que nos é satisfatória

para as considerações desta dissertação, “o termo esquerda é usado para designar as forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social” (2006:2). O filósofo italiano Norberto Bobbio (2001:51) tem passagem importante a respeito das razões e significados dessa distinção política que, apesar de generalista, ainda sustenta muito de sua validade prática nos tempos atuais.

(...) “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer.

As noções de esquerda e direita, sobretudo hoje em dia, estão bastante opacas e indistintas, mas o referencial amplo aqui utilizado tem sido o de que “(...) o que caracteriza a esquerda perante a direita é o ideal, a inspiração, ou a paixão que costumamos chamar de ‘*ethos* da igualdade’” (Bobbio, op. cit.:150-152; 156). Se for correto situar o movimento antiglobalização num espectro político ao qual geralmente damos o nome amplo de esquerda, então é preciso também situar qual é a ampla direita em relação à qual se situa. Penso que para efeito de análise desses movimentos a direita contemporânea deva ser compreendida como aquelas forças políticas que, nos campos econômico, político e cultural, operam a favor da liberdade do capital e contra as formas dissensuais da política atual, o que não é compatível com qualquer “*ethos* da igualdade”.

Assim, no que tange essas alteridades externas e os “adversários” com quem estabelecem o dissenso, os alvos das ações dos movimentos antiglobalização são, em geral, as instituições promotoras e zelosas do que Jacques Rancière denominou *sistema consensual*⁶⁰.

⁶⁰ Sobre este ponto, ver: O Desentendimento. Ed. 34, 1996, sobretudo o capítulo *Democracia ou Consenso*, pp. 99-122.

No sistema consensual prevalece a expressão formal da democracia na sua forma eleitoral, mas é suprimido todo o seu conteúdo político e seu potencial litigioso. Este tipo de democracia – que predomina nos dias atuais – ditada pela economia e pela mídia, Rancière denomina como *democracia consensual*.

Trata-se de trazer estas instituições para um campo de debate que não existia antes e buscar tornar evidentes conflitos que também não apareciam antes, pois a “política é quando se cria uma cena na qual se inclui o seu adversário, mesmo que seu adversário não queira ser incluído ou que você esteja lutando contra tal adversário” (Rancière, 2006:3).

Expressões concretas de tais forças são instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais têm o poder de praticamente governar governos nacionais, além, é claro, das corporações transnacionais e do mercado financeiro – ambos os maiores beneficiários da recente liberalização do capital. Isto significa dizer que são instituições *policiais* que de alguma maneira têm a capacidade, o poder, de influir na partilha do mundo sensível.

Vale mencionar, inclusive, que existem críticas no interior dos movimentos quanto a uma valorização “fetichista”⁶¹ dessas instituições, quando na realidade o alvo deveriam ser as relações capital-trabalho. Alguns ativistas chegam a considerar que se trata de uma “fetichização das instituições que governam o capital global” (Ludd, op.cit.:48-49).

A maioria da oposição à OMC invoca aquele elevado ideal burguês – a democracia – reclamando da falta de controle democrático nestas instituições. O sistema de trabalho assalariado (a base das relações sociais capitalistas) não é atacado. Em vez disso, dardos são atirados em fetiches.

⁶¹ Em outro contexto analítico, Oliveira (2007:24) assinala bem como a questão pode ser abordada em diferentes perspectivas sociológicas: “Em termos weberianos, o reencantamento do mundo, ou, nos termos de Marx, a radicalização do fetiche”.

Algumas vertentes anarquistas, inclusive, defendem que o melhor método para perturbar a ordem do sistema é adotar aparições esporádicas, mobilizações relâmpago, as quais, sabendo-se incapazes de confrontar a força repressiva do Estado, devem se dispersar, realmente desaparecer, uma vez identificadas pelas instituições policiais. Sua invisibilidade e imprevisibilidade seriam então as maiores aliadas na construção daquilo que chamam de “Zonas Autônomas Temporárias”⁶² (TAZ, na sigla inglesa). Como define Bey (2001:17-18, grifos no original).

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-la. (...) Seu grande trunfo está em sua invisibilidade – o Estado não pode reconhecê-la porque a História não a define. Assim que a TAZ é nomeada (representada, mediada), ela deve desaparecer. (...) Assim sendo, a TAZ é uma tática perfeita para uma época em que o Estado é onipresente e todo-poderoso mas, ao mesmo tempo, repleto de rachaduras e fendas.

Parece-nos que, embora proposições deste tipo possam estar corretas quanto às estratégias mais eficazes para se escapar ao Estado, elas não exibem muitas possibilidades de engendrar política, pois, ao invés de incluir o seu adversário num campo de conflito elas desaparecem da cena pública justamente para evitar este contato. Podem realmente até ser boas formas de se escapar à repressão da *baixa polícia*. Como observamos anteriormente, aquilo que comumente conhecemos como polícia, as forças armadas de repressão, detentoras do “monopólio legítimo da violência” Rancière denomina como *baixa polícia*. O termo visa distinguir do seu conceito de *polícia*, o qual vimos que está ligado às formas de interdição, de impedimento da ação política, seja por meio de violência ou inclusive por métodos técnicos e “não-violentos” de gestão.

⁶² A este respeito ver o rico relato histórico do surgimento das “TAZ” na Europa ocidental realizado pelo britânico Geoff Eley (2005:541-547, e, sobretudo, p. 543). Em outra chave interpretativa, também John Holloway (2003) desenvolve uma proposta de resistência ao capitalismo sem ter “o poder” ou o Estado como referenciais da ação.

Política e polícia não são dois modos de vida, mas duas partilhas do sensível, duas maneiras de recortar um espaço sensível, de nele ver ou não ver os objetos comuns, de entender ou não entender os sujeitos que os designam ou argumentam seus assuntos. (...) A polícia é a partilha do sensível que (...) estrutura o espaço perceptivo em termos de lugares, funções, aptidões, etc. (2000:2).

A relação entre as tentativas conflituosas de instituição da política e as contra-ofensivas *policiais* visando a sua supressão existe desde que se conheceu o uso público da linguagem como contraposição a formas de dominação quaisquer. A política se instaura na desorganização do poder de incidir na distribuição de corpos, lugares e funções da sociedade e da manutenção de uma identidade comum, coesa e ordenada. Portanto, uma ordenação da partilha do sensível que estabelece

Um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído, que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto; de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo (Rancière, 2005b:16-17).

Contudo, esse sistema que promove consenso sobre dissenso, o sistema consensual contemporâneo, somente vem a existir em sua plenitude a partir do desenvolvimento histórico de instituições policiais de ordenação do mundo sensível, que são hoje hegemônicas, tais como: *a)* o Estado-nação (que aperfeiçoa e aplica todos os procedimentos biopolíticos de mensuração e controle da população⁶³, e que também zela pelo mito oficial de uma identidade nacional unívoca); *b)* o Direito secularizado (o qual se torna no mundo contemporâneo o grande conversor dos litígios políticos em problemas jurídicos técnicos), e que também está intimamente vinculado a instauração de estados de exceção; *c)* a Democracia formal de massas (democracia consensual, a qual, dominada pelos discursos técnicos e pela perda de legitimidade da representação política, praticamente esvazia a participação política para além

⁶³ A este respeito, ver: Foucault, Michel (1999; 1988; 1979).

do voto); e *d*) o complexo dos meios de comunicação de massa (responsáveis tanto pela perpétua (re)apresentação da sociedade para si mesma como a expressão idêntica aos resultados das pesquisas e sondagens de opinião; quanto pela compreensão pré-estabelecida dos fatos⁶⁴ segundo padrões *policiais* de interpretação e juízo) (Rancière, 1996:99-122).

Dois fatores são fundamentalmente importantes na dinâmica de funcionamento policial do sistema consensual contemporâneo: de um lado, a conversão simbólica e prática dos litígios políticos em problemas jurídicos a serem racionalmente negociados entre partes e normas preestabelecidas; e, de outro, a anulação da política pela disseminação da violência étnica ou religiosa, sobretudo após o 11 de setembro de 2001 (Rancière, 2002:1-2). Esta última se refere tanto à guerra de George W. Bush contra o terror, quanto às questões étnico-religiosas que eclodem por toda parte no interior dos países ocidentais (a França de Rancière é um bom exemplo desse processo⁶⁵).

Num tal contexto, as conseqüências para a existência da política são graves: nos termos de Francisco de Oliveira (2007:36; 1999:63), a política de uma sociedade consensual que busca manter seu *status quo* só pode ser “uma *política policial*, que não chega a formar outro campo de conflito, em que exatamente a operação de um novo consenso possa ser ‘política’. Trata-se de ‘ação anticomunicativa’”. Para Rancière,

O traço mais marcante desta simbolização [do sistema consensual, acentuada após o 11/9] é o eclipse da política, isto é, da identidade incluindo a alteridade, da identidade constituída pela polêmica sobre o que é comum. Esta é radicalmente negada pelos poderes étnicos e religiosos, e ela é expulsa do interior dos Estados consensuais. (...) Assim, o espaço da política se encontra tão reduzido que se

⁶⁴ A este respeito ver, sobretudo, Rancière, Jacques. *As novas razões da mentira*. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 22 de agosto de 2004.

⁶⁵ “É sobre o terreno securitário que o governo francês explora a recente revolta nas periferias. Além da condenação expressa de centenas de jovens à prisão e do anúncio da expulsão de certo número de estrangeiros, aprovou na Assembléia nacional a prorrogação por mais três meses do *estado de urgência*. Pior, na sua lei antiterrorista, o Sr. Nicolas Sarkozy pôs ênfase sobre o desenvolvimento da vídeo-vigilância, da manutenção das conexões de Internet, dos controles administrativos e das sanções penais. Essa avalanche de atentados às liberdades certamente não é o modo a se responder a esta crise. Não há mais ordem cívica na desordem social” (Bonelli, 2005:20-23;36; grifo meu).

constitui no intervalo entre a literalidade abstrata do direito e a polêmica sobre suas interpretações (Rancière, 2002:1-2).

Ao assumirmos a noção de Rancière de “parcela dos sem-parcela” como construtora da política a princípio aparentemente temos problemas, uma vez que se observa claramente que nem todos os envolvidos nos eventos antiglobalização – protestos, fóruns, *lobbies*, etc. – podem ser considerados literalmente como parcelas “*sem-parcela*”, tanto na riqueza social quanto no poder de intervir em decisões políticas. Neste sentido, Sérgio Costa (2003:24) observa corretamente a existência de certa “elite militante” global, profissionalizada, a qual se advoga representante da sociedade civil global numa ordem mundial democrática cosmopolita.

No que se refere aos encontros do Fórum Social Mundial (FSM), são relevantes os dados apresentados na pesquisa “*Raio X da participação no Fórum 2005: elementos para o debate*”, realizada pelo IBASE, os quais mostram que naquela edição – a maior já realizada, com estimativa de 155 mil pessoas presentes em Porto Alegre – mais de 65% dos participantes declarou ter formação escolar de nível superior (completo ou incompleto). No acampamento da juventude, este índice chegou a quase 75%. Do total, cerca de 10% cursava mestrado ou doutorado.

Mesmo não sendo diretamente determinante da situação econômica, esse grau de escolaridade elevado ao menos indica que a maior parte dos participantes não tem um perfil “popular”. Quanto à ocupação, 40,8% declararam-se como “estudante”; 17,5% “funcionário público/a”; 11,5% “empregado de ONG/entidade da sociedade civil/partido político/sindicato”; 8,9% “empregado de empresa privada”; 8,4% “autônomo”; e 12,9% “outra”. Os números para a edição de 2003 são bastante semelhantes (IBASE, 2005:20;23; e 2003:17-25). Também Houtart (2004b:82), chama a atenção para o fato de que

a presença dominante das classes médias e a fraca representação dos meios populares (fortemente corrigida em Mumbai [no FSM 2004]) se traduzem na linguagem e na ideologia. (...) Entretanto, na medida em que as proposições mais radicais também se exprimem aí, a troca de conhecimentos, de análises e de proposições permite progredir a uma consciência social partilhada. (...) Mas para além destas contradições, um grande passo está para ser dado: aquele de recriar a utopia, isto é, de vislumbrar um projeto que, se hoje não existe, pode se realizar amanhã. (...) Nem *Woodstock* social, nem V Internacional, os fóruns sociais tornaram-se de fato assembléias múltiplas de uma sociedade em movimento.

Assim, feitas essas observações, da perspectiva aqui adotada a atuação dos movimentos antiglobalização é compreendida ao modo do “povo” rancieriano. São portanto os modos de subjetivação que se gestam sob as bandeiras de determinados danos (mais ou menos compartilhados) que efetivam convergências – ou ao menos contatos, trocas – entre as distintas classes, setores, temas, estratos sociais, etnias, graus de escolaridade, idiomas, gerações, etc. Como vimos anteriormente, para Rancière,

Povo é o nome de um sujeito político, isto é, de um suplemento em relação a toda lógica de cômputo da população, das suas partes e do seu todo. Povo nesse sentido é um nome genérico para o conjunto dos processos de subjetivação que fazem o efeito do traço igualitário ao colocar em litígio as formas de visibilidade do comum e as identidades, pertencimentos, divisões, etc. que elas definem (Rancière, 2002b:1).

No percurso da análise até aqui delineamos basicamente as questões relativas às origens, tradições e gerações imersas neste mosaico antiglobalização, tentando compreendê-lo enquanto uma construção política coletiva e dissensual. Situamos a centralidade da transformação política do contexto operada pelo avanço hegemônico do neoliberalismo nos anos 1990 e apontamos algumas das instituições policiais contra as quais os movimentos se mobilizam. A seguir, nos deteremos com maior atenção sobre questões mais internas desses movimentos e sobre possíveis desacordos existentes entre eles.

12. Entre *lobbies*, ruas e fóruns: um mesmo movimento?

Parece-nos possível afirmar que, enquanto expressão coletiva de múltiplas iniciativas particulares, a aparência das ações políticas desenvolvidas pelos movimentos antiglobalização dá-se em três modalidades básicas, quais sejam:

- a) as práticas de incidência, de *lobby* no interior de organismos multilaterais e com negociadores governamentais;
- b) os protestos de rua, ações diretas, campanhas e outras formas de aparecimento público; e,
- c) os diversos encontros para conhecimento mútuo; troca de experiências; e planejamento de ações futuras, dentre os quais o Fórum Social Mundial (FSM) tornou-se o maior e mais conhecido.

Claro que este é um recorte em certa medida arbitrário, mas um olhar mais detido sobre essas três formas pode ajudar na compreensão do agir político dos movimentos antiglobalização como um todo. Ainda que haja diferenças significativas entre essas três categorias básicas de atuação, é interessante notar que há muitos movimentos, sindicatos, etc., que transitam bem entre elas e que têm uma atuação diversificada, ainda mais pela forma de redes informais e alianças temporárias com que comumente se vinculam uns aos outros.

É justamente no mosaico composto por todos esses diferentes modos de atuação que se pode formar alguma espécie de elo entre os movimentos antiglobalização, pois a sua heterogeneidade é tão grande que só pôde ser administrada sob formas bastante flexíveis de organização. É interessante notar que mesmo sendo tão diverso, essas mobilizações, campanhas e protestos vieram a ser nomeados sob um termo comum e unificador como

“movimentos antiglobalização” (frequentemente inclusive com “movimento” no singular), pois, como aponta Ortellado (2005:1) “muitas vezes trata-se mais de protestos simultâneos do que uma verdadeira coalizão”. Também nas palavras de Aguiton e Cardon (2006:5), estaríamos falando mais apropriadamente ao afirmarmos que

um conjunto de dispositivos de mobilização multi-partidária é, com efeito, criado para coordenar ações coletivas internacionais, quer sob a forma de manifestações (como as manifestações contra a guerra em 15 de fevereiro de 2003), de marchas (como as marchas européias contra o desemprego e as caravanas dos indianos de Karnakata), ou de coletivos de especialistas (como os que se mobilizaram contra o AMI). Algumas destas técnicas de mobilização tomaram por vezes a forma de ‘quase organizações’, como por exemplo nas grandes campanhas internacionais que estruturam as formas relacionais com a coordenação inter-associativa de longa duração (Jubileu 2000 [pela abolição da Dívida]; *50 Years is Enough* [contra o FMI e o Banco Mundial]).

Há diversos aspectos ambíguos e contraditórios constituintes deste “quase movimento”. Como veremos, eles estão diretamente vinculados às interações existentes entre as ações de *lobby*, os protestos de rua e os encontros nos fóruns que vieram a ser construídos por este mosaico antiglobalização.

12.1. Ambigüidades de um mercado atraente para as iniciativas cidadãs⁶⁶

É apenas de maneira pontual e temporária que tradições políticas e modos de subjetivação tão díspares podem atuar em conjunto. Sobretudo expressas na sua versão “em rede”, essas alianças pontuais foram a forma organizacional mais proveitosa encontrada para administrar a diversidade inerente a estes movimentos, possibilitando relações entre organizações que pertencem a campos político-ideológicos distintos e quase sempre distantes.

⁶⁶ Expressão tomada de Paulo Arantes, professor no Departamento de Filosofia/USP (2000).

Isto é o que possibilita, por exemplo, a uma ONG internacional de *lobby* que trabalha junto a diplomatas negociadores nos espaços oficiais atuar, minimamente em sintonia, com movimentos sociais e grupos anarquistas autônomos que estejam protestando no espaço público das ruas, para quem qualquer um dentro da conferência oficial estará atuando “a favor do sistema”. Também nessa mesma forma intermediária, flexível e temporária de atuação conjunta, uma rede camponesa combativa como a Via Campesina pode estar tanto dentro dos encontros oficiais (a fim de conseguir informações), quanto fora, mas priorizando sempre a atuação nas ruas e não os *lobbies* (chamada por ativistas anglófonos de estratégia *inside-outside*).

As práticas de *lobbies*, os protestos de rua e os espaços dos fóruns sintetizam formas de atuação presentes na experiência política dos movimentos antiglobalização desde as suas múltiplas origens. Este é um traço que ainda hoje permanece inalterado. Entretanto – ao que parece e como buscaremos mostrar –, as mobilizações de rua vêm perdendo força ano após ano e o próprio modelo dos fóruns passa por importantes revisões. Por outro lado, as práticas de *lobby* têm se intensificado na relação com linhas diplomáticas mais autônomas e abertas à incidência da sociedade civil em importantes países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil tem tido posição de destaque.

Apenas a título de ilustração dessa tendência, transcrevo abaixo breve trecho de entrevista concedida a mim durante FSM 2005 pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, um dos intelectuais desde o princípio sempre presentes nos FSMs. Boaventura traça uma relação direta entre o acúmulo dos debates da sociedade civil no Fórum Social Mundial e a nova postura assumida pela diplomacia brasileira sob o Governo Lula⁶⁷.

⁶⁷ Perry Anderson (2004:46-47) faz, com menor ênfase, correlação semelhante ao considerar o FSM e a criação diplomática do G20 (grupo de países em desenvolvimento liderados por Brasil, Índia e África do Sul) “as duas iniciativas mais importantes de resistência internacional à nova hegemonia mundial. (...) Uma verdadeira frente intercontinental de resistência, que englobou de maneira muito diversa movimentos sociais, num caso, e governos no outro”.

Pergunta: “O senhor não concorda com aqueles que dizem que o FSM é apenas uma grande festa política e que não tem incidência alguma sobre as grandes estruturas mundiais de poder?”.

Resposta: “Não, não tem nenhuma razão de ser, pelo contrário. Eu acho que o FSM tem tido êxitos. Nesse país, por exemplo, como é que se compreende a diplomacia brasileira sem o FSM? A diplomacia brasileira foi gerada aqui. Em grande medida, muitas dessas idéias como a de juntar Brasil, África do Sul e Índia foram discutidas aqui, me lembro muito bem, eu próprio participei nessas discussões com o Marco Aurélio Garcia⁶⁸. Portanto muitas delas foram elaboradas aqui. A campanha contra a ALCA⁶⁹, por exemplo, quem é? O que o Presidente Lula está a fazer em nível internacional deve-se ao FSM”.

Contudo, uma característica definidora das ações de *lobby* é que elas se dão sempre dentro dos marcos institucionais e legais da *ordem policial* e são, portanto, menos radicalizadas do que as ações de rua ou mesmo do que os fóruns. São praticadas geralmente por ONGs especializadas, profissionalizadas e tecnicamente capacitadas. Nos termos de Jacques Rancière, não há *dissenso* nas estratégias de *lobby* dos movimentos antiglobalização, ainda que possa sim haver certas tensões, num tipo de ação comunicativa de racionalidade mais afeita ao modo habermasiano⁷⁰.

O fator determinante da importância desse tipo de atuação para os movimentos “não-lobbistas” está na qualidade e quantidade de informações de bastidores que se consegue através do contato com diplomatas e negociadores. Assim, me parece que esta faceta dos movimentos antiglobalização só se torna politicamente relevante pelo contato que possa estabelecer com aqueles que estão nas ruas ou nos fóruns. Do contrário, os diversos tipos de *lobbies* são apenas mais uma parte da lógica *consensual* de administração da política contemporânea, servindo muitas vezes de legitimação da sociedade civil para processos não democráticos de decisão.

⁶⁸ Assessor Especial da Presidência da República, à época Secretário de Relações Internacionais do PT.

⁶⁹ ALCA –Área de Livre Comércio das Américas.

⁷⁰ A este respeito ver a seção *Algumas escolhas teórico-metodológicas*, sobretudo a nota de rodapé 9.

Num percurso histórico observa-se que, desde pelo menos a década de 1970 (Arantes, op. cit.:14), alguns autores apontam o rápido crescimento daquelas organizações, de características muitíssimo variadas, que hoje denominamos sob o termo comum de ONGs⁷¹:

Várias pesquisas sobre ONGs internacionais mostraram o crescimento extremamente forte do número de ONGs nos últimos 20 anos e do crescimento da cooperação inter-ONGs. Smith (1997), por exemplo, mostrou a partir de dados da União Internacional das Associações que entre 1973 e 1993, o número de ONGs pertencentes a coligações inter-associativas passou de 25% para 40% (Aguiton e Cardon, op. cit.:3, nota de rodapé 5).

No ano 2000 havia mais de 37.000 ONGs de caráter internacional no mundo, das quais uma parte importante havia sido fundada na década de noventa do século passado. Estas ONGs canalizavam mais de sete bilhões de dólares em projetos de ajuda a países em desenvolvimento (Buey, 2004:118).

Existe um vasto debate sobre a atuação e o sentido das ONGs no Brasil e no exterior e não pretendo reconstruí-lo aqui. Contudo, interessa observar ao menos alguns aspectos do contexto de atuação das ONGs no âmbito dos movimentos antiglobalização e dos seus fóruns, uma vez que, como apontaram algumas das entrevistas realizadas, dissensos internos desses movimentos têm a ver com a sua prática. Como assinala Haddad (*apud* Neves, 2007:56), o universo das ONGs refere-se a um campo político confuso, no qual

coexistem diferentes identidades políticas, em que se manifestam disputas por hegemonias de idéias e poder. As organizações não governamentais (ONGs) se inserem no campo da sociedade civil e, como organizações privadas, expressam em suas missões os interesses políticos dos seus (suas) sócios (as), em um universo de contradições e valores diversificados.

⁷¹ No Brasil a consolidação do termo ONG é mais tardia. Como aponta Silva (2004:25): Surgido em 1945 em documento das Nações Unidas, o termo Organização Não Governamental (ONG) foi apresentado como “um universo amplo de instituições cujo único elemento comum é o fato de auto-reconhecerem-se como distintas do Estado e das instâncias governamentais (Koga,1995). A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [ECO’92] e da conferência paralela da sociedade civil, no Rio de Janeiro, em 1992, se consolidou a designação ONG no Brasil”. Antes disso, durante os anos 1960-80 no Brasil, “essas organizações – chamadas, na época, Centros de Assessoria – existiam para prestar serviços aos movimentos sociais, considerados os verdadeiros sujeitos” (Neves, 2007:51).

Um aspecto levantado por Buey (2004:120-121) e que não pode ser desconsiderado, é o de que é preciso atentar ao fato de que uma parte importante dessas organizações são “não-governamentais” apenas formalmente: muitas delas dependem (e não só no plano econômico) dos governos, o que sugere existência de uma mudança geral de orientação com relação ao que foram os movimentos críticos e alternativos de décadas anteriores. Neves (2007:37) chama a atenção para o fato de que as ONGs

possuem um papel importante nesses movimentos [antiglobalização], mas estão permeadas por contradições por lidarem, de um lado, com os movimentos sociais militantes e, ao mesmo tempo, estarem negociando e participando da estrutura internacional da ordem dominante. Esses dois lados não são, na prática, tão separados, [pois] há muitas situações intermediárias.

Assim, a atuação de certo tipo de ONG que tem por característica a substituição do Estado nas suas funções sociais deixa, segundo Arantes (op.cit.:4), “a impressão de um amistoso compadrio vocabular, como se ONGs e governo formassem um bizarro sistema de vasos comunicantes, pelos quais circula o mesmo léxico dos Direitos, da Cidadania, da Esfera pública, da Sociedade Civil, etc.”. A complementaridade entre Estado mínimo neoliberal e o crescimento da atuação de certas organizações não-governamentais introduz

um complexo processo de disputa do sentido do que quer dizer “social” e “política”. Isto se ampliou até as novas organizações da “ética empresarial”, que propõem “selos” especiais de certificação da ausência de exploração do trabalho infantil, como a Fundação Abrinq, ou o Instituto Ethos que reúne exatamente as empresas com “responsabilidade social”. Para além da tomada de consciência das desigualdades abissais, o que é formidável e inovador na experiência brasileira, esconde-se, contra toda a perspectiva ética dos envolvidos, que é geralmente nobre, nas dobras da crítica ao Estado “mau gerente” a privatização das políticas sociais, a des-universalização, a volta ao assistencialismo, (...) a “filantropização da pobreza” (Oliveira, 2007:41-42).

Em todos os casos o fato principal ao qual não se pode deixar de chamar a atenção é o de que “também existe um mercado atraente para as iniciativas cidadãs” e este mercado pode se apresentar de múltiplas formas no interior dos próprios movimentos antiglobalização e do FSM. Vale mencionar, como lembra Oliveira, que a forma ONG tem sido recentemente assumida também pelas fundações empresariais de responsabilidade social, sendo que, por exemplo, uma das organizações brasileiras fundadoras do Fórum Social Mundial é a CIVES, associação de empresários pela cidadania. Esta entrada das empresas no jogo da assistência social e da geração de programas de cidadania é criticada por Arantes justamente por representarem não a política, mas justamente esse mercado das iniciativas cidadãs.

Também as empresas, por uma espécie de esquizofrenia programada, principiaram a se comportar em público como se fossem de verdade organizações não-lucrativas! (...) Em primeiro lugar, viriam os incontornáveis direitos de cidadania – como seria de se esperar dessas verdadeiras centrais de recursos à disposição da sociedade. Uma empresa digna do nome precisa antes de tudo se distinguir das demais por uma autêntica fome de transcendência. (...) Daí a crescente ‘cumplicidade, o alto grau de ‘envolvimento com o seu entorno’, observáveis hoje em dia no meio empresarial (Arantes, op. cit.:4-6).

Durante entrevista concedida no FSM de 2006 em Caracas, Venezuela, o empresário brasileiro Oded Grajew, um dos idealizadores do evento, expôs como, na sua visão, as empresas podem contribuir com o processo de lutas dos movimentos antiglobalização. Sua fala é uma boa ilustração de toda a ambigüidade e complexidade que permeiam o amplo espectro político destes movimentos, uma vez que (assim como ocorre na relação com muitas ONGs), parece evidente que a maioria deles enxerga o meio empresarial muito mais como adversário do que como potencial “parceiro de luta”. Vejamos, nas suas palavras, como se apresentaria o potencial de contribuição que poderia ter o empresariado:

Quero falar um pouco sobre o lado positivo da cultura empresarial. Bom, como as empresas são preparadas para terem o máximo de lucro, a maior rentabilidade possível, já que elas competem no mercado, elas precisam, para atingir esses

objetivos, ter uma excelência em termos de gestão. Isso significa, então, uma gestão voltada para resultados. Isso significa, também, organização, métodos, processos; toda gestão empresarial está voltada para esses fatores. (...) Esse aspecto da responsabilidade social e empresarial é um fator de lucro para a empresa. Então, bom, algumas empresas fazem porque nisso acreditam, mas outras também perceberam que isso traz muitos benefícios. (...) A responsabilidade social é mensurada, estatisticamente avaliada. Sendo que as empresas socialmente responsáveis são mais bem sucedidas, são mais lucrativas. Esse, então, é um grande motivo pelo qual as empresas estão avançando nesse sentido. (...) Essa cultura de responsabilidade social seria muito importante que se espraiasse por todas as organizações. E, mais ainda, sobre as organizações sociais que querem mudar o jogo. (...) Bom, e tudo isso falta, e muito, a partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais e mesmo em alguns governos. Todos estes, muitas vezes, podem estar embasados por boas intenções, por objetivos nobres, mas não conseguem traduzir tais intentos em ações concretas. Falta de planejamento, falta de método, falta de avaliação. Não é à toa, então – e eu costumo brincar com isso – que são as empresas que dominam o mundo. Em boa parte isso se deve à sua forma de organização e de busca por seus objetivos.

À parte estas ONGs empresariais há também outros universos de ONGs, no entanto, que não devem ser confundidos com estas nem com aquelas que atuam na substituição das políticas públicas do Estado. São, por exemplo, as diversas ONGs que são provenientes das experiências das décadas de 1970-80 de assessoria a movimentos sociais urbanos e rurais, raciais e de gênero, dentre outros, e que hoje atuam numa perspectiva política de pressão e fiscalização sobre o Estado, pelo reconhecimento e ampliação de Direitos e pelo aprofundamento da democracia.

Um exemplo que ilustra bem este caso é o do conjunto de organizações não-governamentais brasileiras que veio a se engajar na construção do Fórum Social Mundial a partir da ABONG (Associação Brasileira de ONGs), as quais buscam se afastar da denominação Terceiro Setor, comumente associada à substituição do Estado (Silva, 2005:27). A esse respeito, talvez a classificação apresentada por Petras (*apud* Neves 2007:61), não esgote a realidade, mas ajuda-nos a olhar o quadro complexo das ONGs com alguma clareza:

O primeiro tipo seria o das ONGs que, abertamente, promovem o neoliberalismo, trabalhando juntamente com o Banco Mundial e outras instituições internacionais e Estados, com o objetivo de suprir as atividades do Estado nas suas funções sociais. Um segundo tipo seria o das ONGs reformistas, estas recebem apoio ou estão ligadas às fundações social-democratas privadas ou a governos mais progressistas. Elas lutam pela correção dos excessos promovidos pelo mercado livre, e com isso propõem regular o capital, reformar a OMC, o FMI e o Banco Mundial. O terceiro grupo é o das ONGs radicais, estas estão envolvidas por exemplo, com os movimentos antiglobalização, anti-racismo, e de solidariedade.

As ações de *lobby* são a faceta mais afeita à idéia de sociedade civil global – ainda que nem sempre se reconheçam enquanto tais – e as organizações não-governamentais especializadas neste tipo de prática vêm ganhando cada vez mais espaço nos âmbitos oficiais de negociação internacional. As crescentes críticas e demandas por maior transparência nas decisões das instituições multilaterais resultaram muitas vezes numa espécie de cooptação pela abertura de espaços de participação. Como assinalam Aguiton e Cardon, (2006:5) e também Buey (2004:124):

Numerosas iniciativas multiplicaram-se, por outro lado, nestes últimos anos para estruturar espaços de representação da ‘sociedade civil global’ (...) criando dispositivos de representação ligados às grandes instituições internacionais a fim de associar os novos atores contestatórios, que são as ONGs, os *lobbies*, os *think tank*, a uma renovação das formas de administração do capital global (2006:5).

A análise empírica do que foram e são as diferenças no seio deste novo mundo social permite explicar de fato por que ao mesmo tempo em que crescia o número de organizações não governamentais se produzia um deslocamento ideológico político da mesma ‘sociedade civil’ para a direita (2004:124).

O chamado sistema ONU foi uma das mais freqüentes portas de entrada abertas às diversas formas de ONGs durante a década de 1990 e mobilizou muitas das reflexões proponentes da chamada democracia cosmopolita. Não se pode afirmar, porém, que este

processo tenha sido o de uma cooptação total, e prova disto é que diversas das organizações posteriormente envolvidas na criação do Fórum Social Mundial e das mobilizações antiglobalização muitas vezes se conheceram primeiramente nestes espaços institucionais; sendo que o próprio evento FSM foi lançado internacionalmente em julho de 2000, em Genebra, Suíça, durante a Cúpula Social das Nações Unidas Copenhague+10⁷².

Vejamos então elementos que mostram que a emergência dos movimentos antiglobalização também pode ser interpretada como enquanto um aprofundamento das experiências de autonomização da sociedade civil “global” com relação a estes espaços institucionais de participação, os quais, como vimos, não raro foram (e são) espaços de cooptação política.

12.2. Construindo a resistência ao neoliberalismo

Como já vimos anteriormente, qualquer lugar geográfico ou data que se fixe para apontar univocamente o surgimento dos movimentos antiglobalização o terá sido com certa dose de arbitrariedade e sempre dentro de um recorte direcionado⁷³. Prefiro, portanto, admitir que múltiplos sejam os fatores que levaram ao seu surgimento, e, ainda que concorde que Seattle não foi o “ponto zero” do processo, me inclino a considerar a assim chamada “Batalha de Seattle” como o momento simbolicamente fundador da idéia de movimentos antiglobalização; o que não é de menor importância, pelo contrário.

⁷² Já por esta ocasião, o então vice-governador do RS, Miguel Rossetto (da tendência Democracia Socialista, do PT) viajou oficialmente a Genebra, onde fez discurso às organizações da sociedade civil “global” conclamando-as a estarem em Porto Alegre no primeiro FSM.

⁷³ Numa abordagem que entende a política como “política-ficção”, Confavreux (2006:179), por exemplo, opta por localizar o surgimento dos movimentos antiglobalização a partir do rastreamento das origens de três das suas “palavras de ordem”: ‘um mundo onde caibam muitos mundos’; ‘o mundo não é uma mercadoria’ e ‘um outro mundo é possível’. Segundo ele, cada uma dessas palavras corresponderia a um momento de auto-invenção ficcional por parte destes movimentos.

Assim, pensar sobre o processo que deu surgimento ao movimento antiglobalização significa passar também por alguns eventos-chave de sua contraparte, a (neo)liberalização econômica. Como aponta Paulani, mais ainda do que uma concepção estritamente econômica trata-se da interferência propriamente *policial* das enunciações do neoliberalismo sobre o discurso dos sujeitos (Rancière, 1996; 1996b), sobre as possibilidades de argumentação numa cena pública de *dissenso*. Este contexto em que o discurso neoliberal teve maior hegemonia, sobretudo a partir dos anos 1990, foi caracterizado por Oliveira (1999), como o contexto de um “totalitarismo neoliberal”. Nas palavras de Paulani:

Muito mais incisivo do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso. Confirmando sua natureza de puro receituário econômico destinado a recolocar o mercado no lugar de direito que lhe pertence, essa característica onipresente do neoliberalismo tem levado, no limite, a transformar o processo politicamente moderno de nossas sociedades em meros rituais vazios, sem nenhuma importância, processos que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica (Paulani, *apud* Neves, 2007:19)⁷⁴.

O funcionamento dessa ordem policial recorta o mundo sensível segundo uma lógica que visa a remoção das barreiras ao fluxo do capital e inclusive a remoção de *direitos* conquistados no interior de cada país, que então passam a ser entendidos enquanto *custos de produção* ou *privilégios* que são “barreiras ao livre comércio”. Um verdadeiro processo de *partilha policial do sensível* o qual Telles (1999) caracterizou de forma precisa:

(...) Nesses tempos de neoliberalismo vitorioso ao mesmo tempo em que leva ao agravamento da situação social das maiorias, vem se traduzindo em um estreitamento do horizonte de legitimidade dos direitos e isso em espécie de operação ideológica pela qual a falência dos serviços públicos é mobilizada como prova de verdade de um discurso que opera com oposições simplificadoras, associando Estado, atraso e anacronismo, de um lado, e, de outro, modernidade e

⁷⁴ A este respeito, Francisco de Oliveira enfatiza os prejuízos que tal processo traz às possibilidades de autodeterminação democrática das nações: “É o nosso voto que se torna irrelevante e supérfluo: é como se dissessem, e George Soros o disse: os brasileiros pensam que são eles que decidem sobre seu próprio destino, mas isso é uma ilusão de ótica” (2006:4).

mercado. Operação insidiosa que elide a questão da responsabilidade pública. E descaracteriza a própria noção de direitos, desvinculando-os do parâmetro da justiça e da igualdade, fazendo-os deslizar em um campo semântico no qual passam a ser associados a custos e ônus que obstam a potência modernizadora do mercado, ou então privilégios corporativos que carregam anacronismos que precisam ser superados para que o país possa se integrar nos circuitos globalizados da economia.

A formulação mais bem acabada desse tipo de lógica foi o chamado Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) negociado durante a primeira metade dos anos 1990, que expressava em normas técnicas o projeto desse *capitalismo utópico* (Bourdieu, 2001:114), que seria livre de todas as coerções do Estado e previa às grandes corporações inclusive “o direito” de processar os Estados nacionais por políticas públicas ou legislativas que viessem a causar prejuízo aos seus investimentos. A fim de dar um pouco mais de concretude a esta discussão um tanto quanto abstrata, vejamos o breve relato de Houtart (2004b:78) dos impactos do livre comércio sobre a vida das pessoas em diferentes partes do mundo.

Pequenos produtores de algodão do Oeste da África; povos autóctones de Chiapas ou do Equador; camponeses sem-terra no Brasil; “pobres urbanos” de Bancoc; consumidores de água de Cochabamba (na Bolívia) ou no Sri Lanka; mulheres do setor informal carregando o peso da sobrevivência familiar; desempregados de longa duração; novos nômades que são os imigrantes... Todos são submetidos à mesma lei do valor, mas todos, através de modalidades diferentes, foram vulnerabilizados. Uns pela relação salarial com o capital, outros pelo viés dos mecanismos de ordem financeira, ao pé da letra: paraísos fiscais; taxas de juros astronômicas; programas de ajuste estrutural; atrofia do Estado social; regras da Organização Mundial do Comércio. A substância [dessas políticas neoliberais] aumentou nas periferias, [onde] a desregulamentação, a diminuição da cobertura social, e também a diminuição dos salários reais, tornaram-se a regra.

Sobretudo devido às contradições de interesses entre os países negociadores e, em parte, devido às resistências vindas dos movimentos sociais e sindicais europeus, o AMI foi rejeitado pela opinião pública e retirado da pauta de negociações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), durante reunião em Paris no ano de

1998. Alguns anos antes disso, a criação em 1994 da Organização Mundial do Comércio (OMC) em substituição ao GATT (*General Agreement on Trade and Tariffs*, na sigla inglesa), foi a manobra institucional decisiva do pós-Guerra Fria com a finalidade de retirar dos Estados nacionais grande parte do poder regulador que exerciam sobre suas atividades comerciais e deslocar esse poder para uma instância internacional multilateral.

Com o recuo do tempo, é possível afirmar que o momento de avanço mais acelerado da onda globalizante situa-se entre a derrocada do Muro de Berlim e o ano de 1994, quando se funda a Organização Mundial do Comércio (OMC), primeira organização internacional do período pós-Guerra Fria e apogeu da globalização. Depois de atingir o topo, começa a descida da encosta, empurrada pelas crises monetárias e financeiras. (Ricupero, 2003:21).

O governo invisível das instituições internacionais sobre os Estados nacionais⁷⁵ – principalmente por parte da OMC – seria exercido de uma forma particular, na qual funções geralmente exercidas por Estados seriam executadas por um corpo técnico especializado, e na qual o jogo da concorrência comercial seria jogado no terreno da “fiscalidade”, e da racionalização, tecnização e burocratização diplomáticas. Porém, a relevância crescente das instituições internacionais na gestão da ordem político-econômica mundial tem um foco de atuação dirigido, e, como aponta Bourdieu (op. cit.:108), ela pode ser mais bem compreendida se atentarmos ao fato de que:

As instâncias internacionais, sem exercer todas as funções geralmente atribuídas aos Estados nacionais (como as que tocam à proteção social), governam de maneira invisível os governos locais, que, cada vez mais reduzidos à gestão dos negócios secundários, constituem um véu de ilusão política próprio a mascarar os verdadeiros lugares de decisão.

⁷⁵ Para uma análise a partir sociedade civil e especificamente sobre a OMC, ver: International Forum on Globalization (IFG). Invisible Government – The World Trade Organization: global government for the new millennium? San Francisco, October, 1999.

O fracassado projeto do AMI foi então subdividido em diversos acordos menores e transferido para as negociações no âmbito da OMC, um espaço bem mais amplo e heterogêneo do que a OCDE em número de países membros – mas aí então sem o nome de AMI⁷⁶. Foi essa transposição decisiva do AMI para a OMC e a própria força impositiva das normas e acordos ali definidos que a identificaram – junto ao FMI, como o motor central dos processos de (neo)liberalização econômica e, resultado disso, um dos principais alvos de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, coletivos autônomos, etc., atuantes nos movimentos antiglobalização. É assim que, por exemplo, no que se refere aos camponeses, que são uma grande força política e simbólica dentro destes movimentos,

O processo que leva a criação da OMC, a abertura dos mercados agrícolas e a difusão dos alimentos transgênicos levaram os sindicatos e os movimentos dos pequenos camponeses a constituir a Via Campesina, que agrupa hoje 50 milhões de camponeses do mundo, e a intensificar a coordenação das ações no plano internacional (Aguiton e Cardon, op. cit.:3).

Intensificaram-se as análises e mobilizações convergindo críticas ao sistema financeiro internacional – à extrema volatilidade do seu fluxo de capital, e aos seus agentes legitimadores, o FMI e o Banco Mundial – e ao domínio global das grandes corporações empresariais, às quais a OMC e seus acordos serviriam preferencialmente⁷⁷. A abertura do mundo do trabalho e dos sindicalistas às novas mobilizações antiglobalização não se deu de imediato, mas, a partir de 1999,

⁷⁶ A este respeito, ver: CCC-OMC. El AMI clonado hacia la Organización Mundial del Comercio. Plataforma Canária de Seguimiento de AMI y sus clones. Campaña para un Control Ciudadano de la OMC (CCC-OMC). Seattle, 1999.

⁷⁷ A este respeito, dentre muitos outros, ver: Wallach and Sforza (*Whose Trade Organization? Corporate globalization and the erosion of democracy*; 1999). ISA/APEX (*The need to review and repair the WTO*; 1999). ELDF/NEA (*Our forests at risk: the World Trade Organization's threat to forest protection*; 1999). The Nation (*Free Trade vs. Fair Trade – Battle in Seattle*; 1999). IFG (*Invisible Government – The World Trade Organization: global government for the new millennium?*; 1999). FOEI (*Implications of WTO negotiations for biodiversity*; 2002). UITA (*La OMC y el sistema mundial de alimentación: un enfoque sindical*; 2002). Kwa (*Poder y Presiones políticas en la OMC*; 2002). Di Giovanni (*Feminismo contra a tirania do livre comércio*; 2003). WFTU (*Memorandum from the WFTU to the WTO 5th Ministerial Conference*; 2003). Barlow and Clarke (*Making the links: A people's guide to the World Trade Organization and the Free Trade Area of the Americas*; 2003).

a rápida transformação das empresas e a externalização maciça de uma parte crescente da sua atividade empurrou os sindicatos para novas alianças no plano internacional entre atores do norte e do sul, bem como sobre o plano social e militante, nos quais os sindicatos de assalariados constroem alianças com os movimentos de consumidores, ONGs de defesa dos direitos humanos e do ambiente (idem).

Após a sua fundação na “Rodada Uruguai” de negociações do GATT em 1994, a OMC pretendeu avançar radicalmente na liberalização do comércio mundial em dezembro de 1999 com a assim chamada “Rodada do Milênio” de negociações. A cidade de Seattle, a noroeste nos EUA, foi escolhida a anfitriã daquelas que até então seriam as maiores negociações da recente história da OMC. A seguir exploramos alguns dos elementos inovadores de mobilização que conduziram aos simbólicos protestos antiglobalização de Seattle e a outros posteriores.

12.3. Administrando a diversidade:

redes pontuais e convergências temporárias

Apesar de estrategicamente programada para ocorrer em uma cidade nos Estados Unidos e, portanto, longe do centro das mobilizações sociais na Europa Ocidental e na América Latina, a Rodada do Milênio foi transformada por um vasto espectro de movimentos sociais, sindicatos e ONGs, no grande ponto da agenda política internacional de 1999 e atraiu inúmeros ativistas de vários países para Seattle⁷⁸. É evidente que para organizar as manifestações de Seattle foi necessário algum tipo de coordenação prévia entre os diversos movimentos, a qual sem dúvida foi facilitada pelo uso intensivo das novas possibilidades de comunicação permitidas pela Internet.

⁷⁸ Inclusive este que aqui escreve.

Dentro dos Estados Unidos, as mobilizações cresceram motivadas, sobretudo, pela disposição do governo Bill Clinton em negociar as vantagens econômicas que determinados setores comercialmente protegidos pelo governo possuíam, para barganhar vantagens em outros setores em mercados estrangeiros. É importante notar aqui que de fato há um papel fundamental desempenhado nos Estados Unidos em 1999 por movimentos sociais, grupos autônomos, ONGs e sindicatos norte-americanos que se coordenaram estrategicamente entre si. Cockburn (2007:3) mostra ainda como, à época, grande parte do movimento antiguerra norte-americano também se uniu para engrossar aquelas manifestações antiglobalização em Seattle.

Há centenas de ‘esquerdas’ [nos EUA], que se sobrepõem em parte, cada qual travando sua luta particular: pelos direitos dos imigrantes, pelo controle público da energia ou contra as campanhas de recrutamento de jovens pelo exército. Quando eclode uma guerra, o que ocorre com regularidade nos Estados Unidos, todos esses grupos unem-se num grande movimento antiguerra. (...) Essa convergência se deu novamente na grande manifestação contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) de Seattle, em 1999.

Diferente de análises sobre as origens do movimento na Europa Ocidental, que enfatizam muito o impacto das greves nos serviços públicos na França e das "*Marchas européias contra o desemprego, a precariedade e a exclusão*" da década de 1990 (Seoane-Taddei, 2001; Aguiton, 2002; Leite, 2003; e Eley, 2005), a importância do papel norte-americano na origem desse processo é via de regra pouco comentada e até mesmo negada por alguns.

George Katsiaficas, por exemplo, escreve seu *Seattle was not the beginning* (2004) exclusivamente para argumentar que o movimento antiglobalização não começou nem poderia ter começado nos Estados Unidos, centro da dominação, mas sim em mais de uma dezena de países dentre os quais identifica – segundo critérios questionáveis – especialmente a Índia, a Coreia do Sul, a Venezuela e a Alemanha.

Pesquisadores/as que estejam interessados em determinar uma origem unívoca do “movimento global” ficarão perplexos ao se depararem com o trabalho de Thatcher Collins (2004), *A Protestography*, no qual elabora uma listagem detalhada – assim como polêmica – de manifestações, greves, marchas, protestos, seminários, reuniões, campanhas, etc., que podem ter levado a Seattle e que continuaram depois, segundo o autor resultando daí numa seqüência de dias globais de manifestação. Leite (2003:45) realiza um relato importante do papel dos norte-americanos na emergência do movimento, ressaltando que um fator-chave foi

[a improvável e inédita] aliança *Sweeney-Greenie*, representando a nova liderança [sindical] da AFL-CIO⁷⁹ sob a presidência de John Sweeney, e os ecologistas (verdes, greens) que em 2000 [e também em 2004] lançariam Ralph Nader como candidato do Partido Verde. Outro elemento estratégico foi o engajamento dos estudantes universitários no que eles chamam de Movimento por Justiça Global, enraizado na ativa vida comunitária norte-americana, que foram motivados inicialmente contra as condições de super exploração do trabalho nas chamadas *sweat shops*⁸⁰.

Desde a madrugada do dia 30 de novembro de 1999 estima-se que cerca de 50 mil manifestantes tenham cercado os hotéis em que estavam os diplomatas (no caso dos Estados Unidos, por exemplo, um hotel inteiro com cerca de 600 técnicos negociadores, além de diplomatas de carreira) para, assim, impedir que as negociações tivessem início. Foi sem dúvida uma surpresa enorme para os diplomatas, para a OMC e para a própria polícia local (a *baixa polícia*, nos termos de Rancière). São muitas as análises otimistas sobre os movimentos antiglobalização como resultado de Seattle. Para Seoane e Taddei, escrevendo em março de 2001, as manifestações de Seattle representaram um marco dos protestos nos Estados Unidos,

⁷⁹ AFL-CIO: *American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations*.

⁸⁰ *Sweat shops*: oficinas cuja produção é sobretudo têxtil e de calçados “de marca”, operando segundo esquemas de exploração extrema, principalmente de mão-de-obra feminina e imigrante, sem direitos trabalhistas mínimos, nem condições de salubridade ou segurança. Bardhan (2006:71) oferece uma visão otimista das *sweat shops*, pois, segundo ele, “os salários são baixos pelos padrões mundiais, mas muito mais altos do que o que ganhariam [as trabalhadoras] em outras ocupações”. Também as chamadas fábricas *maquiladoras* norte-americanas, instaladas majoritariamente na fronteira com o México principalmente após a entrada em vigor do acordo do NAFTA, tiveram um apelo mobilizador semelhante.

constituindo o mais importante evento de mobilização política desde os anos da Guerra do Vietnã. Também numa visão otimista acerca do novo fenômeno que então emergia, Aguiton (*apud* Neves, 2007:33) considera que àquela altura os movimentos antiglobalização realmente passavam a ter possibilidade de influir nos acontecimentos internacionais. Assim como Boaventura Sousa Santos (*apud* Wanderley, 2006:184), para quem os protestos antiglobalização “constituíram mais uma afirmação vigorosa de que as lutas democráticas transnacionais já são hoje um pilar importante do sistema político internacional e de que seu impacto repercute tanto nas políticas nacionais como locais”.

É portanto só a partir de Seattle que este tipo de protesto passa a tensionar a agenda política internacional com maior intensidade. O “fator surpresa”, a criatividade e a novidade empregadas naquela manifestação que reunia tantas tradições e modos de subjetivação contra uma instituição policial então incorporada na OMC, e a amplitude da mobilização internacional que atingiu, foram determinantes para que a chamada “Batalha de Seattle” se tornasse o símbolo fundador das manifestações antiglobalização.

A ‘caça às bruxas’ não conseguiu ‘queimar’ os líderes, uma vez que eles não existiam. Como combater dezenas de grupos de afinidades e coletivo horizontais que não possuem sede, estrutura formal, etc? Como lidar com uma manifestação multifacetada e descentralizada, com milhares de pessoas espalhadas por vários pontos da cidade? (Ludd, 2002:50).

As maiores manifestações de rua que ocorreram após a de Seattle muitas vezes assumiram a forma de Dias de Ação Global e representaram certa retomada do poder de tensionamento das esquerdas sobre a ordem capitalista. O contexto que na primeira metade dos anos 1990 era uma correlação de forças muito mais desfavorável apresentava-se em 1999 como um novo momento de retomada do poder de contestação. Entretanto, como assinala Cotas (*op.cit.*:2), “Esta retomada, por outro lado, não é mera continuação da história anterior.

Os sujeitos sociais foram transformados pela crise ideológica e pelas mudanças nas estruturas sociais operadas pelo neoliberalismo”.

Os anos que se seguiram a Seattle testemunharam o aprofundamento de processos de convergência entre sujeitos políticos, de convivência entre subjetividades políticas que até os anos 1990 estavam ainda fragmentados. Importante ressaltar que muitos destes processos já vinham dos anos anteriores. Raina (2006b:80-81), traz um relato importante do processo de formação da resistência antiglobalização na Ásia, em um contexto bastante distinto do “euro-latino” que, como veremos, sempre predominou nos FSMs.

A primeira verdadeira tentativa de criação de uma aliança de movimentos sociais à escala asiática foi a do *People's Plan for the 20th century* (PP21). A primeira assembléia do PP21 ocorreu em 1989 em Mimata, Japão. (...) Ela foi seguida de uma assembléia em 1992 em Bancoc e de uma outra em 1995 em Katmandu. Cada um desses encontros terminou com declarações que lançavam as bases de alianças internacionais que relativizavam os conceitos de Estado-Nação e de fronteiras na Ásia. (...) O processo do Fórum Social Mundial forneceu uma outra ocasião favorável para as convergências entre movimentos asiáticos: de início o Fórum Social Asiático de Hyderabad, na Índia, em 2002, e em seguida o Fórum Social Mundial de Mumbai, igualmente na Índia, em 2004. Esses espaços de encontro são insubstituíveis porque (...) contribuíram para a criação de novas coordenações sub-regionais, ainda que o envolvimento da do Oriente Médio e sobretudo da Ásia Central permaneça marginal.

O caráter global que os temas políticos e econômicos assumiram a partir dos anos 1990, sob o impulso do discurso da globalização, levou a que se aproximasse sob a forma rede a atuação de uma enormidade de sujeitos políticos que vinham atuando antes de forma mais particularizada e mais local. Na hipótese de Aguiton e Cardon (2006:4), os movimentos antiglobalização articulam-se numa

coordenação aberta e não hierárquica dos movimentos de contestação às políticas neoliberais [que] corresponde à expressão, desigual e diferenciada, nos universos militantes mobilizados de uma ‘cultura participativa’, exprimindo-se, nomeadamente, pela afirmação de uma preferência pela ‘forma rede’ e de outro

lado, a indeterminação, o brilhantismo e a distribuição das arenas políticas que procuram penetrar no movimento alterglobalização torna, parece, mais eficaz e pertinente este tipo de coordenação [em rede].

Três exemplos são emblemáticos deste processo de construção de redes como o meio de organização por excelência dos movimentos antiglobalização. Aqui nos referimos brevemente aos aspectos que motivaram seu surgimento, mas análises mais aprofundadas e específicas podem ser encontradas nas fontes citadas. O primeiro exemplo é essencialmente um caso brasileiro: o da formação da Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), que ilustra bem como o impulso à convergência ocorreu entre organizações brasileiras, resultando na formação de uma das redes mais atuantes do país em âmbito internacional, à qual se move bem na relação entre lobbies e cooperação com movimentos sociais mais radicalizados. No plano internacional, a Rebrip atua inclusive em *redes de redes*, como é o caso da rede hemisférica de combate ao livre comércio Aliança Social Continental, da qual a Rebrip é o “capítulo brasileiro” (Berrón, *apud* Neves, 2007).

As manifestações de Seattle evidenciaram uma possibilidade de resistir com sucesso a esse processo, no caso específico com relação à OMC. As entidades participantes da Rebrip se relacionavam com esse processo de resistência, como organizações individuais que tinham ligações internacionais. No que diz respeito às Américas, em particular, esse momento de resistência tomou forma na luta das entidades do continente americano contra a ALCA⁸¹. A Rede passa a posicionar-se como uma força de resistência aos acordos comerciais, buscando uma outra forma de integração (Adhemar Mineiro, coordenador geral da Rebrip, *apud* Neves 2007:63-99).

O outro exemplo de um processo gradual de convergência é o caso da rede internacional de camponeses Via Campesina. Geraldo Fontes, do coletivo de relações

⁸¹ “É com a criação de espaços de coordenação à escala continental que a campanha contra a ALCA verdadeiramente deslançou: a formação da Aliança Social Continental (1997), seguida das Cúpulas dos Povos das Américas (1998, 2001 e 2005) e dos Encontros Hemisféricos de luta contra a ALCA (de 2002 a 2005)” em Havana, Cuba (Seoane, 2006:14).

internacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), relata⁸² como o MST passou a internacionalizar sua ação, que nos anos 1980 era “bilateral” e a partir dos 1990 torna-se mais “multilateral”, até resultar na adesão a essa iniciativa de uma rede internacional de camponeses.

As relações internacionais do Movimento Sem Terra – eu uso como referência até 1989 – se davam em dois níveis vinculados. Uma delas eram as ONGs, redes, fundações, muitas delas vinculadas às Igrejas, Cáritas, Christian Aid, essas aí, que nesse primeiro momento estavam muito relacionadas à questão da cooperação financeira. Como naquela época o Movimento Sem Terra ainda não estava consolidado em nível nacional, não tinha essa força para reivindicar do Estado uma série de políticas com relação à Reforma Agrária e à permanência do trabalhador no campo, etc., financeiramente qualquer iniciativa dependia muito disso. Essa era uma relação internacional que se dava mais no campo da cooperação. Tinha um outro tipo de relação internacional que era principalmente com camponeses da América Latina, que era – vou usar entre aspas – “relações bilaterais”. Ou seja, o MST tinha relações com a CEMPA do México; tinha relações com FENOCIN no Equador, tinha relações com a ANAMURI no Chile, com a ANAP em Cuba, etc., que eram relações mais políticas, de intercâmbio, de conhecer a experiência deles, tal, e de eles também conhecerem nossas experiências, enfim. Mas a partir de 1989 as relações internacionais do Movimento começaram a mudar, deixam de ser bilaterais e passam a ser multilaterais.

(...) A partir de 1989, no âmbito dessa campanha [por ocasião dos 500 anos do descobrimento das Américas], começamos todos nós a nos encontrar. Então, se antes não tinha relação da FENOCIM com a ANAMURI, a partir daqui começam a se conhecer. O MST também começa a conhecer outras organizações que até aquela época não conhecia. A partir dessa campanha surge aquela idéia “epa, peraf...” no interior dessa campanha começamos a ver que estamos passando por situações similares, pelos mesmos problemas, com algumas especificidades aqui ou lá, mas temos os mesmos problemas, temos que nos unir. Então surge um encontro que foi realizado em Manágua, em 1993, que aparece em 1993, mas que já havia. É como o próprio Movimento Sem Terra, que surge em 1984, mas que surge de um acúmulo que vinha desde 1979 até 1984.

(...) Aí surge a CLOC [Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo], e isso daí dá base depois para o surgimento da Via Campesina, através das relações que começam a se estabelecer com a Via Camponesa Européia. Então as relações internacionais do Movimento já começam a ter outro caráter, já são

⁸² Entrevista concedida por Geraldo Fontes ao autor em maio de 2007.

multilaterais no sentido de tentar englobar e definir campanhas e estratégias em comum.

Finalmente, um terceiro exemplo bastante significativo do surgimento progressivo de novas redes pode ser observado em novas experiências no mundo do trabalho. Webster e Lambert (2005:79-133) analisam o que chamam de um “novo internacionalismo operário”, gestado a partir da crise do sindicalismo industrial e da reestruturação produtiva mundial impulsionada pela globalização. Os autores abordam especificamente a emergência durante os anos 1990 da rede de centrais sindicais SIGTUR (*Southern Initiative on Globalization and Trade Union Rights*)⁸³, à qual agrupa sindicatos democráticos da Ásia (sobretudo a CITU da Índia e a KCTU da Coreia do Sul), da África do Sul (por meio do COSATU), e da América Latina (sobretudo a partir da CUT do Brasil e da rede Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS)⁸⁴.

Mesmo levando-se em conta que tradições da velha cultura sindical ainda estejam bastante presentes nas novas iniciativas dos trabalhadores (Santos, 2005:58-59), a novidade que a SIGTUR expressa se dá nas mudanças significativas com relação ao internacionalismo operário tradicional, enraizado na dinâmica da negociação nacional de interesses. Trata-se de uma rede mais afeita às novas condições de luta da era global, principalmente pela sua atuação horizontal, e na forma assumida de um “sindicalismo-movimento social” não apenas aberto, mas também orientado para a busca de novas coordenações e convergências com outros tipos de movimentos sociais.

Ainda que aqui não nos aprofundemos no caso específico da SIGTUR, e nem nas complexas transformações internas da atuação internacional no campo sindical, abaixo

⁸³ “Iniciativa do Sul sobre Globalização e Direitos dos Sindicatos”. Como apontam Webster e Lambert (2005:81), o “Sul” é definido politicamente, não geograficamente.

⁸⁴ CITU – *Central of Indian Trade Unions*. KCTU – *Korean Confederation of Trade Unions*. COSATU – *Congress of South African Trade Unions*.

reproduzo quadro em que os autores (2005:97) esboçam as principais diferenças entre os chamados “novo” e “velho” internacionalismo operário. Seria possível aqui, em um estudo mais detalhado, verificar a correspondência desta nova atuação com novas gerações de sindicalistas, formadas politicamente já na era da desintegração da URSS e da ampla difusão das tecnologias da informação. Sem pretender com isso sugerir uma evolução nas formas de se fazer política, é interessante apontar como, assim como ocorreu com os camponeses, as transformações do capitalismo “empurraram” os sindicalistas a modificarem suas formas tradicionais de atuação e buscarem novas redes internacionais.

Velho internacionalismo operário	Novo internacionalismo operário
Hierarquia [verticalidade]	Rede [horizontalidade]
Centralização	Descentralização
Comando	Participação
Controle	Capacitação
Debate restrito	Debate aberto
Tomada de decisões lenta	Tomada de decisões rápida
Elevada burocracia	Temporizada
Formal	Flexível
Orientação para a diplomacia	Orientação para a mobilização
Focalização exclusiva nos sindicatos e locais de trabalho	Focalização na construção de coligações com novos movimentos sociais e ONGs
Predominante no Norte	Predominante no Sul

Nos mais diversos setores em que ocorreu, essa aproximação sob a forma de redes significou também o encontro de formas muito distintas de organização coletiva, das mais institucionalizadas às mais autônomas; e também concepções sobre a política, sobre as esquerdas, sobre as possibilidades e limites de transformação social radical da sociedade no momento contemporâneo. Essa experiência vivida nas mesmas redes, manifestações de rua e em uma série de fóruns nos quais a diversidade de opiniões e ideologias é a marca, sempre foi um elemento bastante característico da novidade que caracterizou o período de maior evidência dos movimentos antiglobalização.

Grupos politicamente formados no contexto da guerra fria, ou do socialismo real, já não tinham a hegemonia que outrora desfrutaram, e aderiram (mais ou menos conscientemente) a um modo de atuação e organização ao qual não estavam exatamente afeitos. Algumas dessas correntes, em geral pequenas agrupações radicais, viram nessa nova “onda” que agitou as esquerdas a oportunidade para se re-inserir num debate político de maior visibilidade. Repensaram sua atuação, seus diagnósticos e estratégias; e em outros casos, se re-posicionaram no novo diagrama de forças que o cenário pós-Seattle apresentava buscando encontrar aí novos meios para atingir antigos fins.

A participação num espaço auto-organizado constituiu também uma ruptura importante para muitas tradições políticas que participam nas atividades dos fóruns sociais. Assim, as organizações de extrema-esquerda que abandonaram os esquemas de vanguarda devem se abrir a modelos de coordenação abertos e plurais. As organizações centralizadas e fortemente arquitetadas devem aprender a circular num espaço que não se parece com elas e aceitar navegar mais devagar do que elas (Aguiton e Cardon, op. cit.:30).

Depois do acontecimento simbolicamente fundador de Seattle em 1999 acelerou-se um processo de mobilizações internacionais e construção de redes, possibilitadas por um uso muito bem feito das novas tecnologias da informação. Foram eventos que tiveram em comum

algumas características que os tornaram conhecidos como os “dias de ação global”, nos quais se protestava coordenadamente contra certa reunião internacional na cidade onde ela ocorria e, simultaneamente, no máximo número possível de cidades pelo mundo.

A troca – durante os protestos e depois deles – de imagens, números, relatos e informações sobre cada manifestação, em cada país diferente, é o que possibilita um sentido comum de ação política internacional, coordenada contra um mesmo alvo. Para tanto, foram criados instrumentos específicos, como o Centro de Mídia Independente (CMI)⁸⁵, que são fundamentais na formação de um quadro de imagens, memórias e histórias compartilhadas por estes movimentos. Como bem percebeu Confavreux (2006:182):

Sem dúvida não se trata de um retorno das grandes narrativas, mas antes, de uma capacidade enunciativa para recontar as histórias e para se recontar. O altermundialismo não tem nem programa, nem teórico, nem modo de emprego, mas ele é cheio de grandes e pequenas histórias: histórias de pirataria (zonas autônomas temporárias), de viagem (como as marchas zapatistas), de batalhas (Seattle, Praga, etc.), ou biografias (Carlo Giuliani, [Lee Kyung Hae])...

Há diferenças notáveis entre as formas de aparecimento dos movimentos antiglobalização nas ruas nos países centrais – ou do Norte Global, como dizem muitos ativistas – e nos países periféricos – ou do Sul Global. Eles têm muitas vezes alvos e causas semelhantes, mas manifestam-se através de costumes políticos distintos, modos de subjetivação diversos conforme o contexto. Em todos os casos, porém, as manifestações de rua são fundamentalmente palcos para a desorganização da ordem policial estabelecida (Rancière, 1996), para a expressão de um “não” a algo, de um “anti” alguma coisa.

Collins (2004) elabora uma lista de protestos após Seattle bastante extensa e bem detalhada, agregando tanto os maiores e mais conhecidos dias de ação global a manifestações

⁸⁵ No inglês, *Indymedia* (www.indymedia.org / www.midiaindependente.org). Ver ANEXO B, pequena amostra ilustrativa dos *websites* desta rede.

mais locais e de menor escala. Desnecessário dizer o quanto heterogêneos foram tais eventos. Porém, o que importa é que tinham preocupações, causas comuns a manifestar para alteridades comuns; e é nesse sentido que foram capazes de repor em alguma medida a experiência política de argumentação a respeito de um mundo comum (Keinert, 2005), através da recuperação de um espaço público de dissenso.

Foram todos protestos normalmente voltados contra grandes organismos multilaterais, ou mesmo contra encontros específicos de chefes de Estado (o encontro do G-8 é o mais visado) e de representantes do grande capital internacional (caso do Fórum Econômico Mundial de Davos, por exemplo). Alguns dos mais emblemáticos protestos após Seattle, como o A16 de Washington, o S26 de Praga (conhecidos como A16 e S26 em referência a 16 de abril e 26 de Setembro de 2000, as datas em que ocorreram), o A15 em Quebec e o J20 em Gênova em 2001, também ocorreram simultaneamente em outras cidades do mundo no mesmo dia. Em São Paulo, por exemplo, no A16 houve manifestação na Avenida Paulista e jovens e estudantes foram espancados por policiais militares em frente ao edifício do Banco Central. O S26 foi marcado por um protesto em frente à Bolsa de Valores (Bovespa) que terminou em confronto com a polícia no centro da cidade.

Portanto, os dias de ação global têm a especificidade de estarem vinculados a certa agenda internacional, mas refletirem de forma peculiar a realidade nacional onde ocorre cada protesto simultâneo. Como aponta Hall (1998:38-39), uma cultura nacional é uma posição de sujeito, um discurso que constrói significados, que influencia e organiza tanto nossas ações quanto nossas concepções sobre nós mesmos. Nesse sentido, a identidade dos movimentos antiglobalização, que está sempre vinculada às noções históricas de tempo e espaço, é influenciada tanto pelos processos objetivos de globalização, quanto pelo encontro presencial, midiático ou mesmo imaginário com as outras forças em nível nacional e local.

Um dos elementos novos que conferiu identidade a manifestações tão diferentes, em contextos nacionais tão variados, e modos de subjetivação política tão distintos, foi a invenção da rede político-comunicativa do Centro de Mídia Independente⁸⁶. Constituído na maioria dos casos por grupos de jovens de orientação anarquista/libertária em 1999, com o intuito de realizar uma “cobertura alternativa” dos eventos ocorridos em Seattle, o CMI rapidamente se transformou numa rede de *websites* que possibilitaram dar voz aos próprios movimentos e ativistas. Os capítulos regionais, nacionais ou locais do CMI expressam o envolvimento real de grupos ao redor do mundo, e não apenas a difusão global de informações produzidas a partir de uma única fonte.

Utilizando-se com perfeição das novas tecnologias da Internet, o CMI permite que qualquer pessoa, ativista ou não, publique uma notícia, vídeo ou foto em tempo real (dentro dos seus amplos princípios editoriais básicos) e que ela seja comentada e divulgada por leitores em qualquer parte do mundo. Trata-se de uma mudança significativa nas formas de mobilização e comunicação, que passa a complementar aquelas formas tradicionais de mobilização política, como a da leitura coletiva de livros teóricos, da distribuição de panfletos, e das rodas de discussão.

É evidente que cada geração tem à sua disposição os meios técnicos objetivamente existentes em cada momento histórico, mas é interessante perceber – como observa Jacoby (2001:100-103) citando Enzensberger – que por mais subversiva que tenha sido a geração dos anos 1960, ela parece não ter sido capaz de se apropriar dos meios de comunicação de nenhuma forma parecida com esta realizada pela jovem geração do *Indymedia*. Pelo contrário, sua aversão às tecnologias de comunicação constitui uma diferença qualitativa da postura com relação às possibilidades positivas que poderia haver num uso político alternativo desses instrumentos.

⁸⁶ A este respeito, agradeço a contribuição valiosa de Henrique Parra, do coletivo CMI em São Paulo.

Os jovens esquerdistas [dos anos 1960-70] desprezavam os meios de comunicação de massa. (...) Eram poucos os que se davam ao trabalho de entender o que os meios de comunicação faziam ou como funcionavam; de modo geral, a nova esquerda encarava os meios de comunicação como o feudo do inimigo. Em Berkeley [Estados Unidos], observa Enzensberger, os estudantes atacavam os computadores como símbolos da opressão.

Se hoje esse tipo de instrumento pode parecer algo comum com a acelerada difusão dos *blogs*, *flickr*s e *photolog*s, além de diversos outros tipos de sites nos quais os usuários têm autonomia de publicação, sua utilização como ferramenta de organização e comunicação durante manifestações políticas antiglobalização foi uma inovação enorme àquela época. Rapidamente difundido por inúmeras localidades, o CMI formou uma *rede de sites* que são intimamente relacionados enquanto imagens dos conflitos políticos e discursos construídos pelos movimentos antiglobalização. Assim, não apenas permite a qualquer indivíduo com acesso à Internet publicar sua própria “notícia”, como também se tornou o receptáculo de boa parte da memória das manifestações, do registro da repressão e da produção da identidade dos movimentos antiglobalização, ao se tornar ponto de convergência de inúmeros documentos, relatos, símbolos e imagens dos movimentos *em ação*, tomando as ruas do mundo.

12.4. Das ruas aos fóruns: dilemas sobre meios e fins

Outro elemento novo importante e complementar a se observar é o dos fóruns. Os fóruns serão aqui entendidos, com letra minúscula mesmo, como todos os tipos de encontros para debate e articulação organizados pelos movimentos antiglobalização, ou que possam ter ligação com as suas origens. A partir desta maneira de abordá-los, não é minha intenção fazer aqui uma análise exaustiva de sua enorme quantidade ou da sua qualidade política. Como veremos, o Fórum Social Mundial (FSM), dentre todos estes encontros, foi aquele que até o momento mais se destacou e, por isso, será aqui analisado com mais detalhe.

Nos dias anteriores aos protestos de rua é comum que se organizem contra-cúpulas, fóruns e espaços de debates pelos quais se espalham a diversidade de grupos que na rua estarão juntos. Os espaços das organizações da sociedade civil, de grupos autonomistas⁸⁷ e também de partidos políticos próximos aos movimentos são completamente tomados antes e durante os dias de protesto. Mesmo setores progressistas da Igreja Católica não raro cedem suas instalações para debates e encontros. É evidente que há inúmeros tipos de fóruns nos movimentos antiglobalização, dos mais variados tamanhos e temáticas; e que eles podem acontecer também independentemente de protestos de rua. Assim, tanto o I Encontro Contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, realizado em 1996 em Chiapas, quanto o Fórum Social Mundial realizado pela primeira vez em Porto Alegre em 2001, passando pelos mais diversos tipos de *workshops* e encontros; tudo isso será aqui denominado “fóruns”.

Se os momentos das ruas são momentos essencialmente de oposição à ordem policial, é possível considerar os diversos fóruns dos movimentos antiglobalização sob sentidos que se complementam: primeiro, como espaços comunicativos de busca por “sims”, por “prós”, isto é, momentos de busca de construção de utopias, de projetos alternativos de sociabilidade que não a capitalista ou a do “socialismo realmente existente”. Segundo, como momentos fortemente vinculados às necessidades de troca de experiências e idéias que possam renovar as formas de ação política no futuro. Ou seja, espaços onde se possa pensar também os meios e não somente os fins.

Se por um lado é verdade que existem diversos tipos de fóruns dos movimentos antiglobalização, também o é que o Fórum Social Mundial foi dentre todos o que conseguiu obter maior projeção midiática, impacto político e adesão. Sobre ele nos debruçaremos um pouco mais especificamente. O caráter constitutivo do FSM visa uma ação política essencialmente comunicativa, sendo o próprio evento uma grande estrutura comunicativa.

⁸⁷ Como os “Centros Sociais” italianos; os *Squats* britânicos; ou as *Maisons des Associations* suíças, por exemplo.

Comunicação esta que flui em diversos sentidos, tanto entre os participantes quanto do conjunto do FSM para seu exterior, com o mundo, através dos meios de comunicação e dos relatos dos participantes.

Contudo, isso não significa que o FSM represente um conjunto consensual de opiniões, pelo contrário. Há inúmeros conflitos de opiniões e de interesses no interior de uma experiência política tão diversificada como essa. Apenas para ilustrar, no segundo FSM, em janeiro de 2002 em Porto Alegre, uma “ação direta” organizada a partir do acampamento da juventude foi realizada contra a “sala VIP” do evento, na qual os importantes palestrantes da chamada “sociedade civil global” eram pomposamente recebidos pela organização. Contrastes como este, de proclamar que “um outro mundo é possível” e ao mesmo tempo reservar banheiros químicos precários e (os famosos) chuveiros a céu aberto para os acampados da juventude foi algo que não passaria despercebido pelo olhar politizado dos participantes⁸⁸.

De forma simbólica, os jovens libertários da facção da juventude do segundo FSM, logo após terem atirado bolos com creme à cara de Marie-Georges Buffet, organizaram uma ocupação barulhenta da ‘sala VIP’ instalada na Universidade Católica para abrigar os prestigiosos oradores das sessões plenárias (Aguiton e Cardon, op.cit.:14, nota 16).

A experiência mesma do Acampamento Intercontinental da Juventude (AIJ) nos remete também à já mencionada questão geracional no interior destes movimentos, sobretudo porque qualquer que tenha sido o país onde o Fórum ocorreu, sempre permaneceu uma tensão forte entre a juventude no acampamento, os demais participantes e a organização do evento. Se, de um lado, o modelo dos acampamentos representa uma solução objetiva para facilitar a participação ao prover um local de hospedagem gratuito; sobretudo nas experiências brasileiras, nas quais recebeu o maior número de pessoas, ele foi também um local de

⁸⁸ Também no FSM 2007 de Nairobi, ações diretas foram realizadas contra os restaurantes da rede alimentícia *Windsor*, contratada pela organização, dado seu caráter explorador e elitista na realidade cotidiana dos quenianos.

experimentação de alternativas ao capitalismo, como trocas não monetárias, reciclagem e crítica ao consumismo, autogestão, etc. Os acampamentos tentaram mostrar um pouco do “outro mundo que já existe”, nos termos de Confavreux (2006:181). Assim, a tensão na dinâmica dos espaços era explícita. Como relata Nunes (2005:284):

Enquanto o segundo FSM tinha uma ênfase em “propor alternativas” (...) o AIJ era totalmente voltado a colocá-las em prática e mostrar que elas já existiam. Assim, enquanto o FSM permaneceu nos prédios caros da Universidade Católica, todos os espaços comuns do AIJ eram construídos com técnicas que respeitam o meio ambiente, tais como o uso de permacultura, ou lixo reciclável. Enquanto o FSM ainda lutava para se fazer ouvir pela mídia corporativa, e só falava para ela, o AIJ era o único lugar para a mídia alternativa, com um laboratório de computação a base de *software* livre e uma estação de rádio compartilhada pelo *Indymedia*, comunidades locais e rádios livres, etc. (...) O Parque Harmonia era um espaço para as pessoas viverem e compartilharem, com uma (embora não totalmente bem-sucedida) proposta de auto-gestão. (...) Apesar de todas as suas inovações, mesmo no momento em que foi [politicamente] encampado pelo FSM, o Acampamento da Juventude permaneceu invisível para os principais atores do Conselho Internacional e do Comitê Organizador Brasileiro. Isso pode ser entendido de duas maneiras: que há uma grande parte da cena política pós-1990 (a nova geração política) que permanece majoritariamente invisível para esses atores; ou que há um esforço deliberado para ignorá-la.

Porém, este traço autogestionário/experimental foi mais marcante em Porto Alegre do que em Mumbai, Caracas ou Nairobi, esta última destacando-se pela organização de um acampamento de pequenas proporções com tendas similares às dos campos de refugiados da ONU, no qual não ocorriam atividades autogestionadas do Fórum. Tanto para Nunes (op.cit.:282), como também para Rubens Diniz, da OCLAE (Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes)⁸⁹, a forma acampamento da juventude acaba refletindo em muito as particularidades locais de cada cidade onde é realizado, e o modelo autogestionário de Porto Alegre dificilmente será repetido em outros lugares, correspondendo a um arranjo específico promovido pelos moradores da cidade que o organizaram.

⁸⁹ A quem pude entrevistar no FSM 2005 em Porto Alegre e 2006 em Caracas.

No FSM da Venezuela em 2006, por exemplo, que teve grande participação do governo Chávez na sua organização, uma grande conferência com organizadores de fóruns regionais foi interrompida por jovens acampados aos gritos de protesto. Judith Young⁹⁰, jovem ativista holandesa sem vínculo com qualquer organização, relatou à época como os conflitos no Acampamento da Juventude podiam ser decodificados em termos do choque de tradições, gerações e modos de subjetivação, o que resultava em formas evidentemente distintas de se perceber politicamente o mundo sensível.

Às vezes o acampamento pode ser muito politizado, às vezes não. Mas as pessoas não querem ser instrumentalizadas, elas querem decidir elas mesmas, colocar questões e tentar solucionar-las. É bastante difícil lidar com a burocracia, os conflitos externos e interesses do governo. Sentimos que nossas idéias são diferentes e, talvez, nossa percepção também.

Além disso, é importante notar que a participação da juventude nos fóruns é freqüentemente distinta daquela nas ruas. Durante os protestos de rua, os jovens comumente estão na linha de frente e são a maioria dos que entram em confronto com a polícia; enquanto que nos fóruns, são vistos muitas vezes pelas gerações mais velhas como inexperientes na política e têm menor protagonismo e espaço institucional.

Após um distanciamento que parecia estar se aprofundando – e a fim de recuperar o acúmulo de forças que já representaram as mobilizações de rua contra as instituições *policiais* – setores influentes no interior das estruturas do FSM e que participam com intensidade destes protestos, vêm tentando construir uma nova aproximação com grupos de jovens autonomistas, dentre eles os da rede AGP. Como mostra, por exemplo, o relato de Geraldo Fontes⁹¹ sobre o caso da Via Campesina.

Qualquer coisa que a Via Campesina fizer para alcançar algumas políticas tem que ser através de ações, que também são *ações diretas*. O objetivo desses movimentos

⁹⁰ A quem pude entrevistar no FSM 2006 em Caracas.

⁹¹ Membro da direção nacional do MST, a quem entrevistei em maio de 2007. Grifo meu.

anarquistas, autonomistas, também é a ação direta, então há uma identificação. (...) Era possível coisas em comum, que se manifestavam em termos de mobilizações, que se concretizavam com as mobilizações. Não eram espaços de debates teóricos, mas de mobilizações. Então a Via Campesina voltou a ter contato com esses setores que se articulavam em torno da AGP. Só para ilustrar, em Cancun foi um momento que, em 2003, houve um trabalho conjunto entre a Via Campesina e o pessoal envolvido na AGP. (...) A partir de Cancun foi um pouco mais aprofundado, acabou se identificando, “mas, *peráí*, a questão da ação direta é uma coisa que temos em comum, se vocês são mais radicais, mais ou menos, isso é outra coisa, mas o princípio da ação direta temos em comum”. Então, um pouco disso daí criou uma identificação que depois se manifestou de lá pra cá em várias outras ocasiões, como em Hong Kong [também contra a OMC], em outros momentos de mobilização onde se apresentava essa relação da Via Campesina com esses setores, mas que não são necessariamente identificações que outros movimentos sociais, em nível mundial, tenham com eles.

Todo este debate sobre meios e fins tem sua espécie de síntese (Aguiton e Cardon, 2006; Whitaker, 2005; 2007) numa dicotomia que parece ser permanente nos debates sobre o caráter e a utilidade do Fórum Social Mundial: a da forma “fórum-espço” *versus* a forma “fórum-movimento”. Existem assim dois processos simultâneos: o de produzir um espaço comum (vocação socializadora/fórum-espço); e o de favorecer a emergência de ações coletivas (vocação mobilizadora/fórum-movimento). Institucionalmente, o FSM se auto-define⁹² enquanto

um espaço democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências, e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs, e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer outra forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais.

Do ponto de vista daqueles que enxergam que o FSM deveria explorar mais seu potencial mobilizador, trata-se de indagá-lo sim como um espaço aberto, mas também de

⁹² Carta de Princípios do FSM. Disponível em www.forumsocialmundial.org.br.

questionar, para quê? Qual é o *sentido político* desse espaço? Tanto em entrevistas na pesquisa, quanto em artigos de ativistas ligados ao FSM, pode-se notar que após ser saudado em 2001 como “um novo estágio na evolução do movimento por justiça global” (Bello, 2007:1), ano após ano o Fórum passa a receber diversas críticas e a ser objeto de disputas intensas sobre seu sentido político.

A jornalista/ativista canadense Naomi Klein, escrevendo logo após o FSM 2003 em Porto Alegre, critica a mudança de ênfase do encontro sobre o aspecto qualitativo da política ali experimentada para o aspecto quantitativo de suas atividades. Em seu “O que aconteceu com a nova esquerda? Ou O seqüestro do Fórum Social Mundial”, Klein é incisiva ao afirmar:

A palavra-chave no Fórum Social Mundial, que terminou terça-feira em Porto Alegre, Brasil, foi “grande”. Grande público: mais de 100.000 delegados no total! Grandes discursos: mais de 15.000 se amontoaram para ver Noam Chomsky! E principalmente, grandes homens. Luiz Inácio Lula da Silva, recentemente eleito presidente do Brasil, veio ao Fórum e se dirigiu a 75.000 fans em adoração⁹³. Hugo Chávez, o controverso presidente da Venezuela, fez uma visita “surpresa” para anunciar que seu regime combativo faz parte do movimento. (...) Há dois anos atrás, no primeiro Fórum Social Mundial, a palavra-chave não era “grande”, mas “novo”: novas idéias, novos métodos, novas caras. Porque se havia alguma coisa com a qual todas as pessoas concordavam (e não era muito), era que os métodos tradicionais da esquerda haviam falhado.

Logo após o FSM 2005 de Porto Alegre, uma das lideranças da rede camponesa Via Campesina, o basco Paul Nicholson, escreve artigo intitulado “O Fórum não é um fim em si mesmo”, no qual chama a atenção para que o modelo não se torne

um turismo de fóruns, mas uma praça de lutas sociais contra o neoliberalismo. (...) É preciso sair do Fórum sabendo o que fazer e quando [pois] (...) o Fórum afinal é um instrumento para transformar a sociedade, não é um fim em si mesmo e seus tempos e periodicidades devem responder aos tempos da luta.

⁹³ Ao contrário do que se possa pensar, a tendência interna do PT a qual Lula pertence, chamada “Articulação”, nunca teve muito interesse em organizar o Fórum Social Mundial, abrindo espaço para o protagonismo de militantes e organizações da sociedade civil ligados às tendências menores da “Democracia Socialista” (DS) e da “Articulação de Esquerda” (AE), ambas também do PT (Nunes, 2005:282). Vale mencionar também que no ano de 2003 Lula saiu de Porto Alegre diretamente para participar no antagônico Fórum Econômico Mundial de Davos. Em edições posteriores, Lula sequer foi ao FSM, e em 2007 preferiu atender somente ao convite do FEM, enviando a Nairobi comitiva chefiada pelo ministro Luiz Dulci.

Para Leite (2003b:3), esta dupla vocação entre espaço e movimento, ou entre debate e ação, decorre em parte da “crise de representação política da esquerda e [do fato] dos partidos não [estarem] participando diretamente do FSM, [pois daí] emerge a demanda de que o próprio Fórum cumpra papel de direção”. Este debate de opiniões sobre a vocação do FSM (debate que vem ao menos desde a sua segunda edição) está bastante bem expresso na troca de artigos entre duas das mais influentes personalidades da sociedade civil presentes ao evento, o brasileiro Chico Whitaker e o filipino Walden Bello, ambos membros do Conselho Internacional do FSM.

O artigo de Bello, “O Fórum na encruzilhada”, pode ser tomado como expressão de uma corrente de opinião que avalia que o FSM tem se distanciado das reais lutas políticas e se limitado a ser um fórum de idéias, sem uma agenda para a ação. Nas palavras de Bello, o dilema então seria o seguinte:

Após a decepção que foi [o FSM de] Nairobi⁹⁴, muitos dos participantes mais antigos no Fórum estão se perguntando: será o FSM o instrumento mais apropriado para a nova fase de lutas do movimento pela paz e justiça global? Ou, tendo cumprido sua função histórica de agregar e ligar a diversidade de movimentos contra-hegemônicos gerados pelo capitalismo global, é hora do FSM levantar acampamento e abrir caminho para novos modos de transformação e de organização global da resistência? (2007:4).

⁹⁴ Segundo Geraldo Fontes, o FSM de 2007 em Nairobi sofre críticas fundamentalmente por “duas questões: propriamente o evento em si, foi uma deturpação da proposta original do Fórum Social Mundial, por vários fatores. Muito já tem sido colocado sobre o caráter, que entra em contradição com a proposta original do Fórum, que foi a mercantilização do evento, e muitos tem colocado a digitalização do evento, a exclusão também, o fim do trabalho de incorporação. Agora, pensando Nairobi como continuação do processo, também somos críticos porque não contribuiu em nada no processo. Não contribuiu em nada porque, embora existam muitas avaliações de que permitiu que na África fosse realizado um espaço e tal, na nossa avaliação isso é falso, porque a presença africana em Nairobi estava condicionada às possibilidades européias de facilitação financeira. É aquilo que a gente viu, quem ia lá era aquele pessoal que a Cáritas, por exemplo, levava, financiava e indicava. A Action Aid a mesma coisa. As atividades promovidas por eles eram, em termos de oficinas, etc, pautadas pelos europeus. Podem dizer que sessenta por cento da presença era africana; africana vírgula, africana com um brancão atrás. (...) Em nível mundial, pior ainda, ou seja, do Fórum de Nairobi não saiu nada novo que em 2004, 2005 e 2006 não tivesse sido colocado na pauta”.

A perspectiva oposta, expressa por Chico Whitaker em seu “As encruzilhadas nem sempre fecham caminhos”, é aquela que defende que o FSM não apenas permaneça como é – ou seja, como um espaço, sem declaração final, nem agenda de ação – mas também que sejam investidos esforços na sua multiplicação ao redor do mundo, na forma de fóruns regionais, nacionais, locais e temáticos. Para esta vertente de opinião, o FSM é um caminho paralelo às ações dos movimentos e deve servir para ajudá-las, alimentá-las, e não para liderá-las. A opção pela ação significaria o comprometimento justamente daquelas características não-pragmáticas que o tornaram tão chamativo e que responderam tão bem à mudança de contexto político operada pelo neoliberalismo, tornando possível a reunião de organizações até então fragmentadas. Como aponta Whitaker:

Para construir a união não bastava se encontrar e se reconhecer. Era também necessário experimentar novas práticas de ação política baseadas em relações horizontais, em que todos se respeitassem mutuamente em sua diversidade de métodos e de objetivos, em que ninguém fosse considerado mais importante que os outros, em um espaço portanto sem hierarquias nem direções centralizadas, em que todos pudessem escutar-se em vez de competir segundo a lógica capitalista. Isto permitiria a descoberta de convergências e a possibilidade de novas alianças, dentro da lógica das redes, que já se firmavam no mundo como o modo mais democrático de se organizar. Pouco a pouco, nos Fóruns que se organizou depois do primeiro, a construção dessa união passou a ser, de fato, o resultado fundamental a se esperar deles, seu papel a cumprir na luta pelo “outro mundo possível”.

De forma prática, há dois aspectos sob os quais se manifesta a dicotomia espaço-movimento: de um lado, no debate a respeito do veto da Carta de Princípios à possibilidade de uma declaração final. De outro, nas diferentes posições a respeito da periodicidade dos Fóruns, que estão pautadas por visões heterogêneas sobre as lutas dos movimentos.

Quanto à questão da polêmica sobre a declaração final, isto é, sobre a ausência de um posicionamento claro do FSM quanto aos conflitos nos quais os movimentos antiglobalização estão envolvidos, parece-me que raros são os participantes que defendem seriamente a adoção

de uma declaração final unívoca. Como assinala Cassen (2004:90)⁹⁵, a questão é bastante clara para os participantes: “*quem teria legitimidade para redigir esse texto, e sob o mandato de quem?*”. Mesmo as tradições políticas mais afeitas a este tipo de política não têm insistido nesse debate e, como vimos, têm procurado adaptar-se no novo contexto em grande medida dominado pelas novas práticas. Desde que não se pretendam como algo representativo de todos os participantes, a metodologia do FSM estimula as inúmeras organizações, redes, movimentos, etc., a que emitam declarações finais dos seus encontros e atividades, se possível de forma propositiva. Uma das iniciativas para escoar as conclusões das atividades ocorridas foi a experiência parcialmente bem-sucedida de um Mural de Propostas, cujo objetivo era dar uma (in)visibilidade homogênea aos resultados.

O que ocorre algumas vezes, contudo, é que – assim como ocorre com as organizações, movimentos, etc. – o peso político e simbólico de algumas declarações políticas as torna mais visíveis do que outras. Este tem sido, por exemplo, o caso da polêmica sobre as declarações da Assembléia dos Movimentos Sociais (Whitaker, 2005:139-141), que a cada Fórum traz um texto político e uma agenda de ações que expressam o calendário de lutas dos movimentos presentes⁹⁶. Parece-me aqui que há uma questão de auto e hetero-enunciação que deve ser considerada. Algumas vezes essas declarações foram tomadas, inclusive pela imprensa, como a declaração oficial do FSM, e a Assembléia como uma instância decisória representativa do FSM. Porém, é importante observar que aí é muito difícil distinguir quais influências de discurso podem interferir mais: a relevância política que a atividade em si teve ou as incompreensões da imprensa sobre o próprio caráter de espaço horizontal do Fórum.

⁹⁵ Contraditoriamente, no mesmo artigo (2004:91), Cassen sugere: “Talvez um outro método possa avançar: que uma dezena de personalidades, de “sábios” dispondendo de uma estatura moral e militante mundialmente reconhecida, se reunissem em um lugar tranqüilo e, a partir daquilo que todos os fóruns tenham produzido, redijam juntos este Consenso [de Porto Alegre] sob a forma de uma declaração ao mundo”.

⁹⁶ Todas as Declarações dos Movimentos Sociais podem ser encontradas em www.forumsocialmundial.org.br.

Quanto à periodicidade do FSM, é importante notar que não se trata simplesmente de uma decisão burocrática a respeito do evento. No pano de fundo do debate está a questão de se perguntar o quanto o Fórum estaria se afastando da dinâmica concreta das lutas dos movimentos antiglobalização, ou seja, dos momentos de *dissenso* (Rancière, 1996b) das ruas, das quais ele próprio se reivindica originário. Doris Trujilla, da Confederação Camponesa do Equador⁹⁷ afirma de maneira incisiva não apenas que considera o FSM afastado das lutas, como também que o vê como um espaço negativamente dominado por ONGs.

Sinto que as pessoas estão começando a se cansar desses encontros. (...) Creio que os grandes discursos estão aí, mas falta conteúdo, falta força, falta cor e falta realidade. Não necessitamos de um grande discurso sem realidade. (...) Não é possível que nos dediquemos a viajar todos os anos, milhares de representantes, enquanto... Eu não estou convencida de que aqui se dê um outro mundo possível, outro mundo possível se está dando nas favelas, nas comunidades e nos bairros, então eu penso que é para aí que se deve olhar e isso não se reflete necessariamente nos grandes eventos. Creio que transformar o FSM em um encontro a cada dois anos vai permitir reencontrarmo-nos em nossas comunidades, reencontrarmo-nos em nossos países, que é onde também faz falta. (...) A maioria dos representantes no Fórum são representantes de ONGs porque são eles que têm o controle do dinheiro. Sinto muito, me dá muita pena que seja assim, mas é assim. São as ONGs as que conseguem até definir a temática; imagine, há um montão de temas que, na prática, não servem para nada, não servem para nada e ainda assim têm os grandes espaços, e os outros que nós trazemos muitas vezes são diminuídos. (...) Os movimentos sociais têm que ter a voz cantante aqui, e não é porque somos egoístas, é porque assim tem que ser, pois somos nós que temos os mortos também. Nós construímos esse outro mundo possível em nossas comunidades, então somos os que temos que falar. (...). Eles devem assumir que são intelectuais ou que são ONGs e está muito bem, todos nos beneficiamos de todos. Todos têm espaço nesse mundo. Mas quem foi se mobilizar em Cancun contra a OMC? Nós⁹⁸.

⁹⁷ A quem pude entrevistar no FSM 2005 em Porto Alegre.

⁹⁸ Vale lembrar o episódio dramático (e também performático) em que o sul-coreano Lee Kyung Hae se suicidou com uma facada no peito em protesto contra a OMC, em Cancun (ver foto no ANEXO A). Ele levava um cartaz escrito “A OMC mata os camponeses”. Antes disso, já era conhecido por ter realizado diversas greves de fome e ter ficado acampado em frente à sede da OMC em Genebra por mais de três meses. “[Lee Kyung Hae] O antigo líder de um dos mais poderosos sindicatos agrícolas, o KAAF (*Korean Advanced Agriculture Federation*), conhecido entre os camponeses coreanos por ter encenado, nos anos anteriores, mais de vinte greves de fome, decidiu assim encarnar literalmente sua proposição: a política da OMC mata os camponeses” (Confavreux, 2006:177).

Para os que entendem o FSM como um espaço, o fato de alguns o considerarem afastado das lutas concretas não poderia ser outra coisa senão dizer que seriam, na realidade, as ditas lutas concretas que estariam se afastando do espaço por ele propiciado. Uma inversão deste tipo coloca “a bola” no lado dos movimentos e não somente da organização do “fórum-evento”. Sob este prisma, as críticas dirigidas ao FSM na sua forma-espaço seriam, talvez, reflexos das dificuldades atuais dos próprios movimentos antiglobalização em avançar nas suas lutas, depositando nas características intrínsecas ao FSM a causalidade de processos mais amplos.

13. Uma hipótese de declínio?

O “11 de setembro” e os movimentos antiglobalização

O contexto de fundo sobre o qual os movimentos antiglobalização buscam agir politicamente apresenta-se repleto de técnicas e tecnologias repressivas que se sofisticam incessantemente. Além das causas e direitos em jogo, é também a própria vida de quem atua nestes movimentos que passa a estar em questão, num quadro que vem agravando-se ainda mais nos últimos seis anos, quando a criminalização de movimentos sociais assemelha-os ao terrorismo que deve ser aniquilado pelos Estados.

No período político-intelectual no qual Hannah Arendt viveu e escreveu (1906-1975), suas interpretações sobre a crise da política nos *tempos sombrios* balizavam-se, fundamentalmente, entre a experiência totalitária e a administração biopolítica do mundo. O momento contemporâneo testemunha a ascensão de outro aspecto que também caracteriza a crise da política: a rotinização de um *estado de exceção* (com letra minúscula mesmo) como técnica de governo, adotada inclusive em nações democráticas (Agamben, 2004).

É importante notar que o estado de exceção não se confunde com os Estados autoritários ou totalitários, ele pode ocorrer inclusive em Estados democráticos. Em todos os casos, o elemento comum é que a aplicação da lei é de alguma maneira invalidada, substituída ou suspensa pelo poder soberano. Sobre a gradual instauração de regimes totalitários, Hannah Arendt assinala com clareza o papel da erosão do sistema jurídico precedente como a base sobre a qual se ergue todo um aparato governamental repressivo.

A falência das nações tem início com a destruição gradual da legalidade, seja porque o governo no poder abusa das leis, seja porque as leis nascem de uma autoridade que se torna questionável. Em ambos os casos, as leis perdem a validade (1993:46).

De que maneira então o uso dessa técnica de governo pode ter se refletido sobre a atuação dos movimentos antiglobalização? Como vimos anteriormente, o contexto de maior atividade dos movimentos antiglobalização está localizado temporalmente a partir das manifestações de Seattle em 1999, contra a OMC. Até então esses movimentos estavam submetidos a um paradigma de gestão da insegurança pelo Estado, através da criação de sociedades pautadas pelo medo⁹⁹ (Agamben, 2004; Rancière, 1996b; 2003; Bauman, 2000:24-60). O sentimento de insegurança se expressa tanto na dimensão da segurança pessoal privatizada das companhias de seguros, como também na necessidade do poder soberano (ou, a ordem *policial*) de garantir a sua própria segurança contra perturbações, *dissensos* de diversos tipos, que possam dar ensejo a alguma forma de *ação política*. Como assinala Rancière, nesse momento:

Se a guerra é necessária, não é para responder a uma situação, real ou imaginária, de insegurança. É para manter esse sentimento de insegurança necessário ao bom funcionamento dos Estados. (...) O Estado consensual em sua forma acabada não é o Estado gestor. É o Estado reduzido à pureza de sua essência, ou seja, o

⁹⁹ “Torna-se cada vez mais óbvio que as incertezas de hoje são, para usar a expressão de Anthony Giddens, fabricadas – de modo que viver na incerteza revela-se um estilo de vida, o único estilo da única vida disponível” (Bauman, 2000:26).

Estado policial. A comunidade de sentimento que o sustenta e que ele administra em seu proveito, com a ajuda dos meios de comunicação de massa que não têm nem sequer a necessidade de pertencer ao Estado para sustentar sua propaganda, é a comunidade do medo. (...) Prevenir os perigos é uma coisa, administrar o sentimento de insegurança é outra, na qual o Estado será sempre o mais perito porque é esse, talvez, o princípio mesmo de seu poder. (...) E a insegurança, sobretudo, não é um conjunto de fatos, é um modo de gestão da vida coletiva (2003:1-3).

A dinâmica dos protestos de rua sofre uma inflexão significativa a partir de setembro de 2001, após os atentados de 11 de setembro (11/9), na cidade de Nova Iorque. Talvez seja um pouco difícil estabelecer “a prova” de uma ligação causal direta entre o 11/9 e um declínio das manifestações antiglobalização sob a forma mais ou menos consagrada dos dias de ação global, mas uma análise do que se passou depois parece mostrar que realmente há um declínio, ou, ao menos, mudanças importantes de certas características¹⁰⁰. Isto porque não apenas o atentado terrorista de 11/9 em si, mas também os eventos que se seguiram após ele, e a decisão dos Estados Unidos de declararem uma “guerra preventiva” contra o terrorismo¹⁰¹, mudaram o panorama da política contemporânea, e o mudaram inclusive para os movimentos antiglobalização. Assim como a queda do Muro de Berlim encerrou o “breve século XX”, o 11/9 é um acontecimento que pode ser interpretado como o desfecho simbólico da fase hegemônica do mito elogioso da globalização, da promissora redenção que a “aldeia global” neoliberalizada traria.

Como assinala Neves (2007:34-35), os atentados terroristas ocorreram num momento-chave para os movimentos antiglobalização, quando sua ascensão era notável e suscitava

¹⁰⁰ “Logo após o 11 de setembro, as ONGs que participariam dos protestos de Washington DC contra a reunião do Banco Mundial e do FMI, no dia 29 de setembro, suspenderam suas manifestações antes mesmo de o Banco Mundial e o FMI suspenderem suas reuniões” (Ludd, op.cit.:217).

¹⁰¹ “É na perspectiva dessa reivindicação dos poderes soberanos do presidente em uma situação de emergência que se deve considerar a decisão do presidente Bush de referir-se constantemente a si mesmo, após o 11 de setembro de 2001, como o *Commander in chief of the Army*. Se, como vimos, tal título implica uma referência imediata ao estado de exceção, Bush está procurando produzir uma situação em que a emergência se torne a regra e em que a própria distinção entre paz e guerra (e entre guerra externa e guerra civil mundial) se torne impossível” (Agamben, 2004:38).

adesão política e repercussão midiática crescentes. Durante esse momento de ofensiva, os protestos antiglobalização foram especialmente emblemáticos das relações entre *polícia* e *baixa polícia* (Rancière, 1996). Isto porque sob o controle das instituições policiais que zelam pelo sistema consensual está sempre a baixa polícia de alguma localidade, responsável por eliminar “o ruído” dos manifestantes através do uso ostensivo dos meios de violência. Antes de ser reprimida pela baixa polícia, porém, uma determinada mobilização de rua pode já ter instituído algum tipo de desorganização na *partilha policial do sensível* (de outra forma, não haveria necessidade de violência).

É possível observar claramente que antes mesmo de Seattle e do 11/9 medidas excepcionais de repressão já estavam sendo aplicadas contra as manifestações antiglobalização. Ludd (2002:50) relata que em resposta às manifestações de 18 de Junho de 1999 (J18) contra o mercado financeiro na *City* de Londres, o governo Blair aprovou uma nova lei sobre terrorismo na qual as formas de protesto por ações diretas eram também classificadas como atos terroristas. Com o decorrer dos anos após Seattle, os Estados democráticos nos quais se realizaram manifestações antiglobalização adotaram medidas repressivas cada vez mais assemelhadas a um estado de exceção.

Segundo Agamben, as mediações dessa tensão entre ação política e a repressão estatal desenvolveram-se fundamentalmente a partir da intervenção do Direito ocidental secularizado e dos dispositivos biopolíticos do poder constituídos nos sécs. XVII-XIX, analisados, como vimos, por Michel Foucault (1979; 1988; 1999). O deslocamento de Agamben com relação ao raciocínio de Foucault é, sobretudo, na relação íntima que se estabelece entre direito, poder soberano e vida. Vejamos.

Em Foucault, o Direito aparece em grande medida com funções essencialmente reguladoras e normatizantes, capazes de impedir a impunidade e inibir os excessos do poder soberano contra a sociedade, de modo que “biopoder e função de morte” só podem atuar

juntos na perspectiva de um “racismo de Estado” contra parcelas de sua própria população. Assim, apenas através da lógica do racismo (e aí se inclui toda a discussão a respeito do fenômeno nazista no século XX, dentre outros casos de racismo de Estado), é que se poderia compreender a aniquilação de parte da população pelo poder que, ao contrário, deveria “fazê-la viver”. Daí a indagação final de Foucault (1999:315) na última de suas aulas do curso de 1975-76 no *Collège de France*:

Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassínio e da função de morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser o problema.

Já para Agamben essas técnicas disciplinares do corpo e de controle da população são agora “completadas” pela administração da exceção permanente (um tipo de administração propriamente *policia*, nos termos de Rancière); sendo que o próprio fundamento do poder soberano reside na sua prerrogativa de decidir suspender a aplicação da lei¹⁰², através de uma análise objetiva – mas também subjetiva – sobre a necessidade de um estado de emergência ou estado de exceção.

Hoje, [vivemos] em um momento em que as grandes estruturas estatais entraram em processo de dissolução, e a emergência, como Benjamin havia pressagiado [sobretudo na oitava de suas teses *Sobre o Conceito de História*¹⁰³], tornou-se a regra (Agamben, 2002:19).

¹⁰² É prerrogativa própria do poder soberano ser “aquele que decide sobre o estado de exceção (...) e as medidas de exceção apresentam a formulação legal de algo que não pode ter forma legal, uma vez que se trata de um dispositivo legal que suspende a aplicação da própria lei, sem, contudo, extingui-la” (Agamben, 2004:11-12). Sob um estado de exceção toda a vida torna-se “matável” sem qualquer atribuição de culpa ao homicida. Assim, estar totalmente à mercê de um poder soberano que pode matar impunemente caracteriza a condição de *vida nua*. É sob a excepcionalidade do estado de emergência que a vida é exposta a tamanha violência, assumindo a sua forma paradigmática no campo de concentração moderno, ou em campos de *detainees* como o de Guantánamo, onde “a vida nua atinge sua máxima indeterminação” (Butler, *apud* Agamben, 2004:14;15), na condição de seres humanos completamente isolados e detidos sem qualquer acusação formal ou processo de julgamento.

¹⁰³ “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda à essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia das circunstâncias de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser

Em tal contexto, para se combater emergencialmente uma determinada ameaça – real ou imaginária – medidas excepcionais contra a população poderão ser tomadas pelo Estado sem julgamento e, portanto, impunemente. É justamente nesta perspectiva que se deve compreender tanto a declaração de *estado de sítio* durante as manifestações antiglobalização de Seattle em 1999, quanto o uso desmesurado da força de repressão estatal para conter outras mobilizações antiglobalização, numa espiral ascendente de repressão. Interessante apontar como a repressão às manifestações antiglobalização explicita o fato de que o estado de exceção tem sido amplamente instaurado inclusive por governos ocidentais “democraticamente” eleitos no “primeiro mundo”, e não apenas no “terceiro mundo” ou em regimes autoritários. Os trechos a seguir (Ludd, op.cit.:56;109-110), ilustram a “evolução” da repressão às manifestações em Seattle (dezembro de 1999), Praga (setembro de 2000) e em especial em Gênova (julho de 2001).

O toque de recolher foi decretado (coisa que não acontecia em Seattle desde a Segunda Guerra). Pessoas foram presas em frente de suas casas simplesmente por estarem na rua de noite. Se não bastasse, a Guarda Nacional foi chamada e a lei marcial foi decretada, isto é, os direitos constitucionais deixavam de vigorar. Isto nos EUA, a terra da “democracia”. Vemos como a democracia é uma máscara usada pelos poderosos, que logo é tirada quando as coisas não andam do jeito que eles desejam.

A polícia tcheca terá este mês seu maior teste de força desde os protestos subseqüentes à Primavera de Praga de 1968, quando o Banco Mundial e o FMI se reuniram na sua cimeira anual. Mais de 11 mil policiais, incluindo unidades antimotim totalmente equipadas e centenas de policiais à paisana, estão se preparando. (...) A polícia tcheca terá também à sua disposição alguns blindados, caminhões, helicópteros, duzentos condutores, pilotos e mecânicos do exército. Mais de 1.400 soldados serão distribuídos pela província, de forma a substituir os policiais destacados para Praga. (...) Nas fronteiras e nos aeroportos têm sido

o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável” (*Oitava tese sobre o conceito de história*, Walter Benjamin. In: Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Ed. Brasiliense, 1996).

entregues listas negras com os nomes dos ativistas antiglobalização mais militantes durante os protestos de Seattle e Washington.

Relatos de ativistas detidos em Gênova afirmam que muitos dos que foram presos pela polícia foram física e psicologicamente torturados, sexualmente molestados e forçados a prestar homenagem de joelhos ante a imagem de Benito Mussolini (Ludd, op.cit.). Dentre inúmeras situações de exceção destaca-se assassinato do jovem ativista libertário italiano Carlo Giuliani, com um tiro na cabeça e atropelado seguidas vezes pela (baixa) polícia mesmo depois de morto. Qualquer semelhança com um “estado de exceção” (Agamben, 2004) não é mera aparência¹⁰⁴.

A reação desfavorável da opinião pública em face dessa escalada de violência levou a que fosse posta em prática, pelas instituições *policiais* (Rancière, 1996; 1996b), uma estratégia de “esvaziamento” das suas grandes cúpulas internacionais, transferindo-as para localidades de difícil acesso a fim de preservar a sua imagem pública, como ocorreu com a reunião Ministerial da OMC em Doha, no Catar, em 2003.

Neste momento mais violento e repressivo pós-11/9 as temáticas do imperialismo, da guerra, da imigração internacional e dos conflitos étnico-religiosos foram alçadas ao centro do debate entre os movimentos antiglobalização (aí então sem alguns dos interditos discursivos e simbólicos que no início dos anos 1990 faziam desses temas “coisas do passado”). Questões relacionadas à violência na política, como a guerra contra o terrorismo, a implantação de bases militares, o seqüestro de ativistas pela *baixa polícia*, etc. ofuscaram diversas outras temáticas tradicionalmente prioritárias como, por exemplo, o ambientalismo¹⁰⁵, a abolição da

¹⁰⁴ A respeito da instauração recente de um *estado de urgência* na França, ver: Bonelli, Laurent. *Les raisons d'une colère* (2005:20-26;36).

¹⁰⁵ O ambientalismo sempre teve força nos movimentos antiglobalização, ainda que tenha sido enfraquecido no início do governo Bush após o fracasso do Protocolo de Kyoto, recuperou espaço na agenda política mais tarde, com a ênfase na luta contra os organismos transgênicos e também devido aos recorrentes alertas da comunidade científica sobre o aquecimento global.

dívida externa do terceiro mundo, a luta por comércio justo, o combate à fome, ou as questões de gênero, dentre muitas outras que ficaram “à sombra” dos principais debates.

Uma das mudanças principais destes anos após os atentados é que diversos sujeitos vinculados aos movimentos antiglobalização viram-se então assemelhados pela ordem *policial* a movimentos terroristas e foram forçados a diferenciarem-se destes pela condenação do terrorismo na política, inclusive do que veio a ser chamado de terrorismo de Estado. Ao menos é certo que com os ataques terroristas deu-se pretexto ainda mais fácil para a repressão aos movimentos antiglobalização e também a outras formas de perturbação da ordem *policial*¹⁰⁶.

O Fórum Social Europeu (FSE) de Florença, em novembro de 2002, talvez tenha sido a última grande demonstração de força dos movimentos antiglobalização ainda marcada pelo espírito de luta que vigorava antes do 11 de setembro, e constituiu inclusive uma resposta dos movimentos para afirmar sua capacidade de continuar as mobilizações mesmo após os atentados. Em Florença começa a se consolidar uma gradual, mas persistente aproximação entre o que foi nomeado como movimentos antiglobalização e movimentos mais especificamente antiguerra. Isso não só mudou a ênfase dos termos dos debates entre os movimentos – da liberalização da economia para a política da guerra preventiva contra o terrorismo –, como em alguma medida também mudou a própria configuração dos movimentos sociais participantes dos protestos globais e mesmo dos FSMs.

¹⁰⁶ Exemplos não faltam, e não é a intenção deste texto exauri-los, mas, a título de ilustração do problema, poderíamos recordar: o assassinato pela polícia britânica do brasileiro Jean Charles de Menezes, posteriormente declarado inocente; a declaração do estado de emergência em Paris como resposta aos distúrbios causados pelos chamados “imigrantes de segunda geração”, jovens descendentes de imigrantes árabes nas periferias; e, o mais emblemático dentre todos, a instauração do chamado *Patriot Act* nos Estados Unidos, resposta do governo aos atentados de 11 de setembro de 2001 que confisca direitos civis da população. Estes exemplos referem-se a situações em que o estado de exceção visa, de fato, determinado tipo de pessoa que corresponde ao *homo sacer* “do momento” (Agamben, 2002): árabes e seus descendentes; imigrantes vindos do terceiro mundo, etc., (des)classificados segundo os critérios dados pela emergência do terrorismo.

Passa a predominar de forma hegemônica na cena política internacional o aspecto violento que emerge desse processo conflitivo com o terrorismo: a rotinização das práticas governamentais de exceção, como recurso último ao qual apela o poder soberano para recompor certa ordem policial, que constantemente lhe escapa ao controle. Agamben sintetiza a questão com precisão:

A segurança como paradigma de governo não nasce para instaurar a ordem, mas para governar a desordem. É nesse sentido que a segurança, juntamente com o estado de exceção, é o paradigma fundamental da política mundial (Agamben, *apud* Safatle, 2005).

Em meio a esta ordem policial extremamente violenta, uma consequência imprevista e inesperada se desenvolveu, repondo em alguma medida a questão arendtiana da contingência da política: se abriu um novo espaço para movimentos antiguerra de diversos matizes, inclusive para aqueles movimentos mais antigos, que agrupam, sobretudo, as gerações remanescentes ainda da Segunda Guerra Mundial, principalmente no caso dos EUA, da Europa e do Japão; da guerra da Coreia, no caso da Coreia do Sul; e também todo o tipo de movimentos anti-bases militares norte-americanas. No contexto asiático, segundo Raina (2006b:81),

a guerra do Afeganistão e depois a do Iraque suscitaram a criação espontânea de uma aliança, a *Asia Peace Alliance*, que funcionou durante dois anos para coordenar os grupos e os movimentos em toda uma série de ações.

Também na América Latina a discussão acerca da militarização ganhou intensidade e chegou a resultar na formação de novas redes a partir do Fórum Social Mundial, como por exemplo a CADA (Campanha pela Desmilitarização das Américas), que trabalham em torno de questões tais como o Plano Puebla-Panamá; o Plano Colômbia; a base militar de Guantánamo; e a implantação de bases militares dos EUA pelo continente, dentre as quais

recordamos especialmente a base brasileira de Alcântara, no Maranhão, quase cedida pelo Congresso Nacional aos EUA no ano de 2004.

Essa intensa aproximação de movimentos antiglobalização com movimentos antiguerra resultou na organização, em grande parte a partir das articulações nas Assembléias dos Movimentos Sociais no FSE de Florença em 2002 e no Fórum Social Mundial de 2003, das maiores manifestações de rua já realizadas segundo o modelo dos Dias de Ação Global. No dia 15 de fevereiro de 2003, mais de 10 milhões de pessoas foram às ruas simultaneamente em todo o mundo para protestar contra a iminente invasão do Iraque pelas forças militares lideradas pelos EUA. Inclusive no Brasil, onde cerca de 10 mil pessoas estiveram em passeata do MASP ao consulado dos EUA em São Paulo, além de manifestações também em outras cidades.

Até então as maiores manifestações antiglobalização até então haviam reunido no máximo cerca de 300 mil pessoas numa mesma cidade. Contudo, uma “ducha de água fria” rescaldou os movimentos quando eclodiu a guerra do Iraque, contra a maioria da opinião pública mundial, a despeito da ausência de provas no Conselho de Segurança da ONU e apesar da intensa mobilização mundial que se conseguiu realizar. Como assinala Anderson (2004:43):

Não é casual que, depois da conquista do Iraque, o movimento pacifista europeu se encontre numa situação de refluxo, aceitando o fato consumado sem expressar tipo algum de solidariedade com a resistência nacional à ocupação.

O FSM de 2004 na Índia ocorreu tendo as temáticas relacionadas à guerra como elemento central dos debates, direta ou indiretamente. Pela primeira vez desde sua invenção, o FSM teve um público participante majoritariamente oriental. Mumbai significou muito para

os participantes que até então vinham se articulando nos encontros de Porto Alegre, nos quais a predominância no público era de latinos e europeus ocidentais¹⁰⁷.

Sobre as 2.611 atividades [inscricas na consulta prévia do FSM 2005] recensadas aqui, 2.096 são propostas por organizações pertencentes a países latinos (América Latina e ‘Europa Latina’). Esta proporção esmagadora atira-nos para a proximidade geográfica de atores que poder ir a Porto Alegre por menores custos: são propostas 1.537 atividades pelos brasileiros e 132 pelas organizações dos países vizinhos, Uruguai, Paraguai e sobretudo Argentina. Ainda são propostas 180 atividades por organizações oriundas do resto da América Latina, 249 por organizações da Europa latina e apenas 158 por outros países europeus, 124 da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) 114 da Ásia, 40 do mundo árabe e do Oriente Médio e 30 da África subsaariana. A predominância latina exprimiu-se sempre no FSM (Aguiton e Cardon, 2006:24-25).

Assim, na Índia ocorreu um rico choque de subjetivações que, ao mesmo tempo em que revigorava as energias¹⁰⁸, ampliava a compreensão da complexidade das formas que a política assume em cada contexto. Porém, o poder dos movimentos antiglobalização de interferir nas decisões políticas mundiais, mostrou-se em redução neste momento. Sobretudo no que tange as questões militares fica evidente o quanto inócua pode ser a atuação da chamada sociedade civil global, por mais que esta se mobilize e tente influenciar a opinião

¹⁰⁷ Os próprios organizadores do FSM têm consciência de que, a despeito de seu sucesso, o evento na realidade tem um alcance internacional limitado. A criação de uma Comissão de Expansão no Conselho Internacional (CI) evidencia a necessidade de ampliar o alcance dessa iniciativa. Como assinalam Aguiton e Cardon (2006:14): “Três tipos de atores têm um papel importante no Conselho Internacional (CI). As ‘maiores’ organizações como a Via Campesina, os grandes sindicatos e as principais ONGs, beneficiam-se de maior atenção, mas outras organizações, de tamanho mais reduzido, dispõem elas também de capacidade de influência, nomeadamente porque simbolizam realidades consideradas indispensáveis ao êxito dos fóruns sociais: setores sociais explorados e/ou oprimidos, continentes pouco representados no CI. A Marcha Mundial das Mulheres ou pequenas ONGs que tiveram um papel precursor no estabelecimento de laços na África ou na Ásia, como a *Focus on the Global South*, são exemplos disso. Falta os ausentes, ou com uma presença muito fraca, por razões econômicas (África), pela fraqueza relativa da sua ‘sociedade civil’ (Rússia, China e Ásia Central) ou porque a cultura existente no CI está muito longe de suas tradições militantes (Estados Unidos)”.

¹⁰⁸ Como pode ser observado nos relatos dos participantes, disponíveis na seção “memória” do site do Fórum Social Mundial www.forumsocialmundial.org.br. Também no contexto político indiano o FSM teve impacto bastante positivo, como afirma Raina (2006:84), “A organização em comum do Fórum Social Mundial em janeiro de 2004 permitiu aos movimentos populares indianos superar suas divisões e seu sectarismo tradicional. Estes ecos de Mumbai são perceptíveis na participação de movimentos nas mobilizações organizadas por outros movimentos, de tendências políticas diferentes, em sinal de solidariedade”.

pública. Nas situações excepcionais os negócios políticos são exclusivos da *governamentalidade* de Estado.

COMENTÁRIO FINAL

COMENTÁRIO FINAL

O que a profunda mudança de contexto político pós-11 de setembro pode ter de certa forma encoberto foi o início de um processo de desgaste do modelo de “*lobbies+protestos+fóruns*” que começava a se evidenciar. As críticas mútuas são bastante freqüentes e não raro incisivas, apontando para a necessidade de se reinventar essas formas de atuação política ou acabar novamente em um estado de fragmentação de forças e anulação do discurso dissidente. A enorme diversidade que sempre foi a marca positiva destes movimentos pode ser justamente algo amplo demais para comportar projetos políticos comuns que avancem para além da resistência.

Do “lado autônomo”, se é que se pode assim dizer, as divergências giram em torno de uma espécie de disputa pelo grau mais alto de radicalismo anticapitalista – no qual os grupos autonomistas com freqüência se auto-intitulam os verdadeiros radicais, condenando o restante como “alienados” operando a favor do sistema. Grupos autonomistas autogestionados vêm buscando diferenciar-se cada vez mais do chamado “povo de Seattle ou Porto Alegre”, como se pode observar no questionamento enfático de Ludd (op. cit.:10):

Qual será o espaço reservado para esses anticapitalistas e antiestatais na história oficial? Serão eles engolidos nessa massa uniforme que chamam ‘movimento antiglobalização’, ‘povo de Seattle’ ou ‘povo de Porto Alegre’?

Também as diferentes posições quanto ao emprego da violência são motivo de afastamento e tornam evidentes possíveis fraturas. Os autonomistas frequentemente se queixam de serem a “linha de frente” que realmente perturba a ordem policial através do confronto com a *baixa polícia* e da destruição de propriedade privada, mas que são sempre “abandonados” durante os protestos pelo conjunto dos manifestantes não-violentos. Realmente, tanto o FSM recusa oficialmente a violência (Whitaker, 2005:65-67), quanto nos

protestos de rua há forte divisão entre os ativistas quanto ao emprego desses métodos. Como relata Nunes (2005:283),

Muitas coisas mudaram no mundo [entre o primeiro e segundo FSMs]: a repressão pesada em Gotemburgo e Gênova [durante protestos contra o G8] e os ataques terroristas de 11/9 significaram um aumento do fosso entre os grupos envolvidos na ação direta e os organizadores do FSM.

Se nas origens deste processo a diversidade era exaltada como a fonte de muito da força política e da novidade trazida – e realmente era verdade que isolados os movimentos eram mais fracos –, no momento atual pode-se indagar se as diferenciações identitárias e ideológicas não estariam ainda mais profundamente estabelecidas, resultando em um aumento do afastamento e da fragmentação. A partir do relato de Fontes¹⁰⁹, esta possibilidade apresenta-se não como uma hipótese teórica, mas sim como a percepção que têm também alguns dos principais atores que nos últimos anos vêm investindo politicamente no processo do Fórum Social Mundial.

Estamos nessa encruzilhada, essa diversidade agora tem se manifestado assim, uma diversidade diferenciada. Já não é mais só a diversidade cultural que esse evento proporcionava, mas agora está colocando campos distintos dentro dos diferentes setores que participam desse espaço.

Se levada à sua última conseqüência, a radicalização de posições provavelmente levará a um processo de pulverização de grande parte das redes e convergências construídas ao longo dos anos de oposição ao totalitarismo neoliberal. O que significa dizer que a estabilidade é sempre provisória e o equilíbrio político está sempre sob pressão, sob risco de fratura (Ludd, op.cit.:207).

Existem e subsistem profundas fraturas quanto às finalidades políticas: tendo de um lado as organizações em busca de respeitabilidade, e que não possuem outros

¹⁰⁹ Entrevista com Geraldo Fontes, maio, 2007.

objetivos além de servir de *lobby* a fim de instituir um capitalismo ‘suportável’; e do outro os grupos que procuram se auto-organizar sobre bases realmente anticapitalistas, isto é, que não têm por finalidade uma reorganização humanista do sistema de globalização do capitalismo, mas sim a erradicação deste último.

Assim, segundo esta dinâmica de conflito, grupos anarquistas autogestionados cada vez mais deixaram de participar ou investir com força no processo do FSM e, pelo contrário, passaram a ser bastante críticos a ele. Por sua vez, o FSM viu multiplicar-se a organização de “contra-Fóruns” que antes não existiam. O surgimento de contra-fóruns é interpretado por Aguiton e Cardon (2006:19) nos termos do aparecimento de uma “periferia dissidente do processo FSM”.

Não é surpreendente que se tenha progressivamente desenvolvido na periferia dos fóruns ‘oficiais’, um largo leque de fóruns específicos, alternativos ou dissidentes. (...) Os mais numerosos são constituídos claramente numa crítica aos fóruns ‘oficiais’. Estas periferias permitem cartografar sucintamente três tipos de críticas que a ‘institucionalização’ da forma fórum é objeto: a burocratização; os laços de interdependência com atores políticos e as instituições internacionais; e a falta de perspectiva de ação.

Estas iniciativas dissidentes se evidenciaram fortemente no Fórum Social Libertário (FSL), que se realizou em Montreuil ao mesmo tempo em que o Fórum Social Europeu (FSE) de 2003 de Paris-Saint Denis (Aguiton e Cardon, 2006:19-20), assim como durante o FSE de Londres em 2004 com a organização do contra-fórum *Beyond ESF* (“Além do FSE”), e também no Fórum Social Mundial de 2004 na Índia, em Mumbai, com a realização do encontro paralelo *Mumbai Resistance*, que se reclamava verdadeiramente anticapitalista e antiimperialista em face do dito caráter social-democrata do FSM (Confavreux, 2006:180-181). Uma das características destes contra-fóruns é a menor presença e influência de ONGs, ficando a condução dos processos organizativos e financeiros geralmente nas mãos de agrupações partidárias ou coletivos autônomos. Nesse sentido, o FSM seria um espaço bem

mais aberto e afeito à atuação das ONGs, aspecto que, tanto para Aguiton e Cardon, quanto para Trujilla¹¹⁰, reflete-se no fato de que

A presença de ONGs internacionais, ‘agentes da globalização, no seio do FSM é frequentemente invocada como uma das principais razões da transformação dos fóruns sociais em ‘concentrações inofensivas’, que substituíram a luta política por ‘pueris debates afastados do terreno das lutas’ (Aguiton e Cardon, 2006:10).

As ONGs continuam a dominar a discussão nos Fóruns Sociais... As ONGs devem assumir seu papel de ONGs. De facilitar, de apoiar, de ter sua posição, claro, mas nós, como movimentos sociais, temos que começar a radicalizar nosso discurso e nossa prática. A maioria dos representantes no Fórum são representantes de ONGs porque são eles que tem o controle do dinheiro. São as ONGs as que conseguem até definir a temática. Então eu creio que a maioria são ONGs, e isso sim deve mudar. Mas acho que o maior dano que se faz aqui são as grandes ONGs, que não têm a menor idéia do que é construir outro mundo. Não têm idéia. Eles põem uma visão que não se aplica para nada na nossa realidade, põem temas que não se entende e, quando voltamos às nossas comunidades não sabemos sequer o que dizer à nossa gente, porque eles colocam mega-temas que, na prática, não servem de nada. Então creio que não deveria se provocar uma ruptura, mas um esclarecimento (cf. Trujilla, 2005).

*

Toda a discussão que nos conduziu até aqui indica que os referenciais teóricos escolhidos durante a pesquisa, baseando-nos em Rancière e Arendt, de fato nos ajudam a compreender os principais dilemas em questão na dinâmica dos movimentos antiglobalização. Como vimos, o dilema central colocado entre a forma fórum-espaco e a forma fórum-movimento pode ser reposto como um intenso debate sobre meios e fins da ação política, cuja

¹¹⁰ Entrevista concedida durante o FSM 2005 por Doris Trujilla, da Confederação Camponesa do Equador, parte da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina.

importância extrapola o âmbito do FSM e está ligada ao contexto mais amplo dos movimentos antiglobalização.

A partir dos documentos e relatos pesquisados parece-nos que este discurso sobre a forma fórum-movimento pode ser interpretado sociologicamente como um modo de se pensar e fazer política mais próximo àquele que já vimos teorizado por Rancière, ou seja, o do conflito com a ordem *policial* vigente através da construção de cenas públicas de *dissenso* que possam politizar o *mundo sensível*.

Por outro lado, o discurso sobre a forma fórum-espço pode ser sociologicamente interpretado na sua relevância política a partir de um entendimento mais afeito ao modo arendtiano, isto é, o da comunicação livre que em si mesma é importante, como vimos brevemente a partir de Kant, por permitir a troca de pontos de vista sobre o mundo, construindo um melhor *juízo* sobre seu sentido comum e as ações que nele se pode desenvolver.

Nessa perspectiva consideramos que tais interrogações essenciais aos movimentos antiglobalização podem ser interpeladas e interpretadas tanto de um ponto de vista arendtiano quanto a partir dos referenciais rancierianos. Em ambos os casos é plausível identificar um sentido político sob ambas as formas de atuação. Para tanto, recuperemos brevemente um aspecto fundamental da diferenciação da ação política em Arendt e em Rancière¹¹¹, qual seja, o da criação de cenas públicas de ação política comunicativa.

Rancière enxerga a razão política (...) a partir da contribuição das classes populares para a instalação de espaços públicos. (...) As lutas populares que geram a aparição desses espaços estão sempre fundamentadas em conflitos, inerentes à interação das classes populares com grupos dominantes (Feltran, 2005:92).

¹¹¹ Ver a discussão contida na seção *Dimensões da ação política em Arendt e Rancière*.

[Para Arendt], a interação comunicativa tem *fim em si mesma*, isto é, seu sentido de ser está referido ao seu próprio exercício. (...) A vida política não se realiza com vistas a uma finalidade última a ser alcançada, já que a comunicação se esgotaria assim que os resultados fossem atingidos. (...) Aquilo que caracteriza a ação livre é exatamente seu desprendimento em relação a motivos e fins (Keinert, 2005:26, grifo no original).

A perspectiva arendtiana é extremamente relevante ao observar-mos o amplo conjunto de defensores da forma fórum-espço, pois se trata justamente de uma posição que concebe a interação comunicativa como um fim politicamente relevante em si mesmo. Nesse sentido preciso, resultando ou não em algum tipo de ação prática que incida sobre as formas atuais da luta de classes ou das estruturas de poder, tal interação comunicativa será mesmo assim considerada em si uma relação política.

Confavreux (op.cit.:178), é um dos que sugere que deve-se ver a criação e proliferação de fóruns como um mérito político em si, pelo próprio fato de terem conseguido vir a existir em um contexto de totalitarismo neoliberal, em que espaços públicos para o aparecimento do dissenso foram suprimidos ao extremo. Assim, segundo o autor, “*resta que a constituição de ágoras de discussão e de dissenso, num contexto de transformação dos quadros de ação política, talvez seja um projeto político em si mesmo*”.

Interpretado sob este prisma arendtiano, o processo dos fóruns no momento atual cumpriria o papel fundamental de refundação e exercício permanente da liberdade de agir e do diálogo público sobre um mundo comum. Ainda que possivelmente não abale as estruturas de poder do sistema consensual, trata-se de garantir que os sujeitos do dissenso tenham um espaço público de debate no qual possam se reinventar, inclusive no sentido de classe thompsoniano.

Por outro lado, ao nos determos sobre os defensores da forma fórum-movimento, sua posição expressa bem a questão em torno da preocupação quanto à inocuidade que estes

encontros possam ter se não tomarem uma posição mais ofensiva quanto às alteridades *policiais* que governam o sistema capitalista. Interpretados à luz das categorias de Rancière, pode-se afirmar que essa crítica à forma fórum-espço está na base de uma percepção política que visa justamente à reposição da democracia contra o consenso, instaurando cenas públicas de *dissenso* como a contingência a que está sujeita toda dominação consensual.

Para a maioria destes, não se trata de abolir o FSM nem todo o acúmulo das lutas registrado até o momento, mas de resignificá-lo politicamente, sob pena de que se esvazie com o tempo e seja incorporado às parcelas estatisticamente contáveis da sociedade. Aguiton e Cardon situam as categorias de “diluição, paralisia e ruptura” como os principais riscos que corre o chamado processo FSM:

Estas restrições [derivadas da tensão fórum-espço e fórum-movimento] colocam três tipos de risco aos organizadores: o de uma *diluição* das forças reunidas pelo espaço dos fóruns, estendendo os laços de interdependência para toda a espécie de atores que compõem o ambiente relacional dos participantes (partidos políticos, fundações, organizações internacionais, empresas, etc.); o da *paralisia* resultante da conjugação entre o alargamento do número das organizações e a adoção da regra do consenso; e o da *ruptura* das linhas de ação, multiplicando, de forma eventualmente contraditória, as palavras de ordem, as campanhas, as táticas de *lobbying* e os apelos à mobilização (op.cit.:11, grifos no original).

As deliberações do Conselho Internacional que se seguiram após o FSM de 2007 em Nairobi – sobretudo a de se realizar um novo encontro somente em 2009 e mobilizar em 26 de janeiro de 2008 um dia de ação global contra as empresas transnacionais, com pequenos fóruns locais ocorrendo simultaneamente – podem ser entendidas enquanto uma resposta, ainda que tímida, aos anseios daqueles que gostariam de um fórum “menos espaço e mais movimento”.

O tamanho, o impacto e o caráter das mobilizações programadas para 2008 poderão ser, de alguma forma, lidos como indícios do quanto o processo FSM está efetivamente

próximo ou distante da dinâmica autogestionária “das ruas” e das ações diretas, as quais sempre foram partes determinantes do que veio a ser caracterizado como os movimentos antiglobalização. Geraldo Fontes, do MST, afirma que o objetivo desta mobilização em 2008 é organizar os movimentos em torno de algo concreto que seja capaz de suscitar mobilização de rua, para além do que já se tem num espaço aberto, mas sem ação, como o propiciado anualmente pelo FSM sob o lema “um outro mundo é possível”.

O objetivo é mobilizar um guarda-chuva contra as corporações internacionais. (...) a Via Campesina vai contra isso daqui, essa outra contra isso, mas todo mundo na construção da mobilização contra as corporações transnacionais. (...) Propomos isso daí, porque isso daí já vem de antes, essas determinadas formas de mobilização, com determinados objetivos, já vêm de antes, têm outro caráter e é possível de aglutinar [em torno disso]. (...) [No modelo dos fóruns] não está muito claro para que eu vá me mobilizar, porque tudo entra dentro desse “um outro mundo é possível”. Tipo agora, em janeiro de 2008, vamos fazer uma mobilização mundial porque “um outro mundo é possível”? Ah, rapaz, sinto muito, mas eu tenho outras coisas para fazer, isso daí não me chama.

Retomando o argumento rancieriano de que “uma mesma coisa – uma eleição, uma greve, uma manifestação – pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo” (1996:44-46), a questão de fundo que permanece parece ser a da constante (re)política necessária para que tanto os fóruns quanto os protestos de rua sejam contextos potenciais de *dissenso*. Numa chave gramsciana de interpretação, Francisco de Oliveira, por exemplo, é cético a respeito das movimentações de contestação à globalização, sobretudo no campo sindical. Para ele, trata-se mais de

exercícios de cidadania e de sobrevivência, enquanto a possibilidade de relações moldadas pelos mesmos interesses no plano material é fraca, do ponto de vista de projetos contra-hegemônicos. (...) Isto tem se transformado num movimento de unificação pelo lado da precariedade que não transita para um movimento de classes anti-hegemônico (2005:158-159;165).

Observa-se que também o discurso pelo qual se enuncia o conflito é frequentemente absorvido e distorcido pelas instituições *policiais*, anulando seu poder de crítica, e reconfigurando o mundo sensível de forma que os sujeitos deste conflito sejam novamente assimilados a parcelas de um mesmo campo de interesses unívocos; como mais uma parcela estatística e biopoliticamente contável da sociedade sob o sistema consensual. Há evidências inclusive – e dificilmente poderia ser de outra forma – de que os discursos antiglobalização também têm sido apropriados de forma policial.

Em tom à época bastante otimista quanto às lutas antiglobalização, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos¹¹² caracterizou este processo de apropriação mais como um êxito dos movimentos em pautar as instituições policiais, do que como uma espécie de anulação pela cooptação, na qual, como assinalou Arantes (2000) “dissenso e consenso se exprimem na mesma linguagem”.

Eu acho que o FSM tem tido êxitos. (...) O fato de o Fórum Econômico Mundial ter se apropriado do nosso discurso acaba por ser, realmente, uma grande vitória também. Claro também que nós temos nossas fragilidades, porque eles se apropriam dos nossos discursos, mas não das medidas que a gente quer por em prática, mas isso é a luta, não é?

Entretanto, otimismo desta natureza parecem ser um tanto quanto inadvertidos, pois, como demonstra Paoli (2007:229), nesta operação de absorção do discurso do conflito, a parcela dissensual que escapa à estatística governamental, e que enquanto classe se institui como *povo* nos termos de Rancière, é reincorporada policialmente segundo

uma classificação cujo recorte é montado por critérios de renda, faixa etária, etnia, gênero, patamar educacional e inserção no mercado de trabalho, e em toda parte cada um desses critérios se torna um grupo social, para o qual é dirigida uma programação específica, “adequada” à sua nova inserção limitada no mundo. (...) Todo esse arranjo fere a capacidade política dessas pessoas, fechando as possibilidades de interação múltipla, ou seja, como mostra a aguda análise de Rancière sobre este processo ‘a supressão da aparência do povo e de sua diferença a

¹¹² Entrevista durante o FSM 2005 em Porto Alegre

si: (...) o fato de cada um estar em seu lugar, de fazer ali a sua própria atividade e ter a opinião idêntica ao fato de estar nesse lugar e de fazer ali [somente] o que há para se fazer ali'. (...) Assustadora sobreposição da contagem estatística à vida real da sociedade.

Um pouco mais realista é a constatação de do diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Bernard Cassen (2005:90), ao afirmar que:

Sentido os ventos mudarem, essas instituições [como a OMC, o FMI, o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial], verdadeiras fontes de poder da mundialização liberal, tentaram dar o troco adotando uma retórica “social” e “ambiental” e procurando a toda ocasião “dialogar” com a sociedade civil.

Se os movimentos antiglobalização serão ou não capazes de reinventarem sucessivamente as suas formas de atuação, mediando as referidas tensões entre tradições, gerações e modos de subjetivação política, não é algo que se possa responder ou prever aqui. Historicamente, inclusive, o aparecimento destes movimentos na cena pública consiste num fenômeno extremamente recente e até agora de curta duração, o que, a despeito da intensidade e da aceleração das transformações ocorridas neste curto período, impede qualquer intenção de análise de processos mais macrosociológicos.

Apenas para não deixar a questão totalmente intocada, é válido mencionar rapidamente um caso ilustrativo. Durante o Fórum Social Mundial 2007, em Nairobi, realizou-se uma oficina na qual era pedido a cada um dos participantes de diversos países que desenhassem um gráfico da evolução das lutas globais e nacionais, de 1994 a 2007. Ao se compartilhar os resultados, observou-se uma impressionante recorrência de curvas das lutas globais, sendo bastante ascendentes de 1994 a 2001, estáveis de 2002 a 2003 e fortemente declinantes de 2004 a 2007.

A menos que uma nova onda de fortes mobilizações *dissensuais* volte a aparecer na cena pública e que os movimentos sejam capazes de superar suas fraturas internas e desafios políticos, esta curva declinante merece atenção. Ela sugere a possibilidade de que daqui a

alguns anos se consiga visualizar e estabelecer uma delimitação completa do período de existência e atuação coletiva dissensual dos movimentos antiglobalização. Contudo, esta é apenas uma hipótese a ser confrontada com os acontecimentos futuros, pois afirmá-la categoricamente corresponderia a uma perspectiva sociológica normativa que não é a desta pesquisa¹¹³. Além disso, como observa Rancière (1995:4) a respeito do potencial de liberdade sempre contingente de aparecimento da política, poderão vir a existir

novos sujeitos à medida que se inventam conflitos ou se reinventam antigos conflitos. (...) Os sujeitos da política se inventam inventando as normas da discussão. (...) Os novos sujeitos podem aparecer no limite do consenso, entre os excluídos do consenso, que são duplos um do outro, a exclusão e o consenso. Mas a verdadeira política é uma coisa que não se anuncia.

De forma contrária, ao se aprofundarem as tendências internas de ruptura que tentamos apresentar ao final do segundo capítulo, o quadro de ações convergentes representado pelo tripé “*lobbies+ruas+fóruns*” poderá se tornar reduzido a resistências fragmentadas e sem horizonte de construção utópica comum. Assim, como afirma Bauman (2000:14), debandados os sujeitos do conflito, “o verdadeiro poder ficará à distância segura da política e a política permanecerá impotente para fazer o que se espera dela: exigir de toda e qualquer forma de união humana que se justifique em termos de liberdade humana para pensar e agir – e pedir que deixe o palco caso se recuse ou não consiga fazê-lo”. Este tipo de recuo da contestação dissensual deixa livre o terreno para a rotinização de *estados de exceção* (Agamben, 2004) e pode ser entendido, nos termos de Rancière, como um “triste” recuo daquelas

¹¹³ Apesar de estar fora da delimitação cronológica da pesquisa, é válido mencionar a realização do primeiro Fórum Social dos Estados Unidos, em Atlanta, Geórgia, de 27 de junho a 2 de julho de 2007. “Entrar no território americano” e fazer pontes com os movimentos sociais ali atuantes foi analisado por Ponniah (2007) como uma grande contribuição do FSM às forças políticas locais, promovendo articulações antes inexistentes. Desdobramentos como esse que sinaliza avanços positivos nas lutas antiglobalização, são parte da dificuldade em se afirmar categoricamente o seu ocaso.

formas do conflito político e da luta de classes [que] foram formas civilizadoras e integradoras, (...) [as quais] à sua maneira, pacificaram certo número de pulsões de angústia, de ódio e de morte. [Pois] hoje as formas policiais do consenso prometem uma paz que não podem manter, pois jamais avaliaram a dimensão de seus problemas profundos. (...) Eis por que, fora de toda nostalgia, penso que não devemos nos decidir pelo desaparecimento dessa razão política que resumi na palavra *dissenso* (1996b:380-381, grifo no original).

Nestes termos, entre o consenso e a contingência, é através do tipo dissensual de conflito que, ainda que momentaneamente, pode se instaurar uma cena política. A repressão violenta, que de início já está na contramão da compreensão rancieriana do que seja a política, pode até vir a reordenar a situação. Entretanto, a contingência do próprio processo de nomeação, das possibilidades de encenação política, de construção do dissenso e de revalidação social de quem se é frente a um interlocutor, pode recolocar sempre em aberto a possibilidade de surgirem modos de subjetivação que inscrevam uma nova desorganização da nomeação policial dos lugares, das funções e das possibilidades. Como bem assinala Oliveira (2007:15-16) sobre as formas da política sob o modo rancieriano de interpretação:

Essa concepção abre as portas para a sua permanente reinvenção [da política], no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na sua capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda das questões. Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia.

Diante de tal quadro, há ao menos duas breves considerações de natureza generalista a se fazer sobre o que apresentamos dos movimentos antiglobalização: a primeira é a de que atualmente a sua principal utopia corresponde ao esforço de conseguir construir uma nova grande utopia na política, que seja adequada às mudanças do mundo contemporâneo e capaz de responder aos erros do passado. A segunda está relacionada justamente à “formação” de

novos sujeitos capazes de portar universalmente esta nova grande utopia, superando as fraturas que colocam em risco esta invenção política em construção, que vêm sendo os movimentos antiglobalização.

Ambos os aspectos caminham ao lado de dois elementos importantes que foram explorados anteriormente: a busca por alternativas concretas, espécie de “utopias pragmáticas” mais imediatas; e a atuação conjunta de sujeitos marcados por tensões de classe, de geração e de modos de subjetivação política. Se, um dia, efetivamente vierem a existir – tanto a nova grande utopia, quanto os novos sujeitos que buscam –, inevitavelmente sairão deste contexto histórico de grandes transformações com relação às formas clássicas que assumiu a política. Serão, assim, reinventados nas brechas de contingência da liberdade humana, e com suas raízes nas crises das tradições antigas e nos aprendizados das experiências passadas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

AGUITON, Christophe. O mundo nos pertence. Ed. Viramundo, São Paulo, 2002.

_____; e Cardon, Dominique. *O Fórum e a Rede. Uma análise sobre a forma de se administrar os fóruns sociais*. Comunicação para o Colóquio “Culturas e Práticas participativas: uma perspectiva comparativa”. LAIOS/AFSP. Paris, 2006.

AMIEL, Anne. Hannah Arendt – Política e Acontecimento. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

ANDERSON, Perry. *A batalha das idéias na construção de alternativas*. In: Boron, Atílio A. (org.). Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e Direita no espelho das ONGs*. In: *Cadernos ABONG*, n. 27, pp.3-28. Ed. Autores Associados, São Paulo: maio de 2000.

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

_____. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Pp. 11-78. In: Beiner, Ronald (org.). Lições sobre a filosofia política de Kant. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. A Dignidade da Política: ensaios e conferências. Antonio Abranches (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. Da Revolução. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

_____. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Homens em Tempos Sombrios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: EDUSP, 1981.

BARDHAN, Pranab. *Does Globalization Help or Hurt the World's Poor?* In: *Scientific American* v. 294, n. 4. pp. 68-75. (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). New York: April, 2006.

BARLOW, Maude and Clarke, Tony. Making the links: A people's guide to the World Trade Organization and the Free Trade Area of the Americas. *The Council of Canadians/Polaris Institute*. ISBN 0-9689719-5-4. Ottawa, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. Globalização – As conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, Ulrich. O que é Globalização? São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

BEINER, Ronald (org). Lições sobre a filosofia política de Kant. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BELLO, Walden. *The Forum at the Crossroads*. In: *Focus on the Global South Foreign Policy Review*. (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). Bangkok: Wednesday 9, May, 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Ed. Brasiliense, 1996.

BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora, 2001.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

- _____. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução, Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- BONELLI, Laurent. Les raisons d'une colère. In: *Le Monde Diplomatique* n. 52. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Paris: décembre, 2005.
- BORON, Atílio A. (org.). Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. Contrafogos 2: Por um movimento social europeu. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BUEY, Francisco Fernández. Otro mundo es posible - Guía para una globalización alternativa. (Tradução livre do espanhol de Diego Azzi). Ediciones B, Barcelona: abril 2004.
- CANCLINI, Nestor García. A Globalização Imaginada. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.
- CASSEN, Bernard. Donner un débouché politique aux forums. In: *Manière de Voir* n. 75. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Editions Le Monde Diplomatique. Paris: juin-juillet, 2004.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CCC-OMC. El AMI clonado hacia la Organización Mundial del Comercio. Campaña para un Control Ciudadano de la OMC (CCC-OMC). Seattle, 1999.
- CHAVANCE, Bernard. The Historical Conflict of Socialism and Capitalism, and the Post-Socialist Transformation. *High-level Round Table on Trade and Development: Directions for the Twenty-first Century*. TD(X)/RT.1/3. University of Paris VII, France/ UNCTAD X

(United Nations Conference for Trade and Development). (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). Bangkok, Thailand, 3 December 1999, published on 12 February 2000.

CHESSNAIS, François. A mundialização do capital. Ed. Xamã, 1996.

COCKBURN, Alexander. *Porque vacila o movimento contra a guerra*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Versão eletrônica. (<http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1691>). Julho, 2007.

CODAS, Gustavo. *De volta a Seattle – Anotações sobre o futuro do “processo FSM”*. In: *Revista “Proposta”*. FASE (RJ, Brasil), novembro 2004. Versão revista pelo autor em 7 de março de 2005.

COLLINS, Thatcher. *A protestography*. In: Confronting Capitalism – dispatches from a global movement. Eddie Yuen, Daniel Burton-Rose, and Geroge Katsiaficas (orgs.). Skull Press, Brooklyn, NY, 2004.

CONFAVREUX, Joseph. *Une politique-fiction*. In: *Vacarme* n. 34 – *Politique Non Gouvernementale*. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Paris: hiver, 2006.

COSTA, Sérgio. *Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 53, pp. 19-32, ANPOCS, São Paulo, 2003.

_____. *Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas biográficas sobre o conceito de sociedade civil*. In: *BIB* n. 43, 1997.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. *Feminismo contra a tirania do livre comércio*. In: *Folha Feminista* n. 44, ISSN 1516-8042. SOF, São Paulo: julho de 2003.

DUARTE, André. *A dimensão política da filosofia kantiana segundo Hannah Arendt*. Pp. 143-165. In: Beiner, Ronald (org). Lições sobre a filosofia política de Kant. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Ed. Paz e Terra, 1999.

ELDF/NEA. Our forests at risk: the World Trade Organization's threat to forest protection. *Earthjustice Legal Defense Fund/ Northwest Ecosystem Alliance*. Seattle, September, 1999.

ELEY, Geoff. Forjando a Democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2005.

FAUSTO, Ruy. *A zona cega do radicalismo*. In: *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais!, p. 9, 1º de agosto de 2004.

FEATHERSTONE, Mike (org.). Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais na periferia. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

FIORI, José Luis. 60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. História da Sexualidade vol. I, A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. *A Governamentalidade: curso no Collège de France, 1 de fevereiro de 1978*. In: Microfísica do poder. Roberto Machado (org.). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIENDS OF THE EARTH INTERNATIONAL (FOEI). Implications of WTO negotiations for biodiversity. *FOEI Briefing Papers*. Amsterdam, April 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de: *The question of cultural identity*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. A questão da identidade cultural. In: *Textos Didáticos* n. 18. Fevereiro 1998.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991. Tradução, Marcos Santarrita; revisão técnica, Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder. São Paulo: Ed. Viramundo, 2003.

HOUTART, François. *Hacia una sociedad civil globalizada: la de abajo o la de arriba*. Publicado originalmente em: www.rebellion.org. *Foro Mundial de las Alternativas, Centro Tricontinental*, Lovaina la Nueva, 23 de agosto de 2004.

_____. (2004b). Des manifestations de rue aux forums sociaux. In: *Manière de Voir* n. 75. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Editions Le Monde Diplomatique. Paris: juin-juillet, 2004.

_____. *La mundialización de las resistencias y de las luchas contra el neoliberalismo*. In: SEOANE, José e TADDEI (orgs.), Emilio. Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre. Pp. 63-70. CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). (Tradução livre do espanhol de Diego Azzi). Buenos Aires, 2001.

INTERNATIONAL FORUM ON GLOBALIZATION (IFG). Invisible Government – The World Trade Organization: global government for the new millennium? San Francisco, October, 1999.

ISA/APEX. *The need to review and repair the WTO*. In: Prawn to trade, prawn to consume. *Industrial Shrimp Action NGO Network/ Asia-Pacific Enviromental Exchange*. Seattle, 1999.

JAKOBY, Russell. O fim da utopia: política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KATSIAFICAS, George. *Seattle was not the beginning*. In: Confronting Capitalism – dispatches from a global movement. Eddie Yuen, Daniel Burton-Rose, and George Katsiaficas (orgs.). Soft Skull Press, Brooklyn, NY, 2004.

KEINERT, Fabio Cardoso. O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2005.

KLEIN, Naomi. Cercas e Janelas. Rio de Janeiro, Record, 2003.

_____. (2003b). *O que aconteceu com a Nova Esquerda? Ou O seqüestro do Fórum Social Mundial*. In: *Globe and Mail*. Canadá: 30 de janeiro de 2003.

KWA, Aileen. Poder y Presiones políticas en la OMC. *Focus on the Global South*. Bangkok, November, 2002.

LACLAU, Ernesto. *Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 2, vol.1, outubro de 1986.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Crítica ao modelo da nova sociedade civil*. In: *Lua Nova* n. 47, 1999.

LEITE, José Correa. As invenções da política – Sobre a existência da política e suas transformações. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2005.

_____. Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

_____. (2003b). Perspectivas do processo Fórum Social Mundial. *Mimeo*. São Paulo: 7 de abril de 2003.

_____. O espírito de Porto Alegre. Leite, José Correa et al. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

LUDD, Ned (org.). Urgência das Ruas – Black Block; Reclaim the Streets e os Dias de ação direta. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora, 2002.

LUKÁCS, George. A Consciência de Classe. In: Estrutura de classes e Estratificação social. Textos básicos de Ciências Sociais. Pp. 11-60. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

MIGUEL, Luis Felipe. Utopias do pós-socialismo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. ANPOCS/EDUSC. Número 61, vol. 21, junho de 2006.

NEVES, Maíra Junqueira. A participação internacional das Organizações Não-Governamentais por meio de Redes Sociais – A Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2007.

NICHOLSON, Paul. El Foro no es un fin en si mismo. In: *Servicio Informativo Alai-amlatina*. (Tradução livre do espanhol de Diego Azzi). (<http://alainet.org>). Enero 28, 2005.

NUNES, Rodrigo. *The Intercontinental Youth Camp as the Unthought of the World Social Forum*. In: *Ephemera – theory and politics in organization*. Vol. 5(2):277-296. ISSN 1473-2866. (www.ephemeraweb.org). (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). 2º semestre, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: A Era da Indeterminação. Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (2007b). *Hegemonia às avessas*. In: *Revista Piauí*. (<http://www.revistapiaui.com.br/2007/jan/tribuna.htm>). São Paulo, Ed. Abril, janeiro de 2007.

_____. A Colonização da Política. *Mimeo. Texto base para a Conferência de abertura da reunião da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Vitória, Espírito Santo: 14 de junho de 2006.

_____. Quem canta de novo l'Internationale? In: Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Pp. 135-170. Boaventura de Sousa Santos (org.). Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O ornotorrinco / Crítica à razão dualista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.). Co-Edição: Ed. Vozes, Fapesp e NEDIC. São Paulo: 1999.

ORTELLADO, Pablo. Aproximações ao Movimento Antiglobalização. In: *Revista Possibilidades*. NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista. Ano 1, num. 3. Originalmente publicado pelo Centro de Mídia Independente Brasil (CMI) – www.midiaindependente.com.br, Jan/Mar 2005.

_____; e Ryoki, André. Estamos vencendo! Resistência global no Brasil. Coleção Baderna. São Paulo: Conrad Editora, 2004.

PAOLI, Maria Célia P. M. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: A Era da Indeterminação. Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2007.

PONNIAH, Thomas. The contribution of the US Social Forum: a reply to Whitaker and Bello's debate on the Open Space. In: www.forumsocialmundial.org.br. August, 2007.

_____. and FISHER, William F. Another World Is Possible. Popular Alternatives to

Globalization at the World Social Forum. Zed Books Ltd, New York, 2003.

RAINA, Vinod. Premières retombées du Forum de Bombay. In : *Manière du Voir* n. 84. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Editions Le Monde Diplomatique. Paris: janvier, 2006.

_____. (2006b). Résistances méconnues dans l'autre moitié du monde. In : *Manière du Voir* n. 84. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Editions Le Monde Diplomatique. Paris: janvier, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. Jacques Rancière: Les territoires de la "pensée partagée". *Entretien a Jacques Lévy, Juliette Rennes et David Zerbib*. In: *EspacesTemps.net* (<http://espacestemps.net/document2142.html>). (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Lundi, 8 janvier, 2007.

_____. Our Police Order: what can be said, seen and done. *Interview to Truls Lie*. In: *Eurozine* (www.eurozine.com). Originally published by *Le Monde Diplomatique* (Oslo). (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). August 11, 2006.

_____. (2006b). Le scandale démocratique. *Entretien a Jean-Baptiste Marongiu*. In: *Libération*. (http://www.caute.lautre.net/imprimersans.php3?id_article=1488). (Tradução livre do francês de Diego Azzi). 18 janvier, 2006.

_____. La haine de la démocratie – Chroniques des temps consensuels. *Entretien par Jean-Baptiste Marongiu avec Jacques Rancière*. In: *Multitudes*. (http://multitudes.samizdat.net/article.php3?id_article=2194&var_recherche=ranciere). (Tradução livre do francês de Diego Azzi). 15 de dezembro de 2005.

_____. (2005b). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

_____. (2005c). La haine de la démocratie. Paris : Éditions La Fabrique, 2005.

_____. As novas razões da mentira. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 22 de agosto de 2004.

_____. O princípio de insegurança. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 21 de setembro de 2003.

_____. Éclipse de la politique. In: *Journal l'Humanité*.

(http://www.humanite.presse.fr/popup_print.php3?id_article=34588).

(Tradução livre do francês de Diego Azzi). 29 mai 2002.

_____. (2002b). Peuple ou multitudes? *Entretien a Eric Alliez*. In: *Multitudes*.

(<http://multitudes.samizdat.net/Peuple-ou-multitudes.html>). (Tradução livre do francês de

Diego Azzi). Juin, 2002.

_____. A história em pedaços. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 11 de novembro de 2001.

_____. (2001b). Entretien avec Jacques Rancière. *Par Nicolas Poirier*.

In: *Le Philosophoire*. (http://www.caute.lautre.net/article.php3?id_article=767). (Tradução

livre do francês de Diego Azzi). Numéro 13, Hiver 2001.

_____. Biopolitique ou politique? *Entretien recueilli par Eric Alliez avec Jacques*

Rancière. In: *Multitudes* (<http://multitudes.samizdat.net/>). (Tradução livre do francês de

Diego Azzi). Março de 2000.

_____. La politique n'est-elle que de la police? *Entretien a Jean-Paul Monferran*. In:

L'Humanité. (http://www.caute.lautre.net/article.php3?id_article=571). (Tradução livre do

français de Diego Azzi). 1^{er} Juin, 1999.

_____. O desentendimento - política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. (1996b). *O dissenso*. In: A crise da Razão. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.

_____. Os riscos da razão. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo 10 de setembro de 1995.

_____. (1995b). Philosophie et Politique. Entretien a Jean-Paul Dollé. In: *Magazine Littéraire*, n. 331; pp. 146-150. (http://www.caute.lautre.net/article.php3?id_article=570). (Tradução livre do francês de Diego Azzi). Paris, Avril, 1995.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. In: *Tempo Social* – Revista do Departamento de Sociologia da USP. São Paulo, v. 15 n. 2, pp. 9-30, 2º sem. 2003.

RIDENTI, Marcelo. Os ciclos na história da esquerda brasileira. Mímeo. Texto apresentado ao grupo de debates do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). São Paulo: 2006. Versão preliminar do artigo disponível In: Araujo, S.M. (et alli), (orgs). *O sindicalismo esquerdista: entre o continuismo e as novas práticas*. Pp. 23-41. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2006.

ROUSSET, Pierre. From the mid-1960s to the Present: two generations in the evolution of the European Radical Left and some “burning issues”. (Tradução livre do inglês de Diego Azzi). May 25, 2005.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. A política da profanação. Entrevista com Giorgio Agamben. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, domingo, 18 de setembro de 2005.

- SAMUEL, John. Civil Society and other plastic phrases. In: *Portal Porto Alegre 2003* – www.portoalegre2003.org. Ed. *International Press Service (IPS)/ Le Monde Diplomatique*. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- SEOANE, José. Convergences contre le libre-échange. In : *Manière du Voir* n. 84. (Tradução livre do francês de Diego Azzi). *Editions Le Monde Diplomatique*. Paris: janvier, 2006.
- _____. e TADDEI, Emilio (orgs.). Resistencias Mundiales: de Seattle a Porto Alegre. CLACSO (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*), Buenos Aires, 2001.
- SILVA, Carmen S. M. Identidade das ONGs e Campo Político dos Movimentos Sociais. *SOS Corpo*. Recife: Outubro de 2004.
- SOROS, George. A crise do capitalismo. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal do que se trata? In: Direitos Sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- THE NATION. Free Trade vs. Fair Trade – Battle in Seattle. *Special WTO Issue*. December 6, 1999.
- THOMPSON. Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Ed. Paz e Terra, três vols. São Paulo: 1987.

UITA - Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes Tabaco y afines. La OMC y el sistema mundial de alimentación: un enfoque sindical. Ginebra, 2002.

WALLACH, Lori; e Sforza, Michelle. Whose Trade Organization? Corporate globalization and the erosion of democracy. *Public Citizen Global Trade Watch*. ISBN 1-58231001-7. Washington, DC, 1999.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *São Paulo no contexto da globalização*. In: *Lua Nova* n. 69, pp. 173-203. São Paulo: 2006.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais v. 13: Weber. Gabriel Cohn (org.). 7ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2005.

_____. (2005b). Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. I. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Ed. UnB, Brasília, 2005.

_____. *Classes, Status e Partido*. In: Estrutura de classes e Estratificação social. Textos básicos de Ciências Sociais. Pp. 61-83. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

WEBSTER, Edward e Lambert, Rob. *Emancipação social e novo internacionalismo operário: uma perspectiva do Sul*. In: Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário. Pp. 79-134. Boaventura de Sousa Santos (org.). Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEISS, Raquel Andrade. Indivíduo, razão e moral: uma análise comparativa de Habermas e Durkheim. In: *Plural* n. 12. *Revista do curso de pós-graduação em sociologia da USP*. São Paulo: 2º semestre de 2005.

WHITAKER, Chico. Las encrucijadas no siempre cierran caminos. Reflexión en continuidad a la de Walden Bello. (www.forumsocialmundial.org.br). São Paulo: 23 de maio de 2007.

_____. O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver. Ed. Loyola. São Paulo: 2005.

WORLD FEDERATION OF TRADE UNIONS (WFTU). Memorandum from the WFTU to the WTO 5th Ministerial Conference. Cancun, September 10-14, 2003.

WORLD MARCH OF WOMEN (WMW). The World March of Women in the Social forum process. CD-ROM publication. (*Tradução livre do inglês de Diego Azzi*). Québec, 2005.

XARÃO, Francisco. Política e Liberdade em Hannah Arendt: ensaio sobre a reconsideração da *vita activa*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

YUEN, Eddie, et al (orgs.). Confronting Capitalism – dispatches from a global movement. Eddie Yuen, Daniel Burton-Rose, and Geroge Katsiaficas (orgs.). Soft Skull Press, Brooklyn, NY, 2004.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO A – Fotos ilustrativas de protestos antiglobalização e de seus fóruns. As fotos estão organizadas em ordem cronológica, de Seattle 1999 a Nairobi 2007. Inúmeras outras estão facilmente disponíveis através de busca na Internet¹¹⁴.



Funcionário da rede mundial de cafeterias *Starbucks* observa vitrine destruída durante os protestos contra a OMC de Seattle, em 1999.

¹¹⁴ As fotos sem referência são de Diego Azzi.



Manifestantes confrontam policiais nas ruas de Seattle, em 1999.



Policial atira contra manifestantes em Seattle¹¹⁵.

¹¹⁵ Extraído de <http://www.louisbeam.com/images/seattl1.jpg>.



Manifestantes realizam debate em Igreja de Seattle, dias antes dos protestos contra a OMC.



Manifestação antiglobalização contra a ALCA, em São Paulo, abril de 2002¹¹⁶.

¹¹⁶ Extraído de www.midiaindependente.org.



Policiais italianos observam o corpo do jovem autonomista Carlo Giuliani, morto com um tiro na cabeça durante os protestos de Gênova, contra o G8, em 2002¹¹⁷.



Membro do *Black Block* durante protesto contra a OMC em Cancun, 2003.

¹¹⁷ Extraído de <http://www.pernondimenticare.net/giuliani%20corpo.jpg>.



Manifestantes coreanos preparam-se para derrubar as cercas colocadas pela polícia durante os protestos contra a OMC em Cancun.



O camponês coreano Lee Kyung Hae protesta contra a OMC em Cancun, em 2003, momentos antes de se suicidar levando os dizeres: “a OMC mata camponeses”¹¹⁸.

¹¹⁸ Extraído de <http://www.all4all.org/images/2005/12/2218.jpg>.



Reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial 2004 em Mumbai, Índia.



Ativistas se reúnem na Assembléia Geral Contra a Guerra do Iraque, no FSM 2004 de Mumbai, Índia.



Participantes em Conferência do FSM 2004 de Mumbai, Índia.



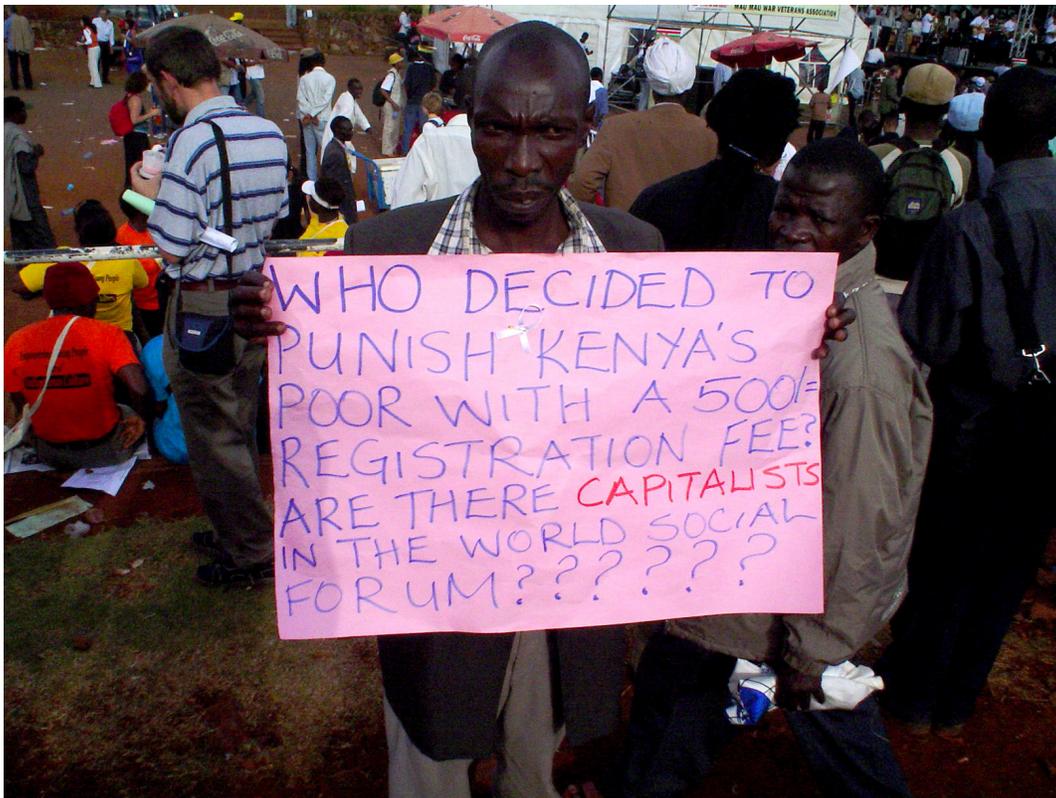
Participantes da Assembléia dos Movimentos Sociais debatem no FSM 2004 de Mumbai.



Feministas da Marcha Mundial das Mulheres durante passeata no FSM 2006 de Caracas, Venezuela.



Indígenas discursam na Assembléia dos Movimentos Sociais em Caracas, 2006.



Queniano protesta contra a alta taxa de inscrição cobrada no FSM 2007 de Nairobi. No cartaz: “*Quem decidiu punir os quenianos pobres com uma taxa de \$500xelims? Existem capitalistas no Fórum Social Mundial?*”.



Tenda do governo brasileiro no Fórum Social Mundial 2007 de Nairobi.

ANEXO B – Centro de Mídia Independente (CMI) como rede produtora e depositária de discursos, identidades e memórias dos movimentos antiglobalização. *Websites* ilustrativos.

Página inicial do Centro de Mídia Independente – www.indymedia.org/:



Página inicial do Centro de Mídia Independente da Nigéria – <http://nigeria.indymedia.org/>:



Página inicial do Centro de Mídia Independente de Istambul, Turquia – <http://istanbul.indymedia.org/>:

Istanbul Indymedia - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://istanbul.indymedia.org/>

MySearch Google AltaVista Ask Jeeves AlltheWeb LookSmart Files More

istanbul.indymedia.org istanbul bağımsız basın merkezi

türkçe english hakkımızda iletişim bbm'ye katıl takvim haber yayımla

Bölümler
son haberler
yorum
ekoloji

...medyadan...
.....nefret...
.....etmeyin...
.....kendiniz...
.....medya.....
.....olun.....

haber yapın
katılım
arşivler
sohbet

Basın

Lefkoşa: İşçiler meclise yürüdü

Lefkoşa'da 2 Aralık sabahı Güney Kıbrıs'ta çalışan Türk işçilerin Ledra Palace Barikatından geçişleri engellendi. Vergi ile ilgili bir evrağı doldurmaları talep edilen, evrağı doldurmayınca da geçişleri engellenen işçilerin bazıları barikatı atlayarak geçti, ancak polis BM yetkililerine durumu bildirmesi üzerine tutularak kuzeye iade edildiler. Bunun üzerine Meclis binasına doğru yürüyüşe geçen işçiler, öğlen yemeği için yanlarında bulunan sebze, ekmeğe gibi gıdaları Meclis bahçesine fırlattılar. İşçiler buradan Kuşulu Parka doğru yürüyüşe geçti. Kuşulu parkta radyodan haberi duyan işçilere katılan halk, sendika başkanları ve parti temsilcileri ile kitle büyüdü. 500-600 kişilik kalabalık "sakin olun", "soğukkanlı davranın", "zaten seçimler de gerekeni yapacağız" yolları telkinlere kanmayarak Meclise doğru yürümeye karar aldı. Ancak polis sabahın erken saatlerinde olduğu kadar hazırlıksız değildi. Bu yüzden Meclisin arka sokağında ilerleyen kortej, Belçica önünden Başbakanlık istikametine doğru yöneldi. Ticaret Bankasının önünde Denktaş'ın arabası ile karşılaşan işçi kortejinin önünde artık bir siyah çelenk vardı. Ve üzerinde "Güney Kıbrıs Türk İşçileri" yazıyordu. Denktaş'ın yuhalanması ile kitlenin coşkusu doruğa ulaştı. İşçiler ellerinde bulunan mala, çekiç, kerpeten gibi aletleri sallayarak sloganlar atmaya başladılar. "Devlet devlet dediniz hepimizi yediniz" diyerek başbakanlığa yönelen kortej, burada kendilerini bekleyen polislerin karşısında durarak "Host hoş köpekler vatan sizden ne"

HABERLER
yazı fotoğraf
video ses

haber yayımla

Konser: Güneşi İçenlerin Türküsünü Söylüyoruz! D08 8:35AM

Şişecam grevine hükümet engelil D08 8:35AM

Istanbul Sağlık Platformu: 11 Aralık'ta grevel D08 8:24AM

Castro: ABD'nin planları boşa çıkacak! D08 8:21AM

05:20

Página inicial do Centro de Mídia Independente do Brasil – <http://www.midiaindependente.org/>:

Centro de Mídia Independente - Brasil - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://www.midiaindependente.org/>

MySearch Google AltaVista Ask Jeeves AlltheWeb LookSmart Files More

cmi brasil
centro de mídia independente
www.midiaindependente.org

sobre o cmi ajuda contato seja voluntário política editorial

português | español
english | esperanto

Outras mídias

áudio
impresos
vídeos e documentários

Publique!
Publique o seu vídeo, áudio, imagens e textos diretamente do seu navegador.

POVOS INDÍGENAS Dec 08

A Palestina é aqui

Tema indígena Raposa Semo do Sol

Um ano depois da posse do governo que prometeu revolucionar as relações com os povos indígenas, estes continuam marginalizados pelas autoridades e invisíveis para a sociedade. Aliados de primeira hora de Lula, os indígenas se sentem preteridos em favor de seus inimigos, ruralistas e grandes empresas interessadas em suas terras - que até há pouco também

Mude a cor do CMI

Calendário Local e Global

últimas notícias

Publique aqui a sua matéria

VIOLÊNCIA CHEIA DE ESTILO
08-12-2003 16:54

Análisis del plebiscito uruguayo
08-12-2003 16:44

05:23

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)